

**AGNALDO GARCIA
ROLANDO DÍAZ-LOVING
(Orgs.)**

**RELAÇÕES FAMILIARES:
ESTUDOS LATINO-AMERICANOS**

1ª Edição

Vitória
Centro Internacional de Pesquisa do Relacionamento Interpessoal
CIPRI/UFES
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – CCHN/UFES
2013

1ª Edição – 2013

CAPA e EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

REVISÃO
O autor

IMPRESSÃO

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Relações Familiares: Estudos Latino-Americanos / Agnaldo Garcia e Rolando Díaz-Loving (orgs.). – Vitória: UFES, 2013.

112 p. : 20cm

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8087-119-7

1. Relacionamento Interpessoal. 2. Psicologia Social. 3. Psicologia do Desenvolvimento. I. Garcia, Agnaldo. Díaz-Loving, Rolando.

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, para qualquer finalidade, sem autorização por escrito dos organizadores. Reservados todos os direitos de publicação em língua portuguesa ao Centro Internacional de Pesquisa do Relacionamento Interpessoal – CIPRI/UFES.

SUMÁRIO

Apresentação.....	4
1. O Papel Parental Distinguido por Gênero na Adulterz Emergente <i>Edna Lúcia Tinoco Ponciano e Maria Lucia Seidl-de-Moura.....</i>	5
2. Os “Pais-Avôs”: A Dinâmica Familiar de Homens que se tornaram Pais na Meia Idade <i>Heron Flores Nogueira e Maria Alexina Ribeiro.....</i>	16
3. Uma Proposta de Intervenção Psicoeducativa com Avós que criam seus Netos <i>Cristina Maria de Souza Brito Dias e Emily Schuler.....</i>	30
4. Familismo y Funcionamiento Familiar <i>Mirta Flores Galaz, Lourdes Cortés Ayala e Sofía Rivera Aragón...</i>	44
5. A Reconstrução Simbólica dos Laços Familiares de Emigrantes Retornados <i>Odacyr Roberth Moura da Silva, Sônia Maria Queiroz de Oliveira, Eliza de Oliveira Braga, Pâmella Santos Vicente e Carlos Alberto Dias.....</i>	61
6. El Suicidio en el Municipio de Rionegro Antioquia, Colombia - Una Experiencia Significativa <i>Martha Cecilia Arbeláez Rojas.....</i>	74
7. Terminalidade, Morte e Luto em Famílias com Crianças e Adolescentes: Possibilidades de Intervenção Psicológica <i>Beatriz Schmidt, Simone Dill Azeredo Bolze, Jadete Rodrigues Gonçalves e Letícia Macedo Gabarra.....</i>	89
8. ¿Cuánto Influye la Evaluación de mi Personalidad y la de mis Relaciones Cercanas en la Percepción de Funcionamiento? <i>Luz María Cruz-Martínez, Sofía Rivera-Aragón e Rolando Díaz-Loving.....</i>	99

APRESENTAÇÃO

A realização do III Congresso Brasileiro de Pesquisa do Relacionamento Interpessoal e do I Encontro Latino-Americano sobre Família e Relações Interpessoais, em Vitória, no ano de 2013, contribuiu para o avanço da pesquisa sobre o relacionamento interpessoal no contexto latino-americano, incluindo estudos sobre relações familiares.

Este livro reúne textos de pesquisadores que participaram do evento representando oito instituições de ensino superior do México, Brasil e Colômbia, incluindo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Católica de Pernambuco, Universidade Católica de Brasília, Universidade Vale do Rio Doce (Brasil), Universidade Nacional Autônoma do México, Universidade Autônoma de Yucatán (México) e Universidade Católica do Oriente (Colômbia).

O livro busca contribuir para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa sobre relações interpessoais na família no contexto latino-americano e promover a cooperação nacional e internacional na área.

Agradecemos a todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a realização do evento, em especial à FAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia desta universidade e a todos que apresentaram trabalhos e participaram do III ConBPRI, em Vitória.

Aginaldo Garcia
Universidade Federal do Espírito Santo
Rolando Díaz-Loving
Universidade Nacional Autônoma do México

O PAPEL PARENTAL DISTINGUIDO POR GÊNERO NA ADULTEZ EMERGENTE

Edna Lúcia Tinoco Ponciano

Maria Lucia Seidl-de-Moura

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A passagem da adolescência para a vida adulta e o papel parental têm sido o nosso propósito de investigação, considerando tanto a autonomia quanto a interdependência de pais e filhos. Destacamos, nesse capítulo, a diferença de gênero que distingue a ascendência do pai e da mãe. Observar essa ascendência permite entrever como os pais têm dificuldades em se definir em uma posição hierárquica, levando-os a ressaltar a proximidade com seus filhos, principalmente no caso da mãe. Com a difusão das relações igualitárias, a autoridade patriarcal é transformada. Tradicionalmente, os membros da família encontram-se conformados a papéis, atribuídos naturalmente à diferença de gênero, definindo direitos e deveres. Embora, hoje, esse quadro em transformação relativize os papéis de gênero, a mãe mantém maior proximidade, em qualquer idade. Apresentamos, inicialmente, uma discussão sobre a construção da identidade adulta, caracterizando a transição para a vida adulta e a adultez emergente. Em seguida, apresentamos o nosso modelo de família para discutir o desenvolvimento do *self* e a participação dos pais na vida dos filhos jovens. Por fim, exemplificamos com extratos das entrevistas realizadas com 24 jovens entre 18 e 25 anos, na cidade do Rio de Janeiro, com o propósito de discutir a diferença na relação com a mãe e com o pai, marcada pelas interações cotidianas e pelas conversas.

Desde a referência da Psicologia do Desenvolvimento, nosso enfoque é o da construção da subjetividade na ontogênese, considerando as dimensões da autonomia e da interdependência. Segundo essa perspectiva,

“o ‘desenvolvimento sadio’ pode assumir em diferentes culturas (...) um equilíbrio entre a aquisição da autonomia e a capacidade de relação”, devendo ser estudada a dinâmica entre essas dimensões. Desse modo, “desenvolvemos relações, construímos conhecimento e desenvolvemos um *self* em que a autonomia e a interdependência são diferencialmente valorizadas ao longo de nossa vida e em contextos culturais específicos” (Seidl-de-Moura, 2009, p.4).

A literatura sobre crenças parentais e etnoteorias de mães brasileiras (Seidl-de-Moura et al., 2009; Vieira et al., 2010) tem indicado que as mães do Rio de Janeiro partilham um modo de educar seus filhos direcionado para o desenvolvimento da autonomia, mas também acreditam na importância da relação com os outros. Um modelo de autonomia relacional parece estar presente (Kağıtçıbaşı, 2012). Nesse sentido, consideramos que esse modelo influenciará as trajetórias de construção da identidade em diferentes fases do ciclo de vida, incluindo a adolescência e a transição para a vida adulta e/ou na adultez emergente, no caso da cidade do Rio de Janeiro.

Desde a Psicologia da Família, relativizando o individualismo que impregna as relações familiares em contextos ocidentais e urbanos e enfatiza a crescente autonomia dos filhos, buscamos compreender a construção da identidade, caracterizando-a como um fenômeno tanto individual quanto relacional/contextual (Mikesell & McDaniel, 1995; Ponciano, 2004). Mesmo em sociedades que privilegiam a autonomia, pode-se encontrar a contribuição da interdependência para a constituição dos sujeitos. Nesse sentido, o processo de socialização e o de desenvolvimento humano estão baseados na associação entre individualidade e coletividade, o *self* e o outro. Por um lado, esses processos estão associados à individualização e à singularidade; por outro, também podem ser compreendidos pelo pertencimento e pela união com outros (Markus & Kitayama, 1991). A perspectiva da pessoa-em-contexto une os dois lados, compreendendo que o indivíduo constrói a si mesmo em um contexto de relações com outros e, ao mesmo tempo, para além dessas relações, inventa-se de um modo único (Adams & Marshall, 1996). A Psicologia da Família nos permite compreender o *self* e a dinâmica relacional. Não há mais necessidade de fazer uma escolha entre o indivíduo (*self*) e a família (sistema) ou entre o intrapsíquico e o relacional. É possível abarcar ambos e estabelecer uma correspondência entre variáveis externas e internas (Ponciano, 2004; Kaslow, 1991; L'Abate, 1992, 1998).

Além disso, destacamos que, recentemente, tem aumentado o interesse sobre a importância do contexto para o desenvolvimento da identidade, destacando-se a participação da família e, especialmente, dos pais (Beyers & Goossens, 2008). O processo de comunicação na família pode apoiar e estimular o desenvolvimento de diferentes pontos de vista (individualidade), facilitando a exploração da identidade. Os amigos, a escola e o trabalho também são considerados contextos importantes, que oferecem diversos modelos e oportunidades. O contexto influencia e é continuamente influenciado pelo desenvolvimento da pessoa. Os conflitos

podem surgir a partir da interação de ambos, configurando a possibilidade de assimilação ou de transformação da identidade (Bosma & Kunnen, 2001).

Tradicionalmente, os marcadores sociais da passagem para a vida adulta, que definem a identidade, são o emprego/trabalho, o início de um relacionamento amoroso que leva ao casamento e/ou deixar a casa dos pais para ter a sua própria casa. Esses seriam os indicadores de uma vida adulta os quais, atualmente, podem não estar presentes na vida dos jovens e, podem acontecer sem uma ordem definida e em um espaço de tempo mais extenso do que na geração dos seus pais. Essa situação caracteriza o que tem sido chamado de transição para a vida adulta, desde uma perspectiva sociológica pautada em critérios demográficos, que demonstram o aumento do tempo de escolarização, o adiamento da saída da casa dos pais e o investimento na formação, levando ao adiamento do casamento e da paternidade (Camarano; Leitão; Pasinato & Kanso, 2004; Camarano, 2006; Guerreiro & Abrantes, 2005; Pais; Cairns, & Pappámikail, 2005).

Nesse contexto, característico das sociedades industrializadas, a adolescência tem seu início definido pela puberdade, mas o seu fim, a partir da entrada na vida adulta, não é claro. A pergunta quando a adolescência termina e começa a vida adulta deve ser respondida, então, analisando-se a socialização cultural (Arnett & Taber, 1994). Essa perspectiva sugere que não há uma resposta simples e universal para essa questão. Na ampla socialização, devido à ênfase no individualismo e na independência, o fim da adolescência é individualmente definido em uma larga amplitude, e sua extensão depende do alcance da independência e da autoconfiança que uma pessoa adquire em vários aspectos de seu desenvolvimento. À medida que uma cultura é mais individualista, define-se a transição para a vida adulta mais individualmente e menos socialmente, sendo uma determinação subjetiva (nos âmbitos cognitivo, emocional e comportamental). Nas sociedades tradicionais, a vida adulta é definida pela comunidade, sendo socialmente marcada, a partir de um simples evento como o casamento. Nesse caso, mantém-se a importância dos marcadores sociais. De outro modo, nas sociedades ocidentais industrializadas, o casamento tende a ocorrer depois que um sentido subjetivo da vida adulta é alcançado. Por isso, pode demorar muitos anos para que uma pessoa se considere completamente adulta (Arnett & Taber, 1994).

Deve-se estabelecer uma diferenciação entre a transição para a vida adulta, estudada pela Sociologia, que considera os marcadores sociais, e o emergir para a vida adulta ou adultez emergente, que ressalta os aspectos psicológicos, mais intangíveis que os fenômenos demográficos e sociais,

para a transformação do adolescente em um adulto. Delimitando a faixa etária da transição entre 18 e 25 anos, Arnett (2000; 2004; 2007) afirma não serem os aspectos sociológicos suficientes para se compreender o que ocorre nesse momento, enfatizando a necessidade de especificar essa fase por suas características psicológicas intrínsecas, que, a partir da análise das entrevistas realizadas com jovens, concluiu serem, pelo menos, três: aceitar a responsabilidade de seus próprios atos; tomar decisões independentes; e ser financeiramente independente. Na perspectiva psicológica da Adulthood Emergente (*emerging adulthood*) o critério de entrada na vida adulta é o subjetivo.

Trabalhamos com as duas referências, transição para a vida adulta e adultez emergente, principalmente por perceber que as transformações socioeconômicas devem ser consideradas ao lado do critério subjetivo. Por isso, não devemos nos esquecer da importância dos aspectos sociodemográficos para o desenvolvimento humano, à medida que são preditivos, evidenciando algumas tendências (Greenfield, 2009; Shanahan; Porfeli; Mortimer & Erickson, 2005). A transição para a vida adulta e o emergir adulto são tendências possíveis das mudanças sociodemográficas, que predizem transformações para o sistema de crenças e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do jovem, modificando a concepção de *self*.

Nesse sentido, Kağıtçıbaşı (2007) constrói uma teoria da família e do desenvolvimento familiar ao traçar um paralelo entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do *self*. A família, discutida tanto em seus aspectos sociais (estrutura familiar) quanto psicológicos (sistema familiar – interação e socialização), é vista como um sistema intergeracional que se move através do tempo, modificando-se o valor atribuído à criança. A proposta da autora é a de uma teoria da família e da mudança familiar, por meio da análise do desenvolvimento econômico, que implica uma análise causal/funcional do desenvolvimento do *self*. Essa teoria ajuda a compreensão dos antecedentes da noção de *self* como separado ou relacionado, dependendo do contexto sociocultural.

Há, pelo menos, três modelos de padrão interacional familiar, que é utilizado como um dispositivo heurístico para compreender as ligações funcionais/causais entre sociedade/cultura, família e *self* resultante. As culturas predominantemente individualistas são o contexto para o desenvolvimento do *self* separado, enquanto as culturas coletivistas o são para o *self* relacionado. As primeiras possuem o modelo da independência, típico das famílias de classe média das sociedades industrializadas ocidentais, já as últimas possuem o modelo da interdependência, típico das

famílias rurais de sociedades tradicionais. Por conseguinte, as famílias nas sociedades coletivistas criam seus filhos para a interdependência material e emocional, gerando vínculos que comprometem os filhos com a subsistência dos pais na velhice (*self* conectado/interdependente); as famílias pautadas no individualismo, que criam seus filhos para a independência, investem neles material e emocionalmente, sem necessidade posterior de retribuição geracional (*self* separado/autônomo). Um terceiro modelo de padrão interacional familiar, nomeado como de interdependência psicológica ou emocional, é proposto por Kağitçibaşı (2007; 2012). Nesse caso, há uma interdependência emocional, tanto no nível individual quanto familiar, e uma independência, em ambos, no nível material, sendo típico das áreas urbanas em desenvolvimento econômico, cuja cultura é a da relação, compondo a maioria do mundo (*Majority World*). A conexão não é mais baseada na interdependência material e sim na psicológica/emocional, obtendo-se uma dinâmica que integra duas necessidades básicas, a agência (autonomia) e a comunhão (relação), que engendram um *self* autônomo-relacionado.

Por conseguinte, ainda que a partir da adolescência seja esperado um aumento crescente da autonomia e de agência até a chegada à idade adulta, compreendemos que a construção da identidade adulta, requer a participação e o apoio de outros significativos, especialmente dos pais, mesmo em sociedades predominantemente individualistas. Conforme Bandura (2002), afirmamos que a autonomia não implica completa separação. Cada conquista individual terá, de algum modo, a soma de esforços socialmente interdependentes (agência coletiva - Bandura, 2000, 2001). A construção da identidade adulta começa com as primeiras transformações da puberdade, com a maturidade reprodutiva, mas é adiada com o objetivo de refinar as competências físicas, sociais e cognitivas, que consolidam a capacidade reprodutiva na vida adulta (Geary & Bjorklund, 2000) e, quanto maior o tempo dedicado à escolarização, mais longo será esse adiamento. Enquanto isso, em uma relação de interdependência, os pais continuam fazendo parte do contexto relacional do adolescente e do adulto emergente, ainda que a necessidade de cuidados parentais esteja transformada.

Enfatizando a fragilidade dos marcadores sociais, na transição para a vida adulta, ou enfatizando o critério subjetivo da adultez emergente o que ocorre é a necessidade de redefinição da identidade adulta. Enquanto isso, os filhos permanecem na casa dos pais e prolongam a dependência em um relacionamento cada vez mais igualitário (interdependência emocional). Nesse sentido, baseando-nos em um modelo de interdependência

emocional, conforme o definido por Kağitçibaşı (2007), além de oferecer carinho e amor, é necessário que os pais encontrem um caminho de desenvolvimento que privilegie a preparação emocional, baseada na comunicação, que cria intimidade entre todos os membros da família, transformando-se ao longo do ciclo vital (Gottman, 2001). Os pais trabalham a emoção dos seus filhos de forma direta, conversando, e indireta, mostrando como lidam com as próprias emoções e com as da conjugalidade (Ponciano & Féres-Carneiro, 2012; 2013).

Em todas as idades, a mãe tende a predominar como principal cuidadora, participando da vida dos filhos de ambos os sexos. Devido à socialização de gênero, a mulher é responsável pelo relacionamento enquanto o homem pela manutenção financeira da casa. A mãe tende a gerenciar os aspectos emocionais e relacionais da convivência familiar. Não é comum o reconhecimento de que o papel instrumental do pai vai além da subsistência material, podendo estimular o desenvolvimento de habilidades esportivas, praticadas nos momentos de lazer, que ensinam a estar em grupo e a obedecer às regras (Krampe, 2009). Os filhos têm no pai um parceiro para os jogos e para os momentos de diversão, o que costuma desagradar às mães, quando enfatizam a sua sobrecarga a respeito dos cuidados físicos e emocionais. Ainda que a mãe predomine, é preciso conhecer a participação do pai (Ponciano & Féres-Carneiro, 2012; 2013).

Baseando-nos na delimitação feita por Arnett (2000; 2004; 2007), entrevistamos 24 jovens, entre 18 e 25 anos. Além da idade, é importante ressaltar que esse é um momento de tomada de decisões e de experiências importantes, como a escolha e o exercício profissional, a confirmação dessa escolha e o aumento da autonomia, que pode ser identificado na vivência sexual, nos relacionamentos amorosos e com os pares, indicando aumento da experimentação com maior liberdade. Assim, o relacionamento com os pais é transformado, enquanto o jovem constrói sua identidade, explorando alternativas diversas, que se apresentam de acordo com seu meio sociocultural, ao viver com mais liberdade do que na adolescência.

Para a escolha dos sujeitos entrevistados, além do critério idade, selecionamos os jovens que têm projeto de formação escolar/profissional, incluindo planos para a universidade e/ou que já estejam em um curso de graduação, divididos em doze rapazes e doze moças, da classe popular à média alta. Dessa forma, entrevistamos moradores de diversas partes da cidade do Rio de Janeiro. Nosso roteiro de entrevista é apresentado a seguir:

1. O que você acha que define uma pessoa adulta?
2. Você se considera uma pessoa adulta? Por quê?

3. Na sua percepção, como seu pai e sua mãe te veem? (o que eles falam, pensam e sentem a respeito de você)
4. Como você vê o seu pai e a sua mãe? (o que você fala, pensa e sente a respeito de seu pai e de sua mãe)
5. Como é a sua relação com seu pai e com sua mãe? (descrever, qualificar e exemplificar)
6. O que você costuma conversar com seu pai e com sua mãe? (exemplos)
7. O que você não conversa com seu pai e com sua mãe? (exemplos)
8. Quais são os seus projetos atuais e futuros?

As entrevistas com os jovens foram gravadas em áudio, com a aprovação firmada em termo de consentimento, e transcritas, para serem analisadas. Utilizamos uma metodologia qualitativa, submetendo as entrevistas à Análise de Conteúdo (Bardin, 2008). Utilizamos a técnica de análise temática, que consiste em desmembrar o texto em eixos temáticos, estabelecendo núcleos de sentido. A partir da leitura das entrevistas, foram estabelecidos os temas cuja predominância no discurso dos entrevistados é afetivamente significativa, sendo relacionados à descrição de suas experiências. Essa eleição, portanto, não ocorreu por um critério estatístico e sim clínico (compreensão a partir da narrativa), estando de acordo com uma das possibilidades técnicas de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2008). Com essas leituras iniciais, baseamos a escolha das categorias de análise, descritas em um Livro de Categorias, que se encontra em processo de análise. Os fragmentos de entrevista apresentados abaixo são identificados pelas letras M (masculino) ou F (feminino), seguidos de uma numeração que identifica o entrevistado e, posteriormente, a sua idade. A seguir, apresentamos os Eixos Temáticos e suas respectivas descrições. Nesse capítulo, serão discutidos os eixos 2 e 3.

- 1) Ser adulto(a): descreve as características de se perceber como adulto;
- 2) Relação com a mãe e com o pai: processo interativo diferenciado por gênero que abarca situações cotidianas;
- 3) Conversa com a mãe e com o pai: temas abordados ou não nos diálogos cotidianos, diferenciados por gênero;
- 4) Planos para o futuro: projeções no tempo de curto e de longo prazo.

Relação com a mãe e com o pai

No interior desse eixo temático, temos encontrado respostas que confirmam a maior proximidade entre pais e filhos, indicando a transformação da autoridade parental. Os pais são nomeados como amigos e como orientadores, guias que ajudam a tomar decisões. Há ainda uma diferença de gênero que confirma a maior proximidade da mãe. Além disso, os entrevistados narram que há diferença no tempo, identificando momentos em que a relação sofre modificações com ambos os pais, mas a mãe tem um papel fundamental liderando e organizando o modo como será feito o contato com o pai, determinando, inclusive o que pode ou não ser dito a ele.

“(A mãe disse, assim, chorando): Filho... Filho, eu nunca quero que você conte isso (sobre a homossexualidade) pro seu pai.” M04 (23a)

“E tem diferenças de convivência, porque eu acabo convivendo com minha mãe, porque meu pai trabalha muito. Convivo bem mais com a minha mãe. Aí, assim, até o discurso com ele fica diferente, não é que eu goste mais ou goste menos ou tenha mais confiança ou menos confiança, mas tem só diferença de discurso mesmo. Acho que, às vezes, o discurso que eu tenho com minha mãe é até mais... não é mais informal, mas é um pouco mais confortável, assim, é um pouco mais... eu consigo ter mais acesso a minha mãe (...)” M06 (21a)

A relação familiar cada vez mais igualitária enfraquece a autoridade patriarcal, fazendo com que, paulatinamente, diminua o poder do pai, e com que a mulher e as crianças não devam a ele todo respeito e obediência (Hurstel,1999; Romanelli, 1995; Roudinesco, 2003). A autoridade do pai, tradicionalmente, se opõe à liberdade e à autonomia do indivíduo, mas, a partir da categoria liderança materna, que indica, por vezes, a sua onipotência, identificamos a presença marcante da mãe nas deliberações familiares, principalmente no que se refere aos filhos, podendo sugerir uma diminuição da liberdade. A mulher lidera a transformação democrática na família, assume um papel de autoridade baseada no afeto e na compreensão mútua e conquista maior proximidade com os filhos, podendo ser uma fonte de orientação mais presente. Questionamos, porém, se a autoridade baseada no afeto é, necessariamente, mais democrática.

Conversa com o pai e com a mãe

“Eu tenho muito mais afinidades com a minha mãe do que com meu pai. Meu pai a gente conversa também, mas a minha mãe... a gente conversa sobre tudo, entendeu? Sexualidade, tipo assim, só com a minha mãe, né? Com meu pai não, (...) o que não quer dizer que eu não o ame. Eu gosto muito dele, mas com a minha mãe eu tenho uma grande afinidade.” M4 (23a)

“É. Os meus pais são mais meus amigos do que qualquer outra coisa. Porque eu tenho um diálogo muito bom com os meus pais. Eu tenho mais com a minha mãe. O meu pai é mais fechado. Mas se eu tiver uma conversa, também, ele fala, mas ele não dá muita opinião. A minha mãe não, a minha mãe já fala e tal... (...) Não tem assim, restrição... A gente fala sobre tudo. Se eu tiver com problema na faculdade, eu falo. Se eu tiver problema com meu namorado, eu falo.” F3 (22a)

A separação da conversa por gênero está interligada ao eixo temático anterior. Essa interligação se deve ao fato de que a conversa é um indicativo do tipo de relação que pais e filhos mantêm. Novamente, independentemente do gênero do filho, a mãe tem predominância sobre o pai, exercendo a autoridade afetiva, sendo próxima e orientando os filhos a respeito de diversos aspectos de suas vidas. Ela conversa mais do que o pai, mas ambos, conversando, podem ser considerados como amigos. Percebemos que os temas da conversa são divididos de acordo com o gênero e a especificidade do tema, estabelecendo-se áreas demarcadas de compartilhamento por gênero, sendo a conversa um modo de monitoramento da proximidade/distanciamento entre pais e filhos.

Em nossa pesquisa, continuamos a discutir a relação entre pais e filhos, investigando a construção da identidade, a partir do enfoque da Psicologia do Desenvolvimento, desde uma perspectiva biológico-cultural (Bussab & Ribeiro, 1998; Seidl-de-Moura & Mendes, 2012), privilegiando a experiência do jovem, concomitante à observação da interação familiar, que é compreendida a partir da Psicologia da Família. Apresentamos parte dos dados das entrevistas feitas com jovens, compreendendo a identidade como um processo subjetivo e interpessoal, destacando a ascendência dos pais sobre os filhos. Neste capítulo, não apresentamos a análise das entrevistas com as famílias, nas quais observamos a interação entre pais e filhos jovens, o que será feito nas próximas publicações.

Concluimos, nesse momento, ressaltando que a conversa identifica o tipo de relação, diferenciado por gênero, contribuindo para o processo de

construção do *self*, sendo uma forma privilegiada de interação entre pais e filhos jovens. Desse modo, a conversa cotidiana entre pais e filhos identifica um contexto relacional de interdependência, que deve ser mais investigado.

Referências

- Adams, G. R. & Marshall, S. K. (1996). A developmental social psychology of identity: understanding the person-in-context. *Journal of Adolescence*, 19(5), 429-442.
- Arnett, J. J. & Taber, S. (1994). Adolescence terminable and interminable: when does adolescence end? *Journal of Youth and Adolescence*, 23(5), 517-537.
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: a theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55(5), 469-480.
- Arnett, J. J. (2004). *Emerging adulthood: the winding Road from the late teens through the twenties*. New York: Oxford University Press.
- Arnett, J. J. (2007). Emerging Adulthood: What Is It, and What Is It Good For? *Child Development Perspectives*, 1(2), 68-73.
- Bandura, A. (2000). Exercise of Human Agency through Collective Efficacy. *Current Directions in Psychological Science*, 9(3), 75-78.
- Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: an agentic perspective. *Annual Review of Psychology*, 52(1), 1-26.
- Bandura, A. (2002). Social Cognitive Theory in Cultural Context. *Applied psychology: an international review*, 51(2), 269-290.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.
- Beyers, W. & Goossens, L. (2008). Dynamics of perceived parenting and identity formation in late adolescence. *Journal of adolescence*, 31(2), 165-184.
- Bosma, H. A. & Kunnen, E. S. (2001). Determinants and mechanisms in ego identity development: a review and synthesis. *Developmental Review*, 21(1), 39-66.
- Bussab, V. S. R. & Ribeiro, F. L. (1998). Biologicamente cultural. In: Souza, L.; Freitas, M. F. Q. & Rodrigues, M. M. P. (Orgs.), *Psicologia - reflexões(im)pertinentes* (pp.175-194). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Camarano, A. A.; Leitão, J. M.; Pasinato, M. T. & Kanso, S. (2004). Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Última Década*, 21, 11-50.
- Camarano, A. A. (Org.) (2006). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea.
- Geary, D. & Bjorklund, D. (2000). Evolutionary Developmental Psychology. *Child Development*, 71(01), 57-65.
- Gottman, J. (2001). Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos. São Paulo: Objetiva.
- Greenfield, P. (2009). Linking social change and developmental change: Shifting pathways of human development. *Developmental Psychology*, 45(2), 401-418.
- Guerreiro, M. D. & Abrantes, P. (2005). Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(58), 165-212.
- Hurstel, F. (1999). *As novas fronteiras da paternidade*. São Paulo: Papirus.
- Kağitçibaşı, Ç. (2007). *Family, self and human development across cultures*. London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kağitçibaşı, C. (2012). Sociocultural change and Integrative Syntheses in Human Development: Autonomous-Related Self and Social-Cognitive Competence. *Child Development Perspectives*, 6(1), 5-11.

- Kaslow, F. (1991). The Art and Science of Family Psychology: Retrospective and Perspective. *American Psychologist*, 46(6), 621–626.
- Krampe, E. M. (2009). When is the father really there? A conceptual reformulation of father presence. *Journal of Family Issues*, 30(7), 875-897.
- L'Abate, L. (1992). Family Psychology and Family Therapy: comparisons and contrasts. *The American Journal of Family Therapy*, 20(1), 3-12.
- L'Abate, L. (1998). Discovery of the family: from the inside to the outside. *American Journal of Family Therapy*, 26(4), 265-280.
- Markus, H. R. & Kitayama, S. (1991). Culture and the self: implications for cognitions, emotion and motivation. *Psychological Review*, 98(2), 224-253.
- Mikesell, R. H. & McDaniel, S. H. (Eds.). (1995). Integrating Family Therapy: Handbook of Family Psychology and Systems Theory. Washington, DC: American Psychological Association.
- Pais, J. M.; Cairns, D. & Pappámikail, L. (2005). Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo Social*, 17(2), 109-140.
- Ponciano, E. L. T. (2004). Habitando espaços em movimento: Indivíduo, família e contexto sócio-histórico. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.
- Ponciano, E. L. T. & Féres-Carneiro, T. (2012). Transición para la vida adulta: la transformación del rol parental. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 46 (2), 219-228.
- Ponciano, E. L. T. & Féres-Carneiro, T. (2013). Parentalidade, história conjugal e separação: repercussões no relacionamento pais-filhos jovens. (Artigo submetido)
- Romanelli, G. (1995). Autoridade e poder na família. In: Carvalho, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. (pp.73-88). São Paulo: EDUC.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Ryan, L.M.; Lynch, J.A. (1989). Emotional autonomy versus detachment: revisiting the vicissitudes of adolescence and young adulthood. *Child Development*, 60(2), 340-356.
- Shanahan, M.J.; Porfeli, E.J.; Mortimer, J.T. & Erickson, L. (2005). Subjective age identity and the transition to adulthood: When adolescents become adults? In: Furstenberg, F.F.; Rumbaut, R.; Settersten, R.A. (Eds.). *On the frontier of adulthood: Theory, research, and public policy*. (pp. 225–255). Chicago: University of Chicago Press.
- Seidl-de-Moura, M. L. (2009). Autonomia e interdependência em famílias do Rio de Janeiro. Projeto de Pós-Doutorado, PUC-Rio.
- Seidl-de-Moura, M. L., Targino, T., Nahum, K., Cruz, E. M., Amaral, G., & De Marca, R. (2009). Parenting cultural models of a group of mothers from Rio de Janeiro, Brazil. *Spanish Journal of Psychology*, 12(2), 506-517.
- Seidl-de-Moura, M. L. & Mendes, D. M. L. F.(2012). Human Development: the role of Biology and Culture. In: Seidl-de-Moura (Ed.). *Human Development: different perspectives*. (pp.3-18). Croácia: In Tech. Disponível em: <http://www.intechopen.com/books/human-development-different-perspectives/human-development-the-role-of-biology-and-culture>.
- Vieira, M. L.; Seidl-de-Moura, M. L.; Lordelo, E.; Piccinnini, C. A.; Martins, G. D. F.; Macarini, S. M., et al. (2010). Brazilian mothers' beliefs about child-rearing practices. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 41(2), 195-211.

OS “PAIS-AVÔS”: A DINÂMICA FAMILIAR DE HOMENS QUE SE TORNARAM PAIS NA MEIA IDADE

Heron Flores Nogueira

Maria Alexina Ribeiro

Universidade Católica de Brasília – UCB

O século passado foi caracterizado por profundas transformações sociais, que envolveram a família e exigiram desta instituição social o enfrentamento de desafios diante de novas possibilidades e modelos de conexões humanas. Nesse contexto, a paternidade é um tema que tem sido bastante estudado, especialmente quando está relacionado ao período da adolescência. No entanto, diversas transformações como o aumento da expectativa de vida, principalmente com o advento de maiores recursos tecnológicos, fizeram surgir na família brasileira, novas “modalidades de paternidade” praticamente inexistentes ou pouco frequentes e estudadas nas décadas anteriores, como a paternidade na meia-idade.

Sobre essas transformações Walsh (2005) afirma que a estrutura das sociedades no mundo todo está em transformação. Com as profundas mudanças sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas, as famílias e o mundo que as cerca estão mudando em passo acelerado. É interessante destacar quatro tendências emergentes e localá-las no contexto sócio-histórico: formas familiares diversas; mudanças nos papéis dos sexos; diversidade cultural e disparidade socioeconômica; curso do ciclo de vida familiar ampliado.

Autoras como Bucher (1999) e Bilac (1997) afirmam que, com o passar dos anos, a literatura acerca do casal e da família tem-se difundido cada vez mais, podendo-se constatar a existência de muitas produções científicas. Com relação aos estudos envolvendo homens mais velhos e família, Moragas (1997, citado por Santos & Dias, 2008) afirma que já existem pesquisas enfocando a velhice, tanto no âmbito físico, como social e psicológico, no entanto, existe uma carência de pesquisas que a relacionem com a família. Para o referido autor, isso é necessário, pois em épocas anteriores não houve um contato tão longo e intenso entre as várias gerações de uma mesma família como na atualidade.

Pensando nessa contemporaneidade, diversos avanços e novas pesquisas têm mostrado uma mudança significativa no aspecto do

desenvolvimento humano, como o aumento da expectativa de vida. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010^a), a expectativa de vida do homem brasileiro que nos anos 70 era de 53,7 anos, passou a 71,9 anos em 2005 e chegou a atingir 72,8 anos em 2009. Além disso, há evidenciado no Brasil, um crescente índice de casamento e de paternidade de homens em idade mais avançada.

Até o ano de 2003 a maior parte dos casamentos, no Brasil, envolvia homens jovens. Tal fato sofreu mudanças nos últimos anos, o que pode ter sido afetado pelo desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente o aumento da expectativa de vida. Entre os anos de 2003 e 2008, o índice de casamentos envolvendo homens com 50 anos ou mais cresceu muito acima do das uniões envolvendo homens mais jovens. É o que apontam as Estatísticas do Registro Civil de 2008, divulgadas pelo IBGE (2010b).

Ainda segundo esse Instituto, nos últimos cinco anos, o total de casamentos no Brasil aumentou 28,6%, ritmo superado de longe pela alta de 76% dos matrimônios de homens entre 50 e 54 anos e de 75,6% entre aqueles com 55 e 59 anos. As uniões envolvendo homens entre 60 e 64 anos, por sua vez, subiram 51,3%; e entre os com mais de 65 anos, o percentual foi de 35%. Em termos relativos, os maiores aumentos ocorreram nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – os casamentos de homens nordestinos entre 50 e 54 anos subiram 93% entre 2003 e 2008 (IBGE, 2010b).

Por outro lado, os estudos que abordam a questão da paternidade não acompanharam a tendência do aumento do número de homens que se tornaram pais em idades mais avançadas. É o que apresenta uma interessante pesquisa sobre publicação de estudos que englobam a paternidade (Souza & Benetti, 2009). Os resultados demonstram que, no Brasil, entre os anos de 2000 e 2007, foram publicados apenas 90 artigos nacionais que abordavam o tema. Em se tratando dos trabalhos que enfatizavam a paternidade na vida adulta, as 32 produções encontradas enfocavam os aspectos político-sociais, questões de gênero e abordagens psicanalíticas. A paternidade na adolescência foi o tema mais enfatizado pelos pesquisadores brasileiros nos últimos anos. Dificuldades sócio-econômicas, delinquência, relações de gênero e o significado da paternidade na adolescência foram os tópicos mais explorados nesse contexto. Nota-se que não foi encontrado nessa pesquisa nenhum estudo que abordasse a paternidade na meia-idade, apesar da incidência de um número maior de casamentos nessa faixa etária, conforme demonstrado anteriormente.

Diante desse panorama promovemos as seguintes reflexões: quem é este homem? Do que ele é capaz na idade que tem? Para Hockenbury e Hockenbury (2009) o homem na fase da meia-idade não implica necessariamente um declínio drástico das funções físicas e cognitivas. As habilidades mentais só começam a diminuir levemente por volta dos 60 anos, e esses declínios podem ser minimizados ou eliminados com um estilo de vida ativo e mentalmente estimulante. Erikson (2000) acreditava que a “receita” para o bem estar psicológico nas idades mais avançadas inclui alcançar o que ele chamou de integridade do ego, ou seja, a sensação de que a vida da pessoa tem sentido. As pessoas na meia-idade e os idosos experimentam a integridade do ego quando olham para o passado e sentem-se satisfeitos com suas conquistas, aceitando seus erros e acertos.

É importante ressaltar que todos esses fenômenos envolvendo o homem e as “novas paternidades” são bastante atuais e podem implicar em grandes mudanças, especialmente na aquisição de novos hábitos familiares que envolvem um número cada vez maior de brasileiros. É também um tema que, até agora, recebeu, notoriamente, reduzida atenção no que concerne a pesquisas no campo de estudos da família.

No presente estudo adotamos os principais conceitos da Teoria Sistêmica que têm a ver com a totalidade, a organização e os padrões de relacionamento do sistema familiar. O sistema geral mantém sua forma à medida em o padrão de ligação entre as partes se modifica. Esse conceito de padronização e organização circular, oposto à descrição individual e à explanação linear, tornou-se a base sobre a qual a terapia familiar se apoia (Papp, 1992). É importante destacar os conceitos que adotamos sobre “dinâmica familiar” que nos auxiliaram a compreender o fenômeno estudado. Minuchin (1982) definiu estrutura e dinâmica familiar como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as formas pelas quais os membros da família interagem. É também, segundo o autor, um conjunto de regras que governa as transações da família. Outros autores, complementando Minuchin, acreditam que uma família, em sua dinâmica, é um sistema que opera através de padrões transgeracionais, isto é, padrões de funcionamento que são constantemente ativados quando algum membro do sistema está em interação com outro. A partir dessas interações são estabelecidos padrões, “modos” de funcionamento que determinam também os papéis (Nichols & Schwartz, 2007).

Acrescentamos ainda, que a escolha pela Teoria Sistêmica apresenta-se mais coerente com a nossa maneira de trabalhar nesse rico e complexo processo de interpretação da realidade. E a realidade que pretendemos pesquisar se insere numa perspectiva de mudança de paradigmas

envolvendo o Ciclo de Vida Familiar e a aquisição de novos papéis e conceitos que a paternidade passa dentro do sistema familiar.

Este foi um estudo qualitativo, pois esse método permite estudar as famílias por meio de entrevistas profundas e reflexão criteriosa, considerado, por muitos, especialmente útil em um campo novo como o da terapia familiar, em que as elaborações ainda estão em processo de definição (Nichols & Schwartz, 2007). Trata-se de um recorte da pesquisa de mestrado do primeiro autor, orientada pela segunda autora.

Método

1. Participantes

Este estudo foi realizado com duas famílias que convivem em diferentes estágios do Ciclo de Vida Familiar. As características convergentes entre as famílias e que foram requisitos para atender os objetivos e participar desta pesquisa são que as famílias tenham genitores masculinos na faixa etária da meia-idade sendo esta compreendida entre 45 e 59 anos, segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1999), ao mesmo tempo vivendo a fase do Ciclo de Vida Familiar “tornando-se pais: famílias com filhos pequenos” (Carter & McGoldrick, 1995), isto é, com pelo menos uma criança filha do casal de até 12 anos de idade. Quanto ao critério de escolha dos participantes, usamos a amostragem proposital, que também é denominada intencional ou deliberada. Por esse critério, escolhemos deliberadamente os participantes que compuseram o estudo, de acordo com os objetivos do mesmo (Turato, 2003).

A seguir, é apresentado um quadro com os perfis das famílias que participaram deste estudo.

Quadro 01 - Perfil socioeconômico das famílias estudadas

Famílias	Nome*	Papel/função familiar	Idade	Natu-ralidade	Religião	Formação	Profissão	Local onde residem	Renda média familiar mensal
Martins (Estudo de Caso 1)	Flávio	Pai	48	DF	Sem religião	Pós-graduado	Empresário do ramo de imóveis	Condomínio de luxo no Distrito Federal	R\$ 13.000,00
	Daniele	Mãe	28	DF	católica	Graduada	Corretora de imóveis		
	Claudia	Filha de Flávio	24	DF	católica	Estudante de graduação	-		
	Clara	Filha de Daniele	13	DF	católica	Estudante ensino fundamental	-		
	Mara	Filha do casal	3	DF	católica	-	-		
Silva (Estudo de Caso 2)	Lucas	Pai	55	GO	católica	Ensino médio	Policia militar aposentado	Periferia de uma cidade satélite do Distrito Federal	R\$ 4.000,00
	Camila	Mãe	32	DF	católica	Ensino médio	Técnica de enfermagem		
	Vanessa	Filha de Camila	10	DF	católica	Estudante ensino fundamental	-		
	Aline	Filha do casal	4	DF	católica	Estudante séries iniciais	-		

*Nomes fictícios

2. Instrumentos

Para este estudo, foram privilegiados três instrumentos considerados pelos autores sistêmicos como fundamentais na compreensão da dinâmica familiar, respectivamente:

2.1 Entrevista semi-estruturada do Ciclo de Vida Familiar - foi utilizado um roteiro de entrevista conduzido de forma semidirigida,

contendo dados sociodemográficos dos participantes e questões relativas aos objetivos da pesquisa.

2.2. Genograma - foi realizada a composição do Genograma com três gerações, pois a família compreende todo o sistema emocional de pelo menos três, e recentemente quatro gerações. Esse é o campo emocional operativo em qualquer momento dado, além do fato da influência da família não estar restrita aos membros de uma determinada estrutura doméstica ou a um dado ramo familiar nuclear do sistema (Carter & McGoldrick, 1995).

2.3 Colagem em família - A colagem é compreendida aqui como uma técnica sistêmica que permite a observação pelo terapeuta/pesquisador sobre os movimentos relacionais e da dinâmica familiar durante a realização da atividade. Foi dada uma tarefa à família para realizar uma colagem sobre o tema: “A nossa família”. Por intermédio desta atividade foram observados os sentimentos da família nesse momento do Ciclo de Vida e também a dinâmica familiar.

3. Procedimentos de coleta de dados

Após manifestarem o interesse para participar do estudo, por telefone, foi agendado o primeiro, dos dois encontros previstos. A coleta de dados ocorreu em dois encontros com cada família, separadamente, em suas residências e em diferentes dias, agendados de acordo com a disponibilidade delas próprias. Durante o primeiro encontro, foi lido e assinado, por um adulto responsável pela família, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e realizada a entrevista semi-estruturada do Ciclo de Vida Familiar, juntamente com a composição do Genograma. No segundo encontro, foi explicado a todos como seria a realização da atividade Colagem em Família objetivando a observação da dinâmica familiar. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília.

4. Procedimentos de análise de dados

Os dados transcritos foram analisados à luz da Epistemologia Qualitativa que se apoia em três princípios: (1) o conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa; (2) o processo de produção do conhecimento tem um caráter interativo e (3) a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento. A

investigação qualitativa não é orientada para a produção de resultados finais que possam ser tomados como referentes universais e invariáveis sobre o estudado, e sim para a produção de novos momentos teóricos que se integrem organicamente ao processo geral de produção de conhecimentos (González Rey, 1999).

Resultados e Discussão

Embora essa pesquisa contenha outros elementos sobre a dinâmica familiar, no presente trabalho vamos discutir as implicações interacionais e do processo educativo-familiar. Além disso, abordaremos também os aspectos transgeracionais que podem influenciar nessas questões.

Para uma das mães, as maneiras “diferentes” que o casal da família Martins tem de educar a criança, se devem ao fato de que suas famílias de origem os educaram de formas diferenciadas: “*eu venho de uma família muito, muito autoritária, onde tudo tem que ser muito correto. (...) Ele já vem da educação do pai dele de superprotetor, por isso temos jeitos diferentes de educar*”. Continuando sobre esse tema ele relata: “*Eu fui criado com conversas e carinhos, só isso*”. Sobre esse padrão transgeracional e sobre as escolhas maritais Whitaker e Bumberry (1991) afirmam que o casamento é a forma pela qual duas famílias enviam representantes para reproduzir a si mesmas e isso influencia no modo como os pais vão educar seus filhos.

Sobre essa questão, Costa e Katz (1992) afirmam que há uma grande influência transgeracional na escolha do cônjuge e na formação das relações afetivas, em um processo que institui certa continuidade entre as gerações com a tendência a repetir o funcionamento da geração anterior. E Diniz (2011) considera que todo homem e toda mulher trazem para a relação hábitos, valores, costumes e uma herança afetivo-emocional de suas famílias de origem. Observamos que esse casal “herdou” características da educação que recebeu de suas famílias de origem, onde há uma forte tendência de acontecer as repetições desses padrões e ainda haver conflitos em função de possíveis diferenças na postura da educação dos filhos.

Quanto ao papel e a postura de Flávio como “superprotetor” Daniele descreve a relação entre pai e filha: “*O problema é ele com a Mara, pois ela manda e desmanda. Ele eventualmente, ou raramente, chama a atenção dela (...). Ele é muito babão com ela, superprotetor*”. Para Flávio a dinâmica e os conflitos surgem quando: “*Ela bate, eu adulo*”. A respeito da superproximidade nos relacionamentos pais-criança, Bradt (1995) afirma

que geralmente é o resultado de se tentar preencher um vácuo criado por uma perda de relacionamento com outra geração. Isso tende a criar uma falta de clareza geracional e sobrecarregar o relacionamento de pais-criança. Analisando o genograma dessa família não ficou evidenciada uma perda por morte na família de Flávio, no entanto, não se descarta a possibilidade de uma perda afetiva, também não evidenciada neste estudo, que corrobore com a ideia de Bradt, justificando-se assim, por esse ponto de vista, a postura de Flávio. Outra questão observada é o apego excessivo de Flávio com a criança.

Ainda sobre a maneira de Flávio educar a filha e sua postura, Daniele declara: *“A maioria das vezes que vejo que ele excedeu nos mimos, eu falo assim: ‘amor, não ta certo isso, você não pode fazer isso com ela’. Ela está sempre em primeiro lugar e ele faz tudo que ela quer e às vezes a gente até briga”*. Sobre a essa dinâmica considerada como “contemporânea”, Minuchin, Nichols e Lee (2009) afirmam que nos dias de hoje a criança foi elevada a um *status* tão exaltado que na família atual os pais orbitam em torno dos filhos como os planetas girando em torno do sol. Segundo os autores, em famílias felizes os pais se tornam capazes de lidar com uma abordagem equilibrada com as crianças. No entanto, os pais, via de regra polarizam entre si, empurrando-se para posições extremas e, então, minando os esforços da outra parte. Por outro lado, o padrão comum em casais com conflitos maritais é a existência de excessiva proximidade de um dos pais com relação aos filhos e distanciamento do outro, situando-o em uma posição crítica, abertamente ou não. O problema da criança aproxima os pais pela sua preocupação, ou permite que eles briguem sobre o tema de como lidar com o filho. No casal em questão, a segunda possibilidade apontada pelos autores, qual seja a discussão recorrente em torno do tema como lidar com o filho, é o que aparece em maior evidência, trazendo consequências nas relações conjugal e parental.

Para a questão acima apresentada, Bowen (1991) chama atenção para os casais cujo vínculo era mais de fusão do que intimidade, a chegada de um filho aciona o triângulo da família nuclear, pondo em risco a estabilidade do relacionamento dos pais, com a posição de proximidade ameaçada pelo bebê. Além disso, ainda segundo o autor, a presença e o comportamento do bebê podem fazer com que um dos pais se aproxime dele, deixando o outro distante. É o que parece acontecer com esta família, uma aliança do pai com a filha pequena e um distanciamento afetivo e sexual do casal.

Daniele considera o fato de Flávio ter uma idade mais avançada. Sobre isso ela assevera: *“Eu às vezes tento considerar essas nossas*

diferenças, não só pela idade, porque é muito comum isso acontecer, ser pai-avô, né?” (grifos nossos). Para Flávio, a explicação sobre a dificuldade em colocar limites na sua filha é outra:

Eu tenho uma filha de 24 anos. Quando eu a conheci, ela já tinha 11 anos. Eu vim saber que eu era pai, ela já tinha 11 anos e a Mara eu considero como minha primeira filha. É a que eu tive contato desde bebê, que eu vi andar, que eu acompanhei a gestação, que vi falar, brincar, correr, sorrir, tudo isso aí pra mim é novidade. Eu to sendo pai agora.

Sobre sua relação com sua filha, Flávio afirma: *“O carinho que eu tenho pela Mara eu sei que extrapola o que é dito como normal e isso é meu”*. Sobre a triangulação Nichols e Schwartz (2007) alertam que os relacionamentos entre as pessoas estão submetidos a ciclos de proximidade e distanciamento que há maior probabilidade dos triângulos acontecerem. No distanciamento sexual e emocional entre o casal, o pai “se apegar” ou se aproxima da filha de uma forma compensatória à desunião com a esposa.

Com relação à educação que teve dos seus pais, Flávio declara: *“Sempre tive tudo do bom a toda hora (...) e a educação que eu recebi foi a melhor de todas então quero passar isso pra ela”*. É evidente a influência de questões transgeracionais na forma como Mara é educada, o que nos remete a Elkaïm (1990), segundo o qual independentemente da singularidade ou da especificidade de cada família em como transmitir e elaborar seus modelos, não existe dúvida sobre a transmissão destes. Ainda segundo o autor, é possível afirmar que toda família transmite seu modelo, mesmo aquelas que cuidam muito para não fazê-lo. Corroborando com essa ideia, McGoldrick e Gerson (1985) afirmam que as famílias repetem-se a si mesmas. Questões que aparecem numa geração podem passar à geração seguinte de outra forma. É o que observamos no caso de Flávio que claramente adota os valores que ele julga adequados e que são semelhantes aos que recebeu da sua família de origem.

Na família Silva, assim como na família Martins, a queixa aparece na fala da esposa onde ela questiona a maneira como seu esposo educa a filha do casal:

Eu acho que ele é mais ligado a ela. Até demais. Como ele fala que ela é última filha, ele acha que ela pode tudo, pode fazer o que quiser, ela pode ter tudo. Ele nem gosta que eu fale assim, mas **ele nem parece pai, parece avô**, aquele que estraga a educação da criança (grifos nossos).

Outro ponto convergente é que tanto Camila quanto Daniele, se referem à idade dos cônjuges como “justificativa” da maneira que eles educam as crianças. A idade dos genitores vivenciando a paternidade com filhas pequenas parece ter grande influência na maneira como as crianças são educadas e o afeto e atenção que recebem. As esposas percebem o afeto como excessivo e a educação parecida como a educação dada por um “avô” e não por um pai, isto é, elas se queixam da flexibilidade exagerada de regras, estas sendo impostas por elas, sem muito auxílio deles.

Um estudo realizado por Dias, Ataíde e Magalhães (2011), confirmou que um dos principais motivos de conflitos em famílias chefiadas por avôs ou avós foi a superproteção e a falta de imposição de regras para os netos. No caso das famílias estudadas não são relações avô/avó-neto/neta, porém há uma grande semelhança nos padrões encontrados nas famílias pesquisadas, sobretudo na relação pais-filhas. Em outra pesquisa realizada com adolescentes que haviam sido criados pelos avós (Dias, Aguiar & Hora, 2009) os participantes afirmaram que os pontos negativos dessa criação e relação com os avós foram a superproteção, excesso de mimo e a falta de limites. Esses dados mostram que os próprios adolescentes percebem o lado negativo dessa relação e suas avaliações são parecidas com as das mães participantes do nosso estudo.

Sobre sua maneira de educar a filha do casal, Lucas refere: “*Eu acho que eu sou super-protetor mesmo. Ela é minha última filha, então esse negócio de bater com ela eu não tenho coragem de fazer não. Eu fico chateado quando a mãe bate nela, ou qualquer pessoa quando bate nela. Então eu protejo ela*”. Um aspecto importante levantado por Whitaker e Bumberry (1990) é que há um problema de hierarquia na triangulação entre pais/filhos. Segundo eles, sempre que o filho é colocado na triangulação, ele sobe na hierarquia e divide o poder com o pai e a mãe. Nas duas famílias estudadas as filhas não apenas sobem na hierarquia como parecem ter um poder sobre os demais membros da família, sobretudo com relação às mães. Diante disso, Camila refere que tenta resolver a situação e relata: “*A gente discute muito por conta dessas coisas que ele faz com a menina. A gente briga e teve um dia que eu até fiz um comentário, eu falei: ‘daqui uns dias essa menina vai mandar em mim’*”.

Sobre a educação que deram às filhas dos casamentos anteriores, Lucas e Camila têm posturas diferentes. Ele batia nas outras filhas e agora conversa, enquanto Camila diz que mantém a mesma forma de educar. Lucas diz: “*Eu educo ela até diferente das outras meninas. Eu educo ela com conselhos, palavras e conversas. Com as outras eu ia e batia. Acho que*

eu era menos experiente e também foi assim que eu fui criado. Mas com ela eu conversei". Camila afirma: *"Eu não educo ela diferente da outra não. Dou muito amor, muito carinho, procuro dar o que eu posso dar, mas quando é pra chamar atenção, eu chamo"*.

É importante ressaltar que observamos nas duas famílias estudadas sérias dificuldades em estabelecer fronteiras claras de modo que proteja o subsistema conjugal. Para Minuchin (1982), as fronteiras são as regras que definem quem participa daquele sistema e como o faz e têm a função de proteger a diferenciação do sistema. Para que haja um funcionamento apropriado da família, as fronteiras dos subsistemas devem ser nítidas, permitindo que os membros levem suas funções a cabo, sem interferências indevidas, porém admitindo contato com membros de outros subsistemas. O autor distingue três tipos de fronteiras: nítida, difusa e rígida, sendo que as famílias podem passar de uma fronteira para outra. A fronteira nítida permite trocas sadias entre seus membros e possibilita que estes cumpram suas funções o que contribui para o funcionamento saudável da família.

Nos casos das famílias pesquisadas observamos uma fronteira difusa, entre os subsistemas paternal e filial (Minuchin, 1982). As famílias que possuem fronteiras difusas podem ser chamadas de famílias emaranhadas ou aglutinadas. Nessas famílias, ocorre uma indiferenciação entre os subsistemas e a distância entre seus membros é quase inexistente. Este aspecto pode desencorajar a autonomia e a procura de recursos para resolver e lidar com os problemas. Nas famílias estudadas observamos a tentativa esposas em reverter essa situação, gerando, na maioria das vezes conflitos entre o casal.

Sobre as regras familiares Camila assinala:

Sou eu que fixo as regras, porque quando tem alguma briga entre as crianças, por exemplo, ele fala que não vai se envolver e eu sou chamada por ele para resolver. Ele nunca se envolve, especialmente quando se trata de confusão e eu vou e resolvo e tenho que falar como tudo tem que funcionar. Aqui em casa os adultos é quem mandam e as crianças todas sabem disso. Mas ele gosta que eu mesma puxe as rédeas.

Autores como Cerveny e Berthoud (2002) e Minuchin (1982) concordam que as famílias necessitam de regras, compreendidas como um conjunto de normas e leis explícitas ou implícitas existentes nas famílias que as governam de alguma forma, fazendo parte da sua história. É incontestável a importância da existência de regras no sistema familiar, porém, é importante ressaltar que Camila fica responsável por explicitar as

regras para as crianças, o que não significa que Lucas não participe da elaboração das regras. No entanto na sua função de “lembrar” das regras, ele não tem desempenhado esse papel, chegando, por vezes a passar sobre as determinações de sua esposa quando o assunto é limite para a filha do casal.

Considerações Finais

O estudo que deu origem ao presente trabalho teve como objetivo principal investigar a dinâmica familiar e a vivência da paternidade na meia-idade e permitiu identificar várias dimensões do relacionamento conjugal e familiar, tais como: consideráveis mudanças na dinâmica conjugal, após o nascimento da criança, especialmente na sexualidade do casal e na relação da família nuclear com a família extensa e com o meio social mais amplo; descrever os principais sentimentos dos genitores e genitoras relacionados à expectativa do nascimento da criança; conhecer a percepção dos cônjuges sobre a idade dos homens e a influência sobre a educação da criança; identificar diferenças no modo como os pais educaram os filhos de outros relacionamentos que antecederam o nascimento da criança e conhecer as expectativas de futuro dos participantes com relação a vida familiar.

O interesse de pesquisar essas famílias com homens que se tornaram genitores na meia-idade surge com a inquietação de identificar a dinâmica familiar nesses moldes, cada vez mais comum em nossa sociedade. Para nossa surpresa, deixando o fenômeno a ser estudado ainda mais complexo, as duas famílias são recasadas e todos os membros do subsistema parental vinham de relacionamentos anteriores e com filhos e filhas. A literatura nos esclarece que precisamos estar atentos para o fato de que as famílias no passado distante e em muitas outras culturas, têm tido estruturas multivariadas e que os processos familiares importam mais do que a forma familiar para o seu funcionamento efetivo.

As famílias estudadas tiveram pontos convergentes e divergentes em seus discursos, apresentando também diferenças consideráveis nas visões entre os homens e as mulheres que repercutem diretamente na dinâmica familiar como um todo. Um ponto importante é que as esposas se queixam que a maneira como os maridos educam as filhas está “errada” e não dão limites e regras claras para as filhas pequenas, parecendo-se mais com “avôs” do que pais. As fronteiras dos subsistemas estão difusas, existindo evidente falta de clareza das regras que delimitam os espaços

intrafamiliares. A idade dos genitores parece ter forte influência na maneira como as crianças são educadas, porém, percebemos também a influência de heranças transgeracionais nesta questão, conforme demonstraram as falas dos esposos.

A utilização de uma metodologia qualitativa propiciou o conhecimento aprofundado do fenômeno estudado que nos forneceu dados de grande importância para a compreensão da dinâmica familiar e da vivência da paternidade na meia-idade. Esses dados podem ser ampliados por meio de um estudo longitudinal que possibilitaria conhecer a dinâmica familiar e a vivência da paternidade ao longo do ciclo de vida.

Referências

- Bilac, E. D. (1997). Família: algumas inquietações. In Carvalho, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez.
- Bowen, M. (1991). *De la familia al individuo*. Buenos Aires: Padus.
- Bucher-maluschke, J. S. N. F. (1999) O casal e a família sob novas formas de interação. In Féres-carneiro, T. (Org.). *Casal e família*. Rio de Janeiro: Editora Nau.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Ates Médicas.
- Cervený, C. M. O. & Berthoud, C. M. E. (2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Costa, P. G. & Katz, G. (1992). *A dinâmica das relações conjugais*. Porto Alegre: Artmed.
- Dias, C. M. S. B., Aguiar, A. G. S. & Hora, F. F. A. (2009). Netos criados por avós: motivos e repercussões. In Féres-Carneiro, T. (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dias, C. M. S. B.; Ataíde, E. R. & Magalhães, K. A. (2011). As relações entre as gerações nas famílias chefiadas por idosos. In Féres-carneiro, T. (org.). *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diniz, G. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. In Féres-carneiro, T. (org.). *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Elkaïm, M. (1990). *Se você me ama, não me ame: abordagem sistêmica em psicoterapia familiar e conjugal*. Campinas: Papyrus.
- Erikson, E. (2000). *The erik erikson reader*. Nova York: WW Norton.
- Papp, P. (org.). (2002). *Casais em perigo: novas diretrizes para terapeutas*. Porto Alegre: Artmed.
- González rey, F. (1999). *La investigación cualitativa em psicologia: rumbos y desafios*. São Paulo: Educ.
- Hockenbury, D. H. & Hockenbury, S. E. (2009). *Descobrimo a psicologia*. São Paulo: Manole.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010a). *Expectativa de vida do homem brasileiro*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=266&id_pagina=1
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010b) *IBGE divulga indicadores sociais dos últimos dez anos*. Disponível em:

- http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=987&id_pagina=1.
- McGoldrick, M. & Gerson, R. (1985). *Genograms in family assessment*. Nova York: Norton e company.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Ates Médicas.
- Minuchin, S.; Nichols, M. P. & Lee, W. (2009). *Famílias e casais: do sintoma ao sistema*. Porto Alegre: Artmed.
- Nichols, M. P. & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia Familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). (1999). *Levantamentos básicos em saúde*. São Paulo: Editora Santos.
- Santos, I. E. & Dias, C. M. S. B. (2008). Homem idoso: vivência de papéis desempenhados ao longo do ciclo vital da família. *Aletheia*, 27, 98-110.
- Souza, C. L. C. & Benetti, S. P. C. (2009). Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. *Paidéia*, 19, 42. Ribeirão Preto.
- Turato, E. G. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca.
- Whitaker, C. A. & Bumberry, W. M. (1990). *Dançando com a família*. Porto Alegre: Artmed.

UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PSICOEDUCATIVA COM AVÓS QUE CRIAM SEUS NETOS

*Cristina Maria de Souza Brito Dias
Emily Schuler
Universidade Católica de Pernambuco*

De acordo com Atalla (1996) a chegada dos netos pode ocasionar uma maior união na família, não havendo dúvidas de que o relacionamento entre avós e netos é benéfico para ambas as gerações. Contudo, quando se instala a situação em que os avós se tornam cuidadores dos netos, esse relacionamento pode ser prejudicado, como se verá a seguir.

Cuidar dos netos pode ser uma tarefa prazerosa, trazendo a emoção de viver novamente certas lembranças e momentos especiais. Além disso, segundo Oliveira (1993), eles podem voltar a se sentir úteis e confiáveis para cuidar e brincar com os netos. No entanto, outros estudos sugerem que cuidar dos netos pode ser um grande fardo, e geralmente acontece em uma idade quando muitos adultos ainda estão cuidando dos seus próprios filhos ou se preparando para a aposentadoria (Pebley & Rudkin, 1999). Constatase que cuidar dos netos é uma situação mesclada de sentimentos ambivalentes, pois pode trazer várias alegrias, mas acarreta muitas tarefas físicas e emocionais que, para a pessoa idosa, podem ser prejudiciais. Outros fatores como idade (tanto dos avós como dos netos); situação conjugal; conflitos não resolvidos com a segunda geração; situação econômica, entre outros, contribuem de maneira decisiva para a qualidade do relacionamento entre avós, pais e netos (Dias & Costa, 2006).

Cristina Maria de Souza Brito Dias: possui doutorado e mestrado em Psicologia pela UnB. É professora e pesquisadora do Programa de pós-graduação em Psicologia clínica e do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: Cristina.msbd@gmail.com
Emily Schuler: aluna do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco. Bolsista PIBIC do CNPq. E-mail: schuler.mily@gmail.com
Endereço para correspondência:

Cristina Maria de Souza Brito Dias - Rua: Conselheiro Portela, 130 a, apto 201- Graças – Recife- PE - CEP 52020-030. Fones: (81)32414254 ou (81)87598882.

Emily Schuler - Rua: Jorge de Albuquerque 31, Apt.301-Casa Forte – Recife-PE
CEP 52061-100. Fones: (81)30385538 ou (81)96091424.

Como os cuidados das crianças geralmente recaem sobre as mulheres, focalizar-se-á, nesta pesquisa, a figura da avó. O estudo de Williamson et al (2003) sugere que sejam feitos grupos de apoio para essas avós, em escolas e outras instituições, constando de material educacional e seminários, para ajudá-las a lidar com as situações estressantes que geram reações emocionais negativas. Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa foi elaborar, implementar e avaliar os efeitos de uma intervenção psicoeducativa, dirigida a minorar a ansiedade e a depressão de avós que cuidam dos netos. Especificamente buscamos: 1) identificar a presença de ansiedade e depressão nessas mulheres; 2) realizar uma intervenção psicoeducativa com as avós; 3) avaliar os efeitos da intervenção psicoeducativa comparando os indicadores de ansiedade e depressão, antes e depois da intervenção; 4) analisar as impressões das avós sobre a intervenção.

Além de visar uma melhoria no relacionamento entre avós e netos, e oferecer conhecimentos úteis para que elas reajam melhor às situações familiares, esta pesquisa busca repassar o conhecimento para que as avós sejam agentes da sua própria realidade. Logo, a avó que passa pela intervenção psicoeducativa se torna também uma agente de mudança em seu meio familiar. Assim, busca-se trazer informações para o seu interesse, mas também ouvi-las para reconhecer suas dificuldades e atender seus pedidos.

Este estudo se justifica por ser cada vez maior o contingente de avós que, por diversos motivos, cuidam de seus netos. Apesar de ser um tema com, até então, pouca visibilidade, o estudo desse fenômeno é muito importante. Este artigo se compõe de três partes: a primeira, apresenta o referencial teórico que dá embasamento à pesquisa. Num segundo momento, a metodologia utilizada é explicitada em três partes, sendo estas: participantes, instrumentos utilizados e a coleta de dados. E, por fim, os resultados obtidos são discutidos.

Avós que criam seus netos

Avós são fundamentais na vida dos seus netos. Cardoso (2011) sugere que o fato de que algumas pessoas se tornam avós mais cedo, e também o aumento da longevidade humana, favoreceram a maior convivência entre as gerações, provocando mudanças nos laços intergeracionais. Após os pais, os avós geralmente são os principais agentes de socialização da criança e influenciam vários aspectos de sua vida como: escolar, emocional, moral, social. Eles são vistos como membros integrais

da rede familiar, que dão apoio emocional e instrumental, não apenas aos netos, mas aos filhos. Jornais e artigos de revistas reportam que é cada vez mais comum que avós se tornem os principais cuidadores dos seus netos, devido ao aumento significativo de problemas sociais, tais como abuso de drogas, gravidez na adolescência, doenças (transtornos mentais, Aids), negligência, abandono e divórcio por parte dos pais (Pebley & Rudkin, 1999). Segundo os mesmos autores, os resultados de vários estudos são consistentes com a ideia que avós geralmente assumem papéis parentais em relação aos seus netos somente quando seus próprios filhos estão tendo problemas que dificultam suas responsabilidades parentais.

Cuidar dos netos pode ser uma tarefa prazerosa para as avós. Oliveira (1993), pesquisando avós que criavam seus netos, constatou que eles perceberam a convivência com os netos como favorável, sendo uma fonte de renovação e interesse pela vida, orgulho, satisfação, senso de utilidade e confiança, bem como divertimento, ao compartilhar jogos e brincadeiras com os netos. O autor concluiu dizendo que os avós educam e, ao mesmo tempo, são reeducados pelas crianças, uma vez que são forçados a reviver situações que acabam conduzindo-os a novas experiências e hábitos. Eles se renovam como sujeitos nesse convívio. Cardoso (2011) também afirmou que a convivência entre avós e netos permite uma relação afetiva próxima que é benéfica para ambos.

Enquanto algumas avós relataram que posterior à chegada dos netos estavam gozando de mais saúde e levando uma vida mais ativa, outras se queixaram da sobrecarga a que estavam submetidas (Heymood,1999; Williamson, 2003; Grinstead, Leder, Jensen & Bond, 2003). Devido à provável coresidência dos membros da família, isto é, avó, filhos e netos, pode-se concluir que haverá dificuldades a serem superadas pelo fato de cada qual representa uma geração diferente. Inclusive porque os sentimentos das avós, em grande parte, dependem da situação presente dentro de casa e da situação das pessoas chave daquela família (Williamson, 2003). A moradia sob o mesmo teto pode gerar sentimentos de sobrecarga e estresse nas avós, uma vez que se sentem responsáveis não apenas pelos filhos, mas pelos netos também (Dias, Costa & Rangel, 2005; Dias & Costa, 2006). Segundo os estudos de Goodman e Silverstein (2002), a coresidência se dá por motivos de auxílio financeiro, trabalho ou divórcio dos pais. O cuidado dos netos traz consigo pressões, muitas vezes inesperadas pois, além do manejo com os netos, há também suas necessidades emocionais, questões legais, dificuldades financeiras e problemas de transição ao se tornarem cuidadores (Mayer, 2002).

Vários autores concordam que cuidar dos netos pode gerar várias dificuldades para as avós, tais como: estresse; depressão; declínio da saúde demonstrada em queixas físicas; problemas econômicos; preocupações com a escolaridade e a disciplina dos netos; e confusão de papéis, uma vez que assumem a função de pais e avós ao mesmo tempo. Além disso, elas podem desenvolver sentimentos de vergonha, perda, culpa e mágoa em relação aos filhos que as deixaram nessa situação. Outro fator que deve ser levado em consideração é a saúde das avós que, muitas vezes, é prejudicada, já que deixam de cuidar de si para atender às necessidades dos netos. O próprio estresse que sentem pode acabar por prejudicar sua saúde. Jendrek (1994) explica o prejuízo à saúde pelo fato de que o cuidado com os netos coincide com o seu declínio físico natural por conta da idade. O desgaste que as demandas que uma criança pequena exige (abaixar-se, brincar, banhar) e a dificuldade em disciplinar os netos mais velhos, pode levá-las a desenvolver problemas cardíacos. Segundo Grinstead, Leder, Jensen e Bond, (2003) algumas avós relatam não haver diferenças em relação à saúde com a chegada dos netos; outras sentem uma melhora, e, por fim, várias relataram que houve prejuízos à sua saúde em decorrência dos diversos papéis e pressões com que se deparam. Deve-se, porém, levar em consideração outros fatores que possam influenciar a saúde das avós que cuidam de seus netos, tal como o estado do relacionamento com o cônjuge, a idade, a educação, a ocupação, e o próprio relacionamento com os netos (Musil & Ahmad, 2002).

Musil e Ahmad (2002) pontuam que a depressão e a ansiedade atingem níveis mais elevados nas avós cuidadoras de netos do que em avós não cuidadoras. As causas da depressão na velhice são frequentemente atribuídas a acontecimentos estressantes (Stuart-Hamilton, 2002). Heymood (1999) e Williamson et al (2003) verificaram a incidência de depressão nas avós, por sentirem que falharam como mães, vivenciarem conflitos com os filhos e se preocuparem com o bem-estar dos netos. O não desenvolvimento de atividades sociais e o medo de que não haja quem cuide dos netos na sua ausência também são elementos que predispõem à depressão.

Como vimos em Dias, Costa e Rangel (2005), há sentimentos de ambivalência em relação à criação dos netos, porque mesmo que desejassem continuar cuidando deles, as avós expressaram também queixas de sobrecarga, cansaço e estresse. Devido aos resultados emocionais que o cuidado dos netos pode gerar, se torna claro que as avós necessitam de uma assistência para lidar com os sentimentos que o cuidar dos netos pode causar (Mayer, 2002).

Método

Amostra

Todas as avós obtiveram um escore ao menos ‘leve’ no BAI (Inventário de Beck para Ansiedade) e/ou BDI (Inventário de Beck para Depressão), estabelecido como ponto de corte para a participação no grupo. Participaram da pesquisa 26 avós, com idade entre 45 e 86 anos. Essas avós têm entre um a cinco netos e cuidam deles, no mínimo, um expediente por dia. Dentre elas, três são analfabetas. A maioria são casadas, donas de casa e evangélicas praticantes engajadas em atividades de sua igreja. Sua escolaridade variou desde ensino fundamental incompleto ao ensino médio completo.

Instrumento

a. Primeiramente foi utilizado o Questionário de dados sociodemográficos e uma Entrevista semi-estruturada com questões acerca dos motivos que a levaram a criar os netos, como caracteriza a criação e seu relacionamento com os mesmos.

b. Utilizamos também o BAI (Inventário de Beck para Ansiedade) - composto por 21 itens, cada um com quatro pontos que refletem níveis de gravidade crescente de cada um dos sintomas (Goreinstein, 1998); e o BDI (Inventário de Beck para Depressão) - consta de 21 itens, cada um com quatro alternativas em graus crescentes de intensidade de depressão, em todas as avós guardiãs. (Cunha, 2001).

c. Foi realizada uma intervenção psicoeducativa com avós que apresentaram o escore ao menos leve “no BAI e/ou no BDI”, composta de oito sessões, que serão descritas mais adiante.

d. Ao final, utilizamos uma entrevista semiestruturada com o objetivo de obter uma avaliação por parte das avós sobre essa experiência.

Procedimento de coleta dos dados

As avós foram procuradas em grupos de idosos ligados a igrejas e foram convidadas a participar da pesquisa. Primeiramente, as avós tomaram conhecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o assinaram. Então, se iniciou a primeira coleta dos dados com a aplicação dos dois inventários (BDI e BAI) e a realização da entrevista semi-estruturada. Depois de corrigidos, as avós que obtiveram uma pontuação de

no mínimo *leve* em um ou em ambos os inventários (que estabelece o ponto de corte para a participação no grupo), foram convidadas para fazer parte do grupo de intervenção. A seguir, foi realizada a Intervenção Psicoeducativa, composta por 8 sessões, sendo uma por semana com duração de 2 horas cada. Após a intervenção psicoeducativa, os instrumentos foram aplicados novamente e também foi realizada uma entrevista semi-estruturada cujo foco foi a experiência vivida por estas avós.

Procedimento de análise dos dados

Os testes foram analisados segundo os critérios estabelecidos no manual. Os dados coletados referentes às informações sociodemográficas foram submetidos à análise descritiva. A técnica para análise do material qualitativo foi a Análise de Conteúdo, mais precisamente a Análise Temática (Minayo, 2004).

Análise e Discussão dos Resultados

Nesta sessão iremos apresentar e discutir os resultados encontrados a partir do BDI e BAI, como também das entrevistas semiestruturadas realizadas com as avós antes e depois da intervenção psicoeducativa.

Entrevista inicial

Na *entrevista inicial*, realizadas antes da intervenção psicoeducativa, levantamos três categorias:

1. Motivos para criarem os netos - Nesta categoria os principais motivos citados pelas participantes foram: separação dos pais, que causa uma coabitação com os avós; o trabalho materno; o fato da mãe ser solteira; adoecimento da filha; brigas entre os pais; e, apenas duas participantes apontaram como motivo o falecimento de um dos pais da criança. Tais motivos corroboram os que foram apontados por Pebley e Rudkin (1999).
2. Sentimentos experimentados com relação à criação dos netos – A maioria das participantes disse se sentir feliz em poder criar seus netos, embora algumas delas apresentassem ambivalência afetiva. Elas relataram cansaço, tristeza, falta de paciência e estresse,

porque “criar netos nessa idade dá muito trabalho”. Uma avó chegou a usar a expressão “me sinto presa”. Os mesmos sentimentos são confirmados na pesquisa realizada por Dias, Costa e Rangel (2005), na qual as avós relataram sentimentos de ambivalência em relação à criação dos netos, porque mesmo que nutram o desejo de continuar cuidando dos seus netos, ao mesmo tempo, expressaram sentimentos de sobrecarga, cansaço e estresse.

3. Saúde das avós – Com relação à saúde, a maioria apresentou doenças e um agravamento das condições físicas. Foram citadas: hipertensão, osteoporose, diabetes, problemas de coluna, problemas cardíacos (levando a um infarto), alteração de taxas, e um caso de câncer. Embora não tendo conhecimento do estado de saúde das avós antes de cuidarem dos netos, esse fato é apontado por Jendrek (1994), que explica que o cuidado com os netos e o estresse advindo do mesmo pode causar problemas à saúde. Deve-se destacar, no entanto, que houve relatos de gozar boa saúde.

A Intervenção Psicoeducativa

O foco principal da intervenção psicoeducativa é discutir temas psicológicos que visem o desenvolvimento de habilidades e estratégias de enfrentamento diante de uma determinada dificuldade. Suas metas são educativas, de prevenção e de promoção da saúde psicológica.

1ª sessão: Apresentação, conhecimento mútuo, agenda de interesses e necessidades

Nesta primeira sessão foi realizada a entrevista inicial e a aplicação dos testes. Seu objetivo é conhecer um pouco das participantes e estimular que elas se conheçam, para que haja uma melhor interação no grupo. Para que ocorra esta interação, utilizamos a dinâmica do papel colorido, onde em uma caixinha tem varias papeis coloridos tendo dois da mesma cor. As avós que tirarem os papeis da caixinha da mesma cor devem formar duplas e sentar uma ao lado da outra. Em seguida, elas devem perguntar para sua dupla as seguinte questões: O que você sabe fazer bem? O que você não gosta de fazer? Qual é o seu maior sonho?. Depois elas devem apresentar a sua dupla para o grupo. Nessa primeira sessão o contrato psicológico é feito (assiduidade, sigilo, não trazer assuntos íntimos, respeito às opiniões e

sentimentos do outro), elaborando assim o conjunto de expectativas recíprocas relativas às obrigações mútuas.

2ª sessão: O desenvolvimento da criança

Nesta sessão é abordado o desenvolvimento criança, trazendo informações úteis de cada faixa etária da criança, para facilitar o seu cuidado. Além disso, estimula-se uma compreensão de que a infância saudável é muito importante para o desenvolvimento posterior da pessoa, tendo as ações de hoje consequências mais adiante. Primeiramente apresenta-se uma aula expositiva com os assuntos: desenvolvimento infantil, desenvolvimento escolar, rivalidade fraterna, agressividade, pedagogia perniciosa e a necessidade do brincar. E, então, é proposta a dinâmica do papel. Para sua realização dá-se a cada avó uma folha de papel e pede-se que ela a divida em duas partes iguais. Então, pede-se que as avós amassem um dos pedaços de papel a cada vez que escutem uma palavra ou frase de cunho negativo, ditas por elas mesmas e pelo facilitador (exemplo: humilhar, bater, ridicularizar). Depois, de bem amassado, pede-se que abram o papel amassado e o deixem tal liso quanto antes. Após alguns minutos de insistência, as participantes comparam o papel que amassaram com um papel liso, e percebem que o mesmo não voltará a ficar tão liso. Então, enfoca-se que as consequências dessas frases negativas ficam marcadas por muito tempo e quão difícil é de esquecê-las. Depois, pede-se que peguem o outro papel liso e balancem, o que causa um grande barulho. Pede-se que elas amassem a folha sempre que escutarem as palavras e frases ou palavras de cunho positivo ditas por elas ou pelo facilitador (exemplo: atenção, compreensão, diálogo). Feito isto, pede-se que agora abram a folha amassada e a balancem e ela já não faz o barulho de antes, fazendo dessa vez, um barulho suave. Reflete-se então sobre a educação e disciplina quando dada às crianças de forma adequada.

3ª sessão: O desenvolvimento do adolescente

O objetivo desta sessão é propiciar um melhor conhecimento sobre o desenvolvimento do adolescente que é fundamental para uma maior compreensão desse momento de transição do ser humano. Para tanto, há primeiro uma apresentação expositiva sobre temas como puberdade, a necessidade de pertencer a um grupo, a busca do adolescente pela sua própria identidade e a importância de não julgar a aparência. Após essa apresentação, faz-se uma dinâmica com o grupo, onde apresenta-se as avós

duas caixas, sendo uma de aparência bonita embrulhada como um presente, e outra velha e descuidada. Depois, pergunta-se para as participantes qual caixa guarda em si o melhor objeto ou qual gostariam de ter para si. Após escutar as opiniões abre-se as caixas. Para a surpresa de todas, a caixa mais bonita guardava lixo, e a caixa feia continha muitos doces. Após esta “brincadeira” leva-se as avós a refletirem sobre o interno e externo, e sobre a necessidade de não julgar pelas aparências.

4ª sessão: Habilidades de comunicação

Nesta sessão abordam-se temas que melhorem a comunicação familiar, tais como, ouvir e aprender a respeitar a opinião do outro; compartilhar assuntos como escola, amigos, encontros, esportes, moda, dinheiro, música, carreira; respeitar negociações sobre horários, tarefas domésticas, organização, entre outros. O objetivo é melhorar uma comunicação falha, uma vez que a maioria dos conflitos são fruto de uma má compreensão ou desentendimento. Após uma breve aula expositiva, onde são apresentadas estratégias para melhorar a comunicação, como escutar enquanto o outro fala; não repetir argumentos ou discussões; não conversar enquanto estiver nervoso, entre outros, abrimos uma roda para propor uma dinâmica de encenação. Então um avó representa uma situação com uma neta (representada por um dos facilitadores), onde é dramatizada a cena de uma avó tentando falar com a neta de forma inadequada (gritos, exigências, falam ao mesmo tempo). Depois a cena é repetida, levando em consideração as dicas dadas anteriormente.

5ª Sessão sobre Cuidado Pessoal e Alimentação

Nesta sessão são abordados temas referentes a um melhor cuidado com a saúde. Assim, são apresentados informações sobre uma alimentação saudável que previne riscos de doenças. Também explica-se um pouco sobre cuidados essenciais com a saúde, tal como, visitas regulares ao médico e exames de prevenção. Por fim, apresentam-se alguns cuidados essenciais para prevenir quedas e acidentes, por exemplo, não ter tapetes em casa e usar sapatos fechados, entre outros.

6ª Sessão sobre Necessidades sentidas e direito dos idosos

O objetivo é abordar os direitos dos idosos bem como assuntos pedidos pelas avós, sendo assim uma sessão que se adapta às necessidades

do grupo. Então, os temas propostos foram anorexia, epilepsia, abuso de álcool e outras drogas, internet, hiperatividade, abuso sexual. Por fim, apresenta-se de forma expositiva os direitos dos idosos no Brasil e como as participantes devem proceder caso esses direitos lhes sejam negados de alguma forma. Todas as participantes recebem uma cartilha informativa, desenvolvida pela equipe, com as informações apresentadas na sessão. Então, temos uma discussão aberta onde as avós compartilham suas experiências sobre os temas abordados e o que aprenderam.

7ª Sessão sobre Relacionamento familiar

O relacionamento familiar é trazido como principal tema nesta sessão, visando uma melhora deste. Inicialmente, faz-se uma aula expositiva sobre a família e as peculiaridades dos vários papéis que uma única pessoa representa dentro de uma mesma família, e como lidar com cada membro e, consecutivamente, cada geração. Para a dinâmica utiliza-se uma boneca e um boneco de pano. A participante escolhe com qual dos dois quer falar e dirá quem representa. Depois é pedido para que cada uma fale para aquela boneca ou boneco o que sempre quis dizer para aquela pessoa e nunca foi dito.

8ª Sessão: Avaliação das sessões pelas participantes

Logo no início da sessão, reaplica-se o BDI e o BAI, que foram os instrumentos utilizados para medir a ansiedade e depressão das avós para que estas cumprissem o critério para entrar no grupo. Então, todas respondem a uma entrevista semi-estruturada contendo perguntas sobre como foram afetadas pelo grupo. Em seguida, junta-se o grupo para uma avaliação geral da experiência, onde todas têm oportunidade de falar. Mudanças externas e internas ficam evidentes através da aparência mais leve das avós e dos seus comentários sobre a experiência. Os depoimentos trazidos pelas participantes foram de muita felicidade e gratidão por terem participado do grupo.

Entrevista Final

Após as oito sessões da intervenção psicoeducativa, reaplicamos o BDI e BAI nas avós participantes para verificar se os níveis de ansiedade e depressão sofreram alguma alteração. Foi possível constatar uma melhora das avós, tanto em seus níveis de ansiedade, como também de depressão.

Como se pode ver nos os escores médios de ambos os grupos foram os seguintes: no BAI de 17,3 para 11,94; e, no BDI de 11,8 para 10,67. Após a reestagem foi feita uma entrevista semiestruturada, com questões que avaliam a experiência e servem aos objetivos da pesquisa.

A partir da entrevista semiestruturada realizada após a intervenção psicoeducativa, três categorias foram levantadas:

1. Sentimentos com relação à participação no grupo – Todas as participantes disseram ter se sentido muito bem. Inclusive, algumas delas demonstraram que iriam sentir saudades dos encontros realizados, como podemos constatar nas seguintes falas:

“Senti-me bem melhor. Eu sou tímida e isso me ajudou. Foi um presente na minha vida.” (Grupo1 -Participante 09)

“O que aprendi foi muito bom. Foi como um lazer, que cheguei a esquecer os problemas de casa. Lamento que esteja terminando. Não tenho palavras pra explicar como me senti. Amei!” (Grupo 2 – Participante 04)

“A gente veio no escuro, mas no final tinham cinco luzinhas que eram vocês pra ajudar a gente!” (Grupo 2 – Participante 01)

Como podemos ver em Strom e Strom (1993) quando idosos se juntam em grupos de discussão e se ajudam, praticando habilidades de comunicação isso os ajuda a assumir seus papéis nas suas famílias, além de ser prazeroso para eles.

2. Temas preferidos e de maior importância no processo – Segundo a maioria dos participantes todos os temas foram de grande valor. Os mais destacados foram: a comunicação, que visa uma melhora nos relacionamentos; os que tinham netos ainda criança preferiram a segunda sessão sobre a infância; e os que tinham netos adolescentes apreciaram a sessão sobre a adolescência. Ainda destacaram a aula expositiva sobre o direito dos idosos, sobre o qual algumas não tinham conhecimento. E, também foi muito discutida a dinâmica do papel, que estimula uma reflexão sobre nossas ações a longo prazo, para uma melhoria na comunicação e educação. Os seguintes depoimentos apontam para estes fatos:

“A que eu mais gostei foi a de como cuidar dos netos. Ter mais paciência né?! Essa foi profunda!” (Grupo 1 - Participante 03)

“Gostei de todas. Todas foram importantes. Porque aprendi e fiquei mais esclarecida para cuidar dos meus netos.” (Grupo 1 - Participante 07)

“Foi quando elas fizeram aquela parte de como conversar com o neto direitinho. Eu era muito autoritária e aprendi a me controlar.” (Grupo 2 - Participante 10)

“A família, a educação dos netos e a última reunião me tocou bastante, poder falar com os familiares, poder falar com minha filha, abraçar e dizer o que eu tinha vontade de falar. Estou aliviada!” (Grupo 2 – Participante 11)

3. Mudanças em relação aos netos – Com relação às mudanças ocorridas na criação dos netos, as participantes ressaltaram que agora tinham mais paciência; procuravam não ficar bravas; não perder a cabeça; falar baixo; aconselhar mais; conversar; pensar antes de falar; e cuidar mais demonstrando amor que tem para com eles. Elas reconheceram também que podem fazer todos os gostos dos netos, apontando para a necessidade de dar limites. Essas mudanças podem ser vistas nas seguintes falas:

“Eu gritava com minha neta. Agora, eu procuro falar com ela e conversar.” (Grupo 1 - Participante 09)

“É preciso pensar sempre em conviver bem e conquistar os netos” (Grupo 1 - Participante 10)

“Eu já tinha paciência, mas depois dessas reuniões foi que eu entendi como é!” (Grupo 1 - Participante 01)

“Eu mimava muito, reclamava na frente dele, e isso eu tô deixando de lado. Tava passando por cima dos pais dele. Isso parei! Porque ele é o pai e eu sou avó!” (Grupo 2 - Participante 01)

“Muitas coisas mudaram. O que eu entendi que tava errado eu não vou mais repetir. Antes eu achava que só eu estava certa. Agora não. Vou fazer diferente. A gente aprende aqui e divide lá fora” (Grupo 2 - Participante 06)

Podemos perceber que houve uma mudança das avós em relação a si mesmas e aos seus netos, pois muitas participantes declararam estar mais esclarecidas e seguras. Isso possibilitou uma melhoria no relacionamento com os seus netos, além de obter uma diminuição em seus níveis de ansiedade e depressão. O conhecimento que foi dado a elas lhe proporcionou a possibilidade de melhorar seus relacionamentos e sua realidade.

Considerações Finais

Devido às diversas dificuldades que as avós que cuidam do seus netos podem ter, esta pesquisa propôs levar a cabo uma intervenção psicoeducativa, esperando ajudá-las a lidar melhor com a situação vigente. O objetivo da intervenção é trazer informações úteis para as avós que visem a reflexão para que haja um melhor relacionamento entre essas avós e suas famílias. Oferecemos temas que podem estimular a compreensão das possíveis fontes de dificuldades no relacionamento com os netos e suas consequências. Através da Intervenção Psicoeducativa, espera-se que as avós possam se tornar mais aptas e seguras para realizar sua tarefa de cuidar dos seus netos e cuidar de si mesmas em termos de saúde e autoestima.

Os temas propostos nas oito sessões que compõem a intervenção foram escolhidos levando em consideração dificuldades comuns nos relacionamentos familiares, oferecendo informações úteis e estratégias para lidar com situações recorrentes.

A partir dos dados apresentados, concluímos que a intervenção psicoeducativa parece ter sido muito proveitosa para as avós participantes, que demonstraram uma melhoria no seu relacionamento com os netos. Além disso, foi possível constatar uma diminuição nos seus níveis de ansiedade e depressão. Pode-se identificar que as avós apreciavam a ida às intervenções, o que pode ser constatado na frequência às reuniões, que foi muito boa, isto é, as avós quase não faltaram. Em seus depoimentos, ficou evidenciado que obtiveram novas informações e que iriam repassar seu conhecimento adiante. Portanto, podemos concluir que a intervenção psicoeducativa atingiu seus objetivos. Esperamos que ela possa ser aperfeiçoada e utilizada por outros profissionais no intuito de oferecer suporte a essas avós, que são tão importantes e ainda não devidamente reconhecidas pela sociedade.

Referências

- Atala, M. M. A. (1996) *Netos, o olhar das avós: vivencia de avós que cuidam de seus netos*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Cardoso, A. R. (2011) *Avós do Século XXI: mutações e rearranjos na família contemporânea*. Curitiba: Juruá Editora.
- Cunha, J. A. (2001) *Manual da versão em português das Escalas Beck*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dias, C.M.S. & Costa, J.M. Um estudo sobre avós guardiãs na cidade do Recife. In. Amazonas, M.C.L.A.; Lima, A.O.; Dias, C.M.S.B. (2006) *Mulher e Família: diversos dizeres* (p. 127-138). São Paulo: Oficina do Livro.
- Dias, C.M.S., Costa, J.M. & Rangel, V.A. Avós que criam seus netos: circunstâncias e

- consequências. In T. Féres-Carneiro. (2005) *Família e Casal: efeitos da contemporaneidade* (p.158-176). Rio de Janeiro: PUC-Rio..
- Goodman, C.; Silverstein, M. (2002) Grandmothers raising grandchildren: family structure and well-being in culturally diverse families. *The Gerontologist*, 42(5), 676-689.
- Gorenstein, C. & Andrade, L. (1998) Inventário de depressão de Beck: propriedades psicométricas da versão em português. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25(5), 245-250.
- Grinstead, L.N.; et.al. (2003) Review of research on the health of caregiving grandparents. *Journal of Advanced Nursing*. New Jersey, 44(3), 318-326.
- Heywood, M.E. Custodial grandparents and their grandchildren. (1999) *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 7(4), 367-372.
- Jendrek, M.P. (1994) Grandparents who parent their grandchildren: circumstances and decisions. *The Gerontologist*, 34(2), 206-216.
- Mayer, M. (2002) Grandparents rearing grandchildren: circumstances and interventions. *School Psychology International*, 23(4), 371-385.
- Minayo, M. (2004) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Musil, C.M. & Ahmad, M. (2002) Health of grandmothers: a comparison by caregiver status. *Journal of Aging and Health*, 14(1), 96-121.
- Oliveira, P.S. (1993) *Vidas compartilhadas: o universo cultural das relações avós e netos*. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Pebley, A.R. & Rudkin, L.L. (2004) Grandparents caring for grandchildren: What do we know? *Journal of Family Issues*, 25(8), 1026-1049.
- Strom, R.D. & Strom, S.K. (1993) Grandparent education: improving communication skills. *Educational Gerontology*, 19, 717-725.
- Stuart-Hamilton, I. (2002) *A psicologia do envelhecimento: uma introdução*. Porto Alegre: Artmed.
- Williamson, J., Softas-Nall, B. & Miller, J. (2003) Grandmothers raising grandchildren: an exploration of their experiences and emotions. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 11(1), 23-32.

FAMILISMO Y FUNCIONAMIENTO FAMILIAR*Mirta Flores Galaz**Lourdes Cortés Ayala**Universidad Autónoma de Yucatán**Sofía Rivera Aragón**Universidad Nacional Autónoma de México*

Desde la perspectiva psicosocial, el familismo hace referencia a un valor fundamental de la cultura latinoamericana (Zinn, 1982) caracterizado por un énfasis en la unidad familiar sobre los valores de la autonomía y el individualismo (Comas-Díaz, 2006) e implica una fuerte identificación y apego a la familia nuclear y extensa (Cortés, 1995). Uno de los componentes básicos del familismo es que la atención a la familia sustituye a la atención a la persona (Steidel & Lugo Contreras, 2003), teniendo como consecuencia que exista una fuerte creencia hacia la unidad, fiabilidad y reciprocidad entre los miembros de una misma familia (Valenzuela & Dornbusch, 1994). El término familismo se ha utilizado en numerosos estudios para describir la fuerte identificación y el apego a la familia nuclear, así como los fuertes sentimientos de lealtad, reciprocidad y solidaridad hacia los miembros de su familia, que muestran los latinos inmigrantes –o descendientes de inmigrantes- en Estados Unidos (Marín & Van Oss Marín, 1991).

De acuerdo con Rodríguez, Binhamn, Paez y Myers (2007) un punto de partida útil para definir el familismo es conceptuarlo como un constructo multidimensional que comprende la estructura, el comportamiento, las normas, los valores, las actitudes y la identidad social (Arce, 1978 en Ramírez y Arce, 1981). Asimismo, la revisión de la literatura muestra una diversidad de definiciones, desde las definiciones operacionales con un sentido global de familismo (Cuéllar, Arnold & González, 1995; Gil, Wagner & Vega, 2000; Steidel & Lugo Contreras, 2003), hasta otras definiciones que incorporan subcomponentes como redes familiares y apoyo (Castillo, Conoley & Brossart, 2004; Griffith & Villavicencio, 1985; Zambrana, Silva-Palacios & Powell, 1992), satisfacción de la familia (Schumm *et al.*, 1988), valores de familia (Rodríguez, Ramírez & Korman, 1999) importancia de la familia (Gaynes *et al.*, 1997) y funcionamiento familiar (Rueschenberg & Buriel, 1989).

Una de las primeras y más usadas definiciones del familismo *actitudinal* es la propuesta por Burgess, Locke y Thomes (1963) para quienes se caracteriza por cinco aspectos: 1) la sensación de todos los miembros de pertenencia legítima al grupo familiar en tanto que las demás personas son extraños; 2) existe una integración de las distintas actividades para el logro de los objetivos familiares; 3) el supuesto de que la tierra, el dinero y otros bienes materiales son propiedad de la familia, lo que implica la obligación de apoyar a miembros individuales y darles ayuda cuando lo necesitan; 4) la disposición de todos los miembros para unirse y apoyar a un miembro si es atacado por extraños; y 5) la preocupación por la perpetuación de la familia, como se evidencia en la ayuda que se brinda a los hijos adultos en el inicio y continuación de una actividad económica, y en la creación de un nuevo hogar

La literatura desarrollada posteriormente sobre el tema confirma que el familismo es un constructo multidimensional; algunos autores han teorizado que se compone de al menos tres dimensiones: la *estructural*, una *conductual* y una de *actitudes* (Valenzuela & Dornbusch, 1994). La dimensión *estructural* se refiere al territorio y límites en los cuales se producen los comportamiento y actitudes significativos, por ejemplo la distancia o cercanía a la que viven parientes cercanos; la dimensión de *comportamiento* se refiere a conductas específicas asociadas con sentimientos y actitudes hacia la familia, como llamar por teléfono o visitar frecuentemente a los miembros de la familia (Sabogal, Marín, Otero-Sabogal, Van Oss Marín & Pérez-Stable, 1987). La dimensión *actitudinal* alude al compromiso normativo de los miembros de la familia hacia las relaciones familiares, privilegiándolas por sobre las personas (Luna *et al.*, 1996). También supone una fuerte identificación y apego a la familia nuclear y extensa y fuertes sentimientos de reciprocidad, lealtad y solidaridad entre miembros de una misma familia (Cauce & Domenech-Rodriguez, 2002; Cortés, 1995; Marín & Van Oss Marín, 1991; Sabogal *et al.*, 1987).

Para Sabogal *et al.*, (1987) las tres dimensiones que componen el familismo actitudinal son: *obligaciones familiares*, *familia como referente* y *apoyo percibido* de la familia. Las *obligaciones familiares* se refieren a la obligación percibida de los miembros de la familia para proporcionar apoyo material y emocional a los demás miembros de la familia nuclear o extensa. La *familia como referente* se refiere a la percepción de que los miembros de la familia asumen el papel de ser tanto referentes de actitud como de comportamiento para los otros -por ejemplo, cuando se consulta una decisión importante con los familiares- (Rodríguez & Kosloski, 1998;

Sabogal *et al.*, 1987). El *apoyo de la familia* es la percepción de que los miembros de la familia son proveedores confiables de ayuda y apoyo para resolver problemas. Se ha sugerido que la percepción de apoyo de la familia es uno de los componentes clave del familismo ya que a medida que las personas se asimilan a la cultura “Blanca” individualista –como la norteamericana- el familismo expresado a través de las obligaciones familiares y a la familia como referente, disminuyen. Sin embargo, otros estudios muestran que para las familias latinas el apoyo familiar percibido se mantiene a pesar de la aculturación, ya que para los latinos la familia sirve como sistema de apoyo naturales para sus miembros, proporcionando apoyo físico, emocional y social, especialmente contra el estrés (Gloria, Ruiz & Castillo, 2004).

Rodríguez, Bingham-Mira, Paez y Myers, (2007) estudian el familismo a partir de tres dimensiones: *importancia de la familia*, *apoyo familiar* y *conflictos familiares*. La importancia de la familia es definida como las actitudes positivas, de valoración, hacia la familia (por ejemplo una familia es más importante que los amigos); el apoyo a la familia se refiere a la percepción de apoyo emocional hacia/de los miembros de la familia; el conflicto familiar se define como la agitación percibida dentro de la familia.

El familismo *actitudinal*, asociado con las culturas hispanas, enfatiza la lealtad familiar, la solidaridad, y la autoridad paterna como eje central de las relaciones familiares (Sabogal, *et al.*, 1987; Zayas & Halleja 1988); asimismo, en el familismo se promueven las tradiciones culturales de las familias, en tanto que las relaciones entre padres e hijos promueven el mantenimiento de la cohesión, las obligaciones familiares y la interdependencia fomentando un fuerte vínculo afectivo hacia los familiares y sobre todo una crianza y prácticas de socialización tradicionales (Guilamo-Ramos *et al.*, 2007; Hardway & Fuligni, 2006).

En general, la valoración positiva de la familia es típica de las sociedades latinoamericanas (colectivistas) donde se refuerzan las relaciones interdependientes y que involucran una fuerte identificación de lealtad, reciprocidad y solidaridad. Así, el familismo se manifiesta en las relaciones cercanas y en la implicación con los miembros de la familia extensa y con amigos cercanos a los que se da el *status* de co-parientes, de parientes “ficticios” a los que se denomina “compadre” o “comadre” (Gissi, Zubieta & Páez, 2001)

Al familismo se le ha prestado atención a debido a que algunos estudios han encontrado una asociación positiva entre éste y el

funcionamiento psicológico de los individuos (Contreras, López, Rivera, Raymond-Smith & Rothstein, 1999; Fuligni, Tseng & Lam, 1999; Suárez-Orozco & Suárez-Orozco, 1995), aunque otros estudios han encontrado relaciones negativas (Mirande, 1980). Entre los hispanos, la preferencia hacia el familismo se ha citado como un factor de protección contra el desarrollo de problemas de conducta, y se ha asociado a las prácticas de crianza paternas (Santiesteban, Coatsworth, Briones, Kurtines & Szapoknik, 2012), así como a un mayor control de los padres sobre las amistades “peligrosas” de sus hijos adolescentes (Germán, Gonzáles & Dumka, 2009; Romero & Ruiz, 2007).

El familismo también ha sido propuesto como un valor que puede actuar como factor protector frente a las consecuencias negativas sufridas por los cuidadores de enfermos crónicos (Coon *et al.*, 2004). Por ejemplo Shurgot y Knight (2004) encontraron una asociación negativa entre el familismo y la percepción del estrés experimentado por los cuidadores de enfermos con demencia. También se ha asociado a otras variables de la salud mental. De hecho, correlaciona positivamente con el apoyo social y negativamente con el estrés, lo que muestra que es un valor que protege a la familia (Hernández, Ramírez-García & Flynn, 2010).

En cuanto a su medición, los instrumentos desarrollados han sido diversos, siendo las primeras escalas desarrolladas las de Sabogal *et al.*, (1987) y posteriormente la de Montoro Rodríguez y Kosloski (1998) ambas escalas están conformadas por tres dimensiones: obligaciones familiares, percepción de apoyo de la familia y la familia como referente. Posteriormente, Steidel y Lugo Contreras (2003), afirman que aunque estas dimensiones incluyen aspectos significativos del familismo, poseen limitaciones ya que no incluyen algunos aspectos fundamentales, como la proximidad y la lealtad. También arguyen los autores que algunos elementos incluidos en un factor específico no parecen conceptualmente relacionados con el constructo evaluado (por ejemplo, en la escala de Sabogall *et al.*, (1987) el ítem “Uno debe tener la esperanza de vivir lo suficiente para ver crecer a sus nietos” fue incluido en el factor de *obligaciones familiares*). A partir de estas razones y otras de consideraciones relacionadas con las propiedades psicométricas de al menos una de las escalas, Steidel y Lugo Contreras (2003) desarrollan una escala que considera estas debilidades para un mejor medición del familismo, abordando los componentes probados en los estudios anteriores como la interrelación familia y el honor familiar. La escala finalmente quedó conformado por cuatro factores o dimensiones: a) apoyo familiar, b)

interconectividad familiar, c) honor familiar, d) subyugación de la persona por la familia (o abnegación de la persona por la familia).

La investigación muestra que los mexicanos y los mexicano-americanos son muy familistas, es decir que dependen en gran medida de la familia como fuente de apoyo en situaciones adversas y utilizan a la familia como una fuente importante de identidad y autoestima (Parra-Cardona, Bullock, Emig & Villarruel, 2006; Triandis, Marín, Hui, Lizanski & Ottati, 1984). La investigación también muestra que los adolescentes latinos hacen mucho hincapié en evitar conflictos y mantener la armonía con los miembros de su familia.

A pesar de la evidencia que apoyan el familismo como una influencia positiva para el individuo (Germán, Gonzáles & Dumka, 2009; Smokowski & Bacallao, 2006) también hay pruebas de que la fuerte orientación a la familia puede ser una fuente de conflicto y angustia en jóvenes adultos de origen mexicano (Padilla, 2006; Rodríguez, Bingham, Mira, Páez & Myers, 2007). Por ejemplo las expectativas de armonía familiar pueden crear estrés cuando surgen tensiones entre miembros de la familia o hay disfuncionalidad familiar.

Particularmente en México, la escala de Familismo, de Lugo y Contreras (2003) al incluir en sus reactivos la cercanía y proximidad, sugiere una posible asociación con el funcionamiento familiar, ya que según García, Rivera, Díaz-Loving y Reyes-Lagunes (2006), la comunicación y la cohesión favorecen el funcionamiento familiar. Cabe destacar que el familismo como constructo se ha asociado a otras variables de la salud mental. De hecho, el familiarismo correlaciona positivamente con el apoyo social y negativamente con el estrés, lo que muestra que es un valor que protege a la familia (Herrera, *et al*, 2010).

En este sentido, las investigaciones muestran la relevancia de la funcionalidad de la familia como contexto de desarrollo socio-emocional, a través de variables como la calidad del apego, estilos educativos, relaciones fraternas, desarrollo moral o la exposición a conflictos (Arranz, Yenes, Olabarrieta & Martín, 2002) y cognitivo (Palacios & González, 2003). El Funcionamiento familiar se ha definido como el conjunto de patrones de comportamiento del sistema familiar que rigen el estilo de vida familiar y promueven su funcionalidad/disfuncionalidad (Palomar Lever, 1998). El funcionamiento familiar es aquel proceso que le facilita a la familia el logro de las funciones que socialmente le han sido asignadas: a) la satisfacción de las necesidades afectivo-emocionales y materiales de sus miembros, b) el establecimiento de patrones para la relaciones interpersonales, y c) crear

condiciones propicias para el desarrollo de la identidad personal y la adquisición de la identidad sexual.

El funcionamiento familiar es usado para describir varias características del desarrollo de la familia como las relaciones entre padres e hijos, la calidad marital, la cohesión, el conflicto, entre otros. Diversos trabajos empíricos han confirmado los vínculos entre la calidad del funcionamiento familiar y el ajuste y adaptación de los niños mostrando, por ejemplo, que en las familias cohesivas los niños muestran una mejor adaptación psicosocial y relaciones con los pares y menos problemas de adaptación (Richmond & Stocker, 2006; Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2010; Years, Sturge-Apple & Davies, 2010). El funcionamiento familiar es fuente de bienestar para los miembros de la familia especialmente si se trata de familias que promueven el desarrollo psico-emocional en contraste con aquellas donde lo cotidiano son las tensiones emocionales, la falta de afecto, la escasa comunicación, la escases de límites y reglas y la inadecuada distribución de roles (Smokowski & Bacallao, 2006).

En México, se han realizado diversas investigaciones que exploran la relación entre el funcionamiento familiar con otras variables, tales como el apego (Montero, Rivera, Díaz-Loving, Velasco & López, 2010), la satisfacción marital (Díaz-Loving, Rivera & Velasco, 2009), el familismo (Pérez, Rivera, Díaz-Loving & García, 2011), la aculturación (Díaz-Loving, Rivera, Velasco & García, 2009). Los resultados obtenidos estos estudios muestran que los aspectos positivos del funcionamiento familiar inciden de manera positiva en aquellas variables estudiadas; asimismo se evidencian dos aspectos relevantes: que la familia continua siendo un factor protector y, que se siguen perpetuando una serie de premisas asociadas a culturas tradicionales y colectivistas (Díaz-Guerrero, 2003). También se muestra consistentemente que existen diferencias por género en estos patrones producto de la socialización diferencia de hombres y mujeres en nuestro país (p.e. Díaz-Loving, *et al.*, 2010, Montero, *et al*, 2010).

A partir de lo anteriormente expuesto el presente trabajo pretende establecer la relación entre el familismo y el funcionamiento familiar en personas con pareja. En el estudio participaron 213 personas de la ciudad de Mérida, Yucatán seleccionados mediante un muestreo no probabilístico, de los cuales 86 fueron hombres y 127 mujeres, con una edad promedio de 37.50 y una desviación estándar de 11.01, todos ellos con pareja y con dos hijos en promedio. A los participantes se les administró la Escala de Familismo de Steidel y Lugo Contreras (2003), conformada por 18

reactivos en un formato tipo Likert, cuya puntuación varía del 1 al 10. Los reactivos miden los siguientes cuatro factores:

a) *Apoyo familiar*, evalúa la creencia de que los miembros de la familia tienen la obligación de ofrecer apoyo emocional y financiero a otros miembros de la familia sin importar las circunstancias (alfa = 0.69);

b) *Interconectividad familiar*, se refiere a la creencia de que los miembros de la familia deben mantener una cercanía emocional y física con otros miembros de la familia de acuerdo a la estructura de la familia dada por la jerarquía familiar (alfa = 0.86);

c) *Honor familiar*, son las creencias de que es la obligación del individuo poner en alto el nombre de la familia (0.55);

d) *Subyugación de la propia persona por la familia*, también llamado abnegación de la propia persona por la familia, evalúa la creencia de que la persona debe ser sumisa y ceder ante la familia (0.53).

Los participantes también respondieron a la Escala de Funcionamiento Familiar (Palomar, 1998), la cual está conformada por 51 afirmaciones con cinco opciones de respuesta que van de nunca (1) a siempre (5), y que mide las siguientes dimensiones:

- 1) *Tiempo compartido*: grado en que los miembros de la familia comparten actividades.
- 2) *Roles y trabajo doméstico*: patrones de conducta por medio de los cuales la familia asigna a los individuos funciones con la claridad respecto de las tareas que deben cumplir sus miembros y con el grado de cumplimiento de las funciones y distribución de dichos roles.
- 3) *Autonomía-independencia*: grado en el cual se fomenta en la familia la independencia de cada uno de sus miembros, que puedan resolver por sí mismos sus problemas y tomen sus propias decisiones sin que ello ocasiona distanciamiento o y/o desunión familiar.
- 4) *Organización*: grado de flexibilidad-rigidez de las normas familiares e incluye el orden, puntualidad y planeación de las actividades.
- 5) *Autoridad y poder*: distribución de poder en el sistema familiar y la claridad por parte de los miembros de la familia acerca de quién o quienes ejercen dicho rol. También hace referencia a la consistencia de las normas familiares.
- 6) *Violencia física y verbal*: hace referencia a las expresiones de agresión física (maltrato, golpes) y verbal (insultos, gritos, etc.) que existen en el sistema familiar.

- 7) *Comunicación*: capacidad de la familia para expresar abiertamente las ideas, discutir los problemas, negociar los acuerdos, y expresar verbal y no verbalmente el afecto.
- 8) *Cohesión*: grado en el cual los miembros de la familia tienen un sentido de unión y pertenencia.
- 9) *Falta de reglas y apoyo*: se relaciona con falta de cooperación y normas familiares que facilitan la convivencia de sus miembros. Mide los aspectos disfuncionales en esta área.
- 10) *Relación de pareja*: fuerza y calidad de la diada paterna. Se relaciona con el grado en que la pareja comparte intereses, se apoya mutuamente, se siente querido y valorado por el otro, puede hablar abiertamente de sus sentimientos, y expresar sus afectos a través del contacto físico. También es el grado con que la pareja comparte con sus hijos y puede resolver problemas sin que intervengan sus hijos.

Los resultados obtenidos por medio de la prueba *t de student* en el análisis de diferencias por sexo mostraron que no hubo diferencias significativas en ninguno de los factores de la Escala de Familismo, por el contrario en la Escala de Funcionamiento Familiar se observaron diferencias significativas en el factor de autonomía-independencia ($t_{(219)} = 2.15$; $p = 0.03$) en donde los hombres ($M = 3.91$) puntúan más alto que las mujeres en *autonomía-independencia* ($M = 3.72$), es decir, consideran que es importante fomentar la independencia entre los miembros de la familia, de tal manera que puedan resolver por si mismos sus problemas y tomen sus propias decisiones sin que ello ocasionen distanciamiento o y/o desunión familiar. También se encontraron diferencias significativas en el factor *organización* ($t_{(219)} = 2.63$; $p = 0.009$) en este caso de igual manera son los hombres los que obtienen la media más alta ($M = 3.56$) en comparación de las mujeres ($M = 3.32$), indicando con ello un mayor grado de rigidez hacia las normas familiares, tales como el orden y puntualidad. Otros dos factores donde se encuentran diferencias significativas son el de *violencia física y verbal* ($t_{(219)} = -2.05$; $p = 0.04$) y el de *falta de reglas y apoyo* ($t_{(219)} = -2.02$; $p = 0.04$) donde -por el contrario- son las mujeres las que obtienen la media más alta; sin embargo es importante señalar que éstas, están por debajo de la media teórica (3.0), empero evidencian que son las mujeres las que perciben en mayor medida que existen expresiones de agresión física (maltrato, golpes) y verbal (insultos, gritos) y que también existe una falta de cooperación y normas familiares que facilitan la convivencia de sus miembros (ver Tabla 1).

Tabla 1. Análisis de diferencias por sexo obtenido para cada uno de los factores de la Escala de Familismo y la Escala de Funcionamiento Familiar

Factores	Hombres Media	Mujeres Media	t	Prob.
<i>Escala de Familismo</i>				
Apoyo familiar	6.86	7.23	-1.44	0.15
Interconectividad familiar	8.16	8.67	-1.77	0.057
Honor familiar	5.46	5.72	-0.90	0.36
Subyugación de la propia persona por la familia	6.39	6.58	-0.63	0.52
<i>Escala de funcionamiento familiar</i>				
Tiempo compartido	3.68	3.69	-0.64	0.94
Roles-trabajo doméstico	3.60	3.44	1.37	0.17
Autonomía-independencia	3.91	3.72	2.15	0.03*
Organización	3.56	3.32	2.63	0.009**
Autoridad y poder	3.75	3.62	1.23	0.21
Violencia física y verbal	1.93	2.12	-2.05	0.04*
Comunicación	4.01	3.83	1.75	0.08
Cohesión	4.16	4.09	0.78	0.43
Falta de Reglas y Apoyo	2.32	2.50	-2.02	0.04*
Relación de Pareja	4.02	3.90	1.27	0.20

* $p \leq 0.05$ ** $p \leq 0.01$

Por otra parte, se realizó un análisis de correlación obtenido por el coeficiente producto momento de Pearson entre cada uno de los factores de la Escala de Familismo y los factores de la Escala de Funcionamiento Familiar, por sexo. Para los hombres se obtuvo que el factor de *apoyo familiar* de la Escala de Familismo está relacionado con los factores de *organización* y *autoridad y poder* del funcionamiento familiar, lo cual significa que en la medida que creen que los miembros de la familia tienen la obligación de ofrecer apoyo emocional y financiero a otros miembros de la familia sin importar las circunstancias, también consideran que existe mayor grado de rigidez en las normas familiares, así como también que están más de acuerdo en que el poder lo ejerce el padre y su distribución vertical.

Respecto a la dimensión de *interconectividad familiar* de la Escala de Familismo, se encontró que correlacionó con *autoridad y poder*, es decir, a medida que más se apoya la creencia de que los miembros de la familia deben mantener una cercanía emocional y física con otros miembros, respetando la jerarquía, también se tienen una mayor claridad de cómo se distribuye el poder y de quien lo ejerce. También se obtuvo que la dimensión de *honor familiar* se relacionó de manera negativa con la *autonomía-independencia* y de manera positiva con la *autoridad y poder*,

observando en este caso que cuando los hombres tiene la creencia de que es la obligación del individuo poner en alto el nombre de la familia, no están de acuerdo en fomentar la independencia de cada uno de sus miembros para que puedan resolver sus problemas y tomen sus propias decisiones, y en contraste tienen muy clara y apoyan más a quien ejerce el poder. Finalmente, el factor de *subyugación de la propia persona por la familia* correlacionó con los factores de *tiempo compartido*, *roles-trabajo doméstico*, *organización* y *autoridad y poder*, lo que significa que los hombres que consideran que la persona debe ser sumisa y ceder ante la familia también piensan que los miembros de la familia deben tener actividades juntos, apoyan más el hecho de que debe existir una asignación clara de las funciones para cada uno de los miembros de la familia, existe un mayor grado de rigidez respecto al cumplimiento de las normas y tienen muy claro quien ejerce el poder (ver Tabla 2).

Tabla 2. Correlaciones obtenidas entre los factores de las escalas de familismo y la escala de funcionamiento familiar para hombres

Familismo	<i>Apoyo familiar</i>	<i>Interconectividad familiar.</i>	<i>Honor familiar</i>	<i>Subyugación de la propia persona por la familia</i>
Funcionamiento familiar				
<i>Tiempo compartido</i>				0.23*
<i>Roles-trabajo doméstico</i>				0.21*
<i>Autonomía-independencia</i>			-0.30**	.
<i>Organización</i>	0.23*			0.21*
<i>Autoridad y poder</i>	0.33**	0.26*	0.22*	0.24*
<i>Violencia física y verbal</i>				
<i>Comunicación</i>				
<i>Cohesión</i>				
<i>Falta de Reglas y Apoyo</i>				
<i>Relación de Pareja</i>				.

* $p \leq 0.05$ ** $p \leq 0.01$

En contraste, para las mujeres las correlaciones encontradas mostraron que el factor de *apoyo familiar* de la Escala de Familismo correlacionó con el factor de *tiempo compartido* del funcionamiento familiar, lo cual muestra que en la medida que ellas consideran que los miembros de la familia tienen la obligación de ofrecer apoyo emocional y

financiero a otros miembros de la familia -sin importar las circunstancias- también piensan que es importante tener actividades compartidas en familia. Asimismo, el factor de *interconectividad familiar* correlacionó con los factores de *comunicación* y de *cohesión*, en este caso mostrando que a medida que apoyan más que los miembros de la familia deben mantener una cercanía emocional y física, respetando la jerarquía familiar, también apoyan que en la familia se tenga la capacidad de expresar abiertamente las ideas, discutir los problemas, negociar los acuerdos, y expresar verbal y no verbalmente el afecto, y también que debe existir un sentido de unión y pertenencia. Por último, el *honor familiar* se relacionó con la *autoridad y poder*, mostrando nuevamente que cuando consideran que es la obligación del individuo poner en alto el nombre de la familia también apoyan la idea de que el poder lo ejerce el padre de familia y esta desigualmente distribuido según la jerarquía (ver Tabla 3).

Tabla 3. Correlaciones obtenidas entre los factores de las escalas de familismo y la escala de funcionamiento familiar para mujeres

Familismo	<i>Apoyo familiar</i>	<i>Interconectividad familiar.</i>	<i>Honor familiar</i>	<i>Subyugación de la propia persona por la familia</i>
Funcionamiento familiar				
<i>Tiempo compartido</i>	0.19*			
<i>Roles-trabajo doméstico</i>				
<i>Autonomía-independencia</i>				
<i>Organización</i>				
<i>Autoridad y poder</i>			0.21*	
<i>Violencia física y verbal</i>				
<i>Comunicación</i>		0.20*		
<i>Cohesión</i>		0.27*		
<i>Falta de Reglas y Apoyo</i>				
<i>Relación de Pareja</i>				

* $p \leq 0.05$ ** $p \leq 0.01$

En general, los resultados de este estudio evidencian una importante presencia del familismo tanto para los hombres como para las mujeres participantes, quienes manifiestan un fuerte apoyo a la creencia de que todos los miembros de la familia deben mantenerse cerca uno de otro tanto

física como emocionalmente, se debe pasar tiempo juntos y apreciar ese tiempo que se comparte. Asimismo, los participantes también consideran un deber el brindar apoyo tanto a los miembros de la familia inmediata (nuclear) como extensa y que este apoyo no se debe ofrecer únicamente en tiempos de necesidad particular sino también en la vida cotidiana. También es notable la presencia de la abnegación centrada en la familia ya que los participantes muestran un importante apoyo al hecho de expresar sumisión ante la familia y el respeto y obediencia a las reglas que se imponen en la familia. Por último, aunque es la puntuación más baja de las cuatro, también recibe un apoyo considerable la creencia de que una persona tiene la responsabilidad de no manchar el nombre de su familia, preservar su integridad así como el deber de defender a la familia y sus miembros de los ataques.

En relación con el funcionamiento familiar, los datos evidencian dos aspectos interesantes. El primero que en términos generales pareciera que las familias de los participantes presentan un funcionamiento familiar positivo y funcional dadas las puntuaciones obtenidas en las diversas dimensiones, sin embargo dos dimensiones emiten señales de alarma, y son precisamente aquellas donde las mujeres difieren de los hombres al percibir mayor *violencia física y verbal* y mayor *falta de reglas y apoyo*, lo que sugiere la presencia de experiencias de agresión en la familia y malestar ante diversas situaciones cotidianas por falta de apoyo de la pareja o cónyuge. Aunado a esto, los datos también señalan que los hombres son quienes apoyan más que las mujeres la rigidez en cuanto a las normas familiares lo cual dibuja a una familia muy tradicional, con roles claramente delineados y la autoridad paterna como eje central de las relaciones familiares (Zayas & Palleja 1988). En cuanto a las fortalezas, se aprecia un buen nivel de comunicación, el apoyo a la interdependencia y al establecimiento de un fuerte vínculo afectivo o cohesión (García, Rivera, Díaz-Loving & Reyes-Lagunes, 2006;)

Por último, los análisis de asociación muestran que para los hombres la creencia de autoridad y poder ejercida por ellos como padres de familia, se relaciona con las cuatro dimensiones del familismo, es decir, estos participantes estrechamente apegados a los valores familistas también son bastante tradicionales en cuanto al ejercicio del poder al interior de la familia. Igualmente, a menor interés por el honor familiar y todo lo que esta dimensión supone, más autonomía en el sentido de sentirse alejado de la familia y menos preocupación por cuidar el nombre de la familia. Por último, la abnegación hacia la familia se manifiesta más en la medida que se apoyan más la creencia de que se debe compartir tiempo con la familia,

apoyar la distribución de roles en la familia y en quienes son más rígidos en cuanto a las normas familiares. En contraste, las asociaciones obtenidas para las mujeres muestran claramente el aspecto afectivo, ya que a más apoyo familiar más tiempo compartido con la familia, a mayor interconectividad o grado de cercanía emocional o física más cohesión y comunicación al interior de la familia, y a más apoyo a la distribución vertical del poder en la familia más preocupación por el honor familiar.

En conclusión, este estudio muestra el importante papel que la cultura tradicional mexicana (Díaz-Guerrero, 2003; Díaz-Loving, *et al.*, 2010, Montero, *et al.*, 2010), centrada en el familismo, juega en las relaciones interpersonales y familiares, y evidencia cómo el funcionamiento familiar se ve permeado por el familismo. Sin embargo también se advierte aspectos del funcionamiento familiar que puede ser invisibles para los propios participantes (como los indicadores de violencia y de rigidez en los roles) y que constituyen un riesgo para el desarrollo de las personas, como evidencian otros estudios (López-Cepero *et al.*, 2013; Rodríguez-Franco *et al.*, 2012). Por último, es importante enfatizar que este estudio se realizó en una muestra no representativa de los mericanos por lo que no puede generalizarse, aunque ciertamente establece la necesidad de más estudios con muestras representativas, dada la importancia del familismo y el funcionamiento familiar en el desarrollo psicosocial de las personas.

Referencias

- Arranz, E., Yenes, F., Olabarieta, F. & Martin, J. (2001) Sibling relationships and psychological development in school children. *Infancia y Aprendizaje*, 24, 81–97
- Burgess, E.W., Locke, H. J., &Thomes, M. M. (1963). *The family: From institution to companionship*(3rd ed.). New York: American Book company.
- Castillo, L. G., Conoley, C. W., & Brossart, D. F. (2004). Acculturation, White marginalization, and family support as predictors of perceived distress in Mexican American female college students. *Journal of Counseling Psychology*, 51, 151–157.
- Cauce, A. M., & Domenech-Rodriguez, M. (2002). Latino families: Myths and realities. In J. M. Contreras, K. A. Kerns, & A. Neal-Barnett (Eds.), *Latino children and families in the United States: Current research and future directions* (pp. 3-25). New York: Praeger.
- Comas-Díaz, L. (2006). Latino healing: The integration of ethnic psychology into psychotherapy. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training* 43, 436-453. doi:10.1037/0033-3204.43.4.436
- Contreras, J., López, I., Rivera, E., Raymond-Smith, L., & Rothstein, K. (1999). Social support and adjustment among Puerto Rican adolescent mothers: The moderating effect of acculturation. *Journal of Family Psychology*, 13, 228-243.
- Cortes, D. E. (1995). Variations in familism in two generations of Puerto Ricans. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 17, 249-255.

- Coon, D.W., Rubert, M., Solano, N., Mausbach, B., Kraemer, H. & Arguelles, T., (2004). Well-being, appraisal, and coping in Latina and Caucasian female dementia caregivers: Findings from the REACH study. *Aging & Mental Health*, 8, 330–345
- Cuellar, I., Arnold, B., & Gonzalez, G. (1995). Cognitive referents of acculturation: Assessment of cultural constructs in Mexican Americans. *Journal of Community Psychology*, 23, 339–356.
- Díaz-Guerrero, R. (2003). *Psicología del Mexicano 2. Bajo las garras de la cultura*. México: Trillas.
- Díaz-Loving, R., Rivera, A. S. y Velasco, M.P.W. (2009). Funcionamiento familiar y satisfacción marital. *Revista Mexicana de Psicología*. Número especial. Octubre, 170-171.
- Díaz Loving, R., Rivera, A. S., Velasco, M. P. W. & García, M. M. (2009). Efectos de la familia y cultura en el funcionamiento familiar. (2009). Memoria electrónica del XXXVI Congreso del Consejo Nacional para la Enseñanza e Investigación en Psicología A. C. Del 27 al 29 de Mayo de 2009, Cuernavaca, Morelos. *Enseñanza e Investigación en Psicología. Número especial*, 150-152.
- Díaz-Loving, R., Rivera, A. S., Velasco, M. P. W., Villanueva, O. B. T., López, P. B. & Herrera, R. O. (2010). Funcionamiento Familiar y Satisfacción Marital. *La Psicología Social en México Vol. XIII*, 175-182. México: AMEPSO
- Fuligni, A. J., Tseng, V., & Lam, M. (1999). Attitudes toward family obligations among American adolescents with Asian, Latin American, and European backgrounds. *Child Development*, 70, 1030-1044.
- García, M. M., Rivera, S., Díaz-Loving, R. & Reyes-Lagunes, I. (2006). Interacción familiar: factor inherente al funcionamiento familiar, diferencias en hombres y mujeres. *La Psicología en México*, XI, 937-942 México: AMEPSO.
- Gaynes, S. O. Jr., Barajas, L, Hicks, D., Lyde, M., Takahashi, Y., Yum, N., García, B.F., Marelich, W. D., Bledsoe, K. L., Steers, W. N., Henderson, M. C., Granrose, C. S., Rios, D. I., Farris, K. R. & Page, M. S. (1997). Links between race/ ethnicity and cultural values as mediated by race/ethnic identity and moderated by gender. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 1460–1476.
- Germán, M., Gonzáles, N. & Dumka, L. (2009). Familism values as a protective factor for Mexican-origin adolescents exposed to deviant peers. *The Journal of Early Adolescence*, 29(1), 16–42.
- Gil, A. G., Wagner, E. F. & Vega, W. A. (2000). Acculturation, familism, and alcohol use among Latino adolescent males: Longitudinal relations. *Journal of Community Psychology*, 28, 443–458.
- Gloria, A. M., Ruiz, E., L. & Castillo, E. M. (2004). Counseling and psychotherapy with Latino and Latina clients. In T. B. Smith (Ed.), *Practicing multiculturalism: Affirming diversity in counseling and psychology* (pp. 167 – 189). Boston: Pearson Education, Inc.
- Griffith, J. & Villavicencio, S. (1985). Relationships among acculturation, sociodemographic characteristics, and social supports in Mexican American adults. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 7, 75–92.
- Guilamo-Ramos, V., Dittus, P., Jaccard, J., Johansson, M., Bouris, A. & Acosta, N. (2007). Parenting practices among Dominican and Puerto Rican mothers. *Social Work*, 52, 17–30.
- Gissi, J., Zubieta, E. & Páez, D. (2001) Cultura y Valores. La identidad social y cultural de América Latina. En J. F. Morales, D. Páez, A. L. Kornbit & D. Asún (Coord.), *Psicología Social*, México: Prentice Hall. (57-94)

- Hardway, C. & Fuligni, A. J. (2006). Dimensions of family connectedness among adolescents with Mexican, Chinese, and European background. *Developmental Psychology*, 42, 1246–1258. doi:10.1037/0012-1649.42.6.1246
- Hernández, B., Ramírez-García, J. I. & Flynn, M. (2010). The Role of Familism in the Relation Between Parent–Child Discord and Psychological Distress Among Emerging Adults of Mexican Descent. *Journal of Family Psychology*, 24 (2), 105-114.
- Herrera, R. O., Rivera, A. S., Díaz-Loving, R. & García, M. M. (2010). Familismo y Funcionamiento Familiar. *La Psicología Social en México Vol. XIII*, 231-238. México: AMEPSO.
- López-Cepero Borrego, J., Rodríguez-Franco, L., Rodríguez-Díaz, F. J., Bringas, C. & Paño, S. (2013). Indicadores conductuales y holísticos en el etiquetado de violencia en el noviazgo de adolescentes y adultos jóvenes españoles. Percepción de la victimización. *European Journal of Psychology Applied to Legal Context*.
- Luna, I., de Ardon, E. T., Lim, Y. M., Cromwell, S. L., Phillips, L. R. & Russell, C. K. (1996). The relevance of familism in cross-cultural studies of family caregiving. *Western Journal of Nursing Research*, 18, 267-283.
- Marin, G. & VanOss Marin, B. (1991). *Research with Latino populations*. Newbury Park, CA: Sage.
- Mirande, A. (1980). Familism and participation in government work-training programs among Chicano aged. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 2, 355-373.
- Montero, S. N., Rivera, A. S., Díaz-Loving, R., Velasco, M.P.W. & López, R. F. (2010). Funcionamiento Familiar y el Apago. Familismo y Funcionamiento Familiar. *La Psicología Social en México Vol. XIII*, 279-286. México: AMEPSO
- Montoro Rodriguez, J. & Kosloski, K. (1998). The impact of acculturation on attitudinal familism in a community of Puerto Rican Americans. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 20, 375-390.
- Palacios, J. & González, M. J. (2003). La estimulación cognitiva en las relaciones padre-hijo. En: Rodrigo, M. J. y Palacios, J. (Cord.) (2003). *Familia y Desarrollo Humano*. Madrid: Alianza Editorial, 277-296.
- Padilla, A. (2006). Bicultural social development. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 28, 467–497.
- Palomar Lever, J. (1998). *Funcionamiento Familiar y calidad de vida*. Tesis de Doctorado en Psicología. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Parra-Cardona, J. R., Bulock, L. A., Imig, D. R., Villarruel, F. A. & Gold, S. J. (2006). “Trabajando duro todos los días”: Learning from the life experiences of Mexican-origin migrant families. *Family Relations*, 55, 361–375.
- Pérez, M. C., Rivera, A.S., Díaz-Loving, R. & García, M. M. (2011). Familias Mexicanas: ¿Cómo se relaciona el funcionamiento y el familismo? *Revista Mexicana de Psicología*. Número especial. Memoria in extenso. Octubre, 1596-1597.
- Ramírez, O. & Arce, C. H. (1981). The contemporary Chicano family: An empirically based review. In A. Baron Jr. (Ed.), *Explorations in Chicano Psychology*, (pp. 3–28). New York, NY: Praeger Publishers.
- Richmond, M. K. & Stocker, C. M. (2006). Associations between family cohesion and adolescent siblings’ externalizing behavior. *Journal of Family Psychology*, 20,663–669.
- Rodríguez-Franco, L., Antuña, M. A., López-Cepero, J., Rodríguez-Díaz, F. J. & Bringas, C. (2012). Tolerance towards dating violence in Spanish adolescents, *Psicothema*, 24(2), 236-242.

- Rodríguez, N., Bingham-Mira, C., Paez, N. D., & Myers, H. F. (2007). Exploring the complexities of familism and acculturation: Central construct for people of Mexican origin. *American Journal of Community Psychology, 39*, 61–77.
- Rodríguez, J. M., & Kosloski, K. (1998). The impact of acculturation on attitudinal familism in a community of Puerto Rican Americans. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences, 20*, 375–390.
- Rodríguez, N., Ramirez M. III. & Korman, M. (1999). The transmission of family values across generations of Mexican, Mexican American, and Anglo American families: Implications for mental health. In: R. H. Sheets, & E. R. Hollins (Eds.), *Racial and ethnic identity in school practices*, (pp.141–155). Hillsdale, NJ: Laurence Erlbaum Associates
- Romero, A. & Ruiz, M. (2007). Does familism lead to increased parental monitoring? Protective factors for coping with risky behaviors. *Journal of Child and Family Studies, 16*(2), 143–154. doi:10.1007/s10826-006-9074-5.
- Rueschenberg, R. & Buriel, R. (1989). Mexican American family functioning and acculturation: A family systems perspective. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences, 11*, 232–244.
- Sabogal, F., Marin, G., Otero-Sabogal, R., Van Oss Marin, B. & Perez-Stable, E. J. (1987). Hispanic familism and acculturation: What changes and what doesn't? *Hispanic Journal of Behavioral Sciences, 9*, 397–412.
- Santisteban, D. A., Coatsworth, J. D., Briones, E., Kurtines, W. & Szapocznik, J. (2012). Beyond Acculturation: An Investigation of the Relationship of Familism and Parenting to Behavior Problems in Hispanic Youth. *Family Process, 51*(4), 470–482. doi: 10.1111/j.1545-5300.2012.01414.x
- Schumm, W. R., McCollum, E. E., Bugaighis, M. A., Jurich, A. P., Bollman, S. R. & Reitz, J. (1988). Differences between Anglo and Mexican American family members on satisfaction with family life. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences, 10*, 39–53.
- Shurgot, G. R. & Knight, B. G. (2004). Preliminary study investigating acculturation, cultural values, and psychological distress in Latino caregivers of dementia patients. *Journal of Mental Health and Aging, 10*, 183–194
- Smokowski, P. R. & Bacallao, M. L. (2006). Acculturation and aggression in Latino adolescents: A structural model focusing on cultural risk factors and assets. *Journal of Abnormal Child Psychology, 34*, 659–673.
- Steidel, A. G. L. & Lugo Contreras, J. M. (2003). A new familismo scale for use with Latino populations. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences, 25*, 312–330.
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T. & Cummings, E. M. (2006). The impact of interparental hostility and withdrawal on parental emotional unavailability and children's adjustment difficulties. *Child Development, 77*, 1623–1641.
- Suárez-Orozco, C. & Suárez-Orozco, M. (1995). *Transformations: Migration, family life, and achievement motivation among Latino adolescents*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Triandis, H. C., Marin, G., Hui, C. H., Lisansky, J. & Ottati, V. (1984). Role perceptions of Hispanic young adults. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 16*, 140–149.
- Valenzuela, A. & Dornbusch, S. M. (1994). Familism and social capital in the academic achievement of Mexican origin and Anglo adolescents. *Social Science Quarterly, 75*, 18–36.
- Years, M. L., Sturge-Apple, P. & Davies, P. T. (2010). Typologies of Family Functioning and Children's Adjustment During the Early School. *Child Development, 81*(4), 1320–1335

- Zambrana, R. E., Silva-Palacios, V. & Powell, D. (1992). Parenting concerns, family support systems, and life problems in Mexican-origin women: A comparison by nativity. *Journal of Community Psychology*, 20, 276–288.
- Zayas, L. H. & Palreja, J. (1988). Puerto Rican familism: Considerations for family therapy. *Family Relations*, 37, 260–264.
- Zinn, M. B. (1982). Familism among Chicanos: A theoretical review. *Humboldt Journal of Social Relations*, 10, 224-238.

A RECONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DOS LAÇOS FAMILIARES DE EMIGRANTES RETORNADOS¹

*Odacyr Roberth Moura da Silva
Sônia Maria Queiroz de Oliveira
Eliza de Oliveira Braga
Pâmella Santos Vicente
Carlos Alberto Dias
Universidade Vale do Rio Doce*

Eu já pedi: "(Deus), se tu existe, tu vai me fazer voltar e ter minha família de volta, é tudo que eu quero" (emigrante 4).

A microrregião de Governador Valadares é conhecida nacional e internacionalmente em função do grande contingente de indivíduos que parte para o exterior como emigrante, em busca de novas oportunidades profissionais. Um traço marcante de sua cultura é que raras são as famílias que não possuem um parente no exterior na condição de emigrado. A microrregião possui ainda a peculiaridade de ser um dos primeiros pontos do território nacional a passar pelo processo de envio de migrantes em massa ao exterior, tornando-se, por isso, local de referência no que tange à migração internacional (Siqueira & Santos, 2013).

Com a crise econômica de 2007 e as consequências mercadológicas dela resultantes (redução de empregos no mercado secundário, intensificação da fiscalização da Imigração americana, dentre outros), a possibilidade de o emigrante alcançar sucesso em seu projeto migratório diminuiu drasticamente. Justaposto à crise que atingiu os principais destinos dos emigrantes brasileiros encontraram-se sentimentos de saudade, solidão e desejo de regressar para o país e local de origem (Silva, Vicente, Soares, Oliveira & Dias, 2013). Este retorno enquanto decorrência necessária do processo emigratório, revela-se mais difícil do que a decisão de emigrar. Isto porque ao partir o emigrante nutre ilusões e esperanças de um dia retornar para a família que estão deixando e, quando regressam, percebem que esta não é mais aquela que haviam retido em seu imaginário (Siqueira, 2009).

1. O presente estudo baseia-se na pesquisa intitulada "O estranhamento familiar em relação ao emigrante retornado", apoiada com Bolsa de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

Percebe-se que a decisão de voltar gera, muitas vezes, maior sofrimento emocional no emigrante do que a decisão de partir. Ao retornar depara-se com diversas alterações ocorridas durante sua ausência que resultaram no surgimento de um novo ambiente. Neste, as pessoas que antes conheciam parecem mudadas como se fossem diferentes daquelas que faziam parte de seu círculo de convivência. Este novo cenário gera para o emigrante um desconforto e estranhamento que resultam em profundo sentimento de não pertencimento àquele ambiente, isto é, ao seu local de convívio e origem.

De forma similar, a família também vivencia este estranhamento. O emigrante, ao retornar, traz consigo culturas e comportamentos adotados no exterior. Comportamentos estes adquiridos justamente com o intuito de adaptar-se a um ambiente estranho do qual dependeria sua sobrevivência. As experiências acumuladas em outro país promovem mudanças em seu modo de ser, alterando em consequência a percepção dos familiares acerca do retornado (Siqueira, Assis & Dias, 2010).

Considerando o difícil processo de reinserção do emigrante retornado ao seu contexto de origem, e os impasses surgidos no processo de readaptação do núcleo familiar à situação apresentada, desenvolveu-se este estudo com o objetivo de explicitar as vivências de emigrantes e familiares no processo de restabelecimento das relações interpessoais em âmbito familiar.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva de natureza exploratória. O universo foi formado por famílias de emigrantes retornados residentes no município de Governador Valadares. A amostragem foi intencional, composta por 17 famílias que participaram de entrevistas em profundidade envolvendo os emigrantes retornados, mulheres e filhos maiores de 18 anos. Para participar o emigrante deveria ter permanecido no exterior por um período mínimo por 3 anos e retornado há no máximo 2. As entrevistas domiciliares, baseadas em um roteiro semiestruturado foram registradas eletronicamente por meio de um gravador de voz digital após autorização assinada pelos participantes (TCLE). A técnica metodológica “snowball” (bola de neve) foi utilizada para a identificação dos participantes que fariam parte desta pesquisa.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) sob o parecer

CEP/UNIVALE 070-10-12. Os dados coletados foram analisados utilizando-se como método a Análise de Conteúdo de Bardin (2009).

Para preservar a identidade dos entrevistados, as falas dos mesmos foram identificadas pela posição ocupada por cada membro na família e pelo algarismo da sua respectiva família, classificadas numericamente com base na sequência da realização das entrevistas (isto é: emigrante 1, esposa do emigrante 03, filho do emigrante 07).

Fragmentos dos discursos diretos dos participantes que serviram de base para elaboração dos resultados serão apresentados na discussão para ilustrar as análises nela apresentadas.

Resultados

A análise dos dados coletados na presente pesquisa permitiu identificar a existência de três grupos de emigrantes retornados, tomando-se como referência os sentimentos de pertencimento ou estranhamento em relação à sua família. Tais grupos foram assim categorizados: (1) Estranhamento inicial (2) Não estranhamento e (3) Estranhamento persistente.

A categoria “estranhamento inicial” se refere àqueles emigrantes que, apesar das dificuldades iniciais de reinserção, obtiveram êxito em readaptar-se à nova configuração familiar. Para estes o estranhamento foi sentido apenas no início do retorno à família, sobretudo no que dizia respeito ao relacionamento com seus filhos. Os relatos deixaram evidentes que a maior dificuldade encontrada no restabelecimento dos laços simbólicos era a retomada da função paterna anteriormente transferida para a mãe ou terceiros.

A categoria “não estranhamento” congrega os entrevistados que declararam não ter sentido nenhum tipo de estranhamento ao retornar e por este motivo, não encontraram dificuldades para a sua reinserção simbólica no seio familiar. Estes entrevistados reconheceram não ter sentido nenhum tipo de estranhamento em relação à família atribuindo essa ocorrência ao constante contato mantido com a mesma para acompanhar o desenvolvimento dos filhos, especialmente via internet. Contudo, mesmo declarando que não sentiram o estranhamento, seus discursos deixaram transparecer que de alguma forma este sentimento se fez presente, embora em nível inferior se comparado aos outros emigrantes.

A terceira categoria “estranhamento persistente” engloba os emigrantes cujos sentimentos de estranhamento em relação a sua família não ocorreram apenas no início do retorno, tal como aconteceu na categoria

1, mas que tal sentimento ainda se faz presente. Por este motivo estes entrevistados não reataram os laços simbólicos familiares sentindo-se, em decorrência, estranhos com relação à própria família. Este sentimento os impede de relacionar-se com ela de forma satisfatória.

Discussão

1. O estranhamento inicial

O estranhamento sentido em relação à família afeta e também é afetado pelos outros estranhamentos que o emigrante vivencia ao regressar. Ele estranha desde o buraco na rua até o modo de ser da esposa que ele diz não mais reconhecer. Nos relatos, há estranhamento do trânsito, das pessoas nas ruas, do modo de trabalhar, do modo de receber o salário, enfim, de tudo que o rodeia. Muitos dos emigrantes entrevistados relataram que eram tachados como chatos por suas famílias por sempre fazerem comparação do Brasil com o país no qual estavam residindo. Nesta comparação quase sempre eram maximizados os aspectos positivos do país anterior e os aspectos negativos do Brasil. Todo esse sentimento de estranheza culmina, no entanto, no ambiente familiar. Embora seja na família que o emigrante mais tenha investido afeto e onde mais espera sentir-se parte, é exatamente nela em que ele mais se sente distanciado.

Entrei em casa, olhava pras paredes e tudo; até as paredes pra mim estavam estranhas. Andava na rua com medo – com medo assim, assustando no trânsito. Pra mim, cara que acostuma num trânsito tão educado, chegar num trânsito nosso aqui... Eu tava andando na rua assustado. Foi difícil adaptar no trânsito. (Emigrante 2)

Reiterando o relato do emigrante acima, Assis & Campos (2009) afirmam que quem retorna não reconhece o lugar de onde partiu, estranhando os lugares e especialmente as relações sociais. Viver no exterior faz com que o indivíduo sinta-se estrangeiro em sua própria casa: “muitos acham a cidade suja e lenta, reclamam da falta de respeito às leis, sentem falta da modernidade norte-americana, (...), e então sentem-se deslocados, têm que reconstruir suas relações sociais, seu lugar” (Assis & Campos, 2009, p. 97).

No início foi... Assim, ele achou um pouco diferente, mas depois ele foi acostumando. Ele voltou pro mesmo serviço que ele tava antes e

as amizades dele que ele tinha antes foi voltando tudo de novo... Voltou tudo que era (Esposa 4).

Giddens (1993, p. 87) afirma que “quando grandes áreas da vida de uma pessoa não são mais compostas por padrões e hábitos preexistentes, o indivíduo é continuamente obrigado a negociar opções de estilo de vida”. Nessa tentativa de reconstrução do seu lugar junto à sua família, buscando realocar-se, o sofrimento psíquico sentido tanto pelo emigrante quanto pela esposa e filhos é, na maioria das vezes, inevitável. Neste sentido é pertinente o fragmento do emigrante 17:

(...) quando eu sai daqui, os meninos eram adolescentes eram totalmente dependentes. Assim que eu voltei já eram mais homens. Quer dizer já tem uma certa autonomia e a minha esposa também, porque era muito dependente de mim quando eu sai, aí quando eu voltei... É lógico ficou seis anos aqui, né, então não dependia tanto de mim então já tinha autonomia prum tanto de coisa, né? Então isso acabou criando um pouco de atrito porque (risos) não aceitei muito isso (Emigrante 17).

A autonomia adquirida pelos filhos e pela esposa é o fator que os emigrantes mais mencionaram durante as entrevistas como fator motivador de estranhamento e principalmente choque de ideias e disputa de poder. Às vezes essa autonomia é tão grande que o emigrante não é capaz de suportá-la, como será apresentado na categoria 3.

Alguns emigrantes relataram que foi mais difícil entrosar com seus filhos do que com suas esposas. Os relatos dos filhos e das esposas confirmam este dado. Os filhos mencionam muito mais estranhamento em relação ao pai do que as esposas em relação ao marido. Isto significa que o novo modo de ser do emigrante, exerce diferentes impactos sobre os membros da família. As mudanças ocorridas com os filhos, tanto fisicamente quanto psicologicamente, são de proporções maiores do que as sofridas pela esposa. Como exposto pelo Emigrante 17, quando eles vão, deixam no Brasil crianças, e quando regressam, encontram homens. “A minha esposa era a mesma, agora os meninos não, porque com os meninos eu tive que readaptar tudo de novo... Pra eles era mais difícil. Pra eles e pra mim, né? Era mais difícil.” (Emigrante 12).

Portanto, neste caso, para que houvesse sucesso na reinserção desses emigrantes no seio familiar foi necessário que todas as partes cedessem em um ou outro aspecto. O emigrante, por um lado, passa a reconhecer que seus filhos já não são mais as crianças que ele havia deixado outrora para trás e

que sua esposa, depois da experiência vivida, não é mais a mesma. A esposa e os filhos, por sua vez, abrem mão de certa liberdade que tinham quando o emigrante estava no exterior, passando a se submeterem, em parte, às exigências que socialmente são impostas com o retorno do “homem da casa”.

2. O não estranhamento

Uma parte dos emigrantes entrevistados afirmou não sentir nenhum tipo de estranhamento em relação à esposa e filhos após o retorno. Um deles, ao ser indagado se sentiu que a esposa e os filhos não eram mais exatamente como quando partiu, forneceu a seguinte contribuição:

(...) meu relacionamento com meus filhos sempre foi o mesmo. Mesmo tando longe eu não passava um dia sem falar com eles. Voltei e pra mim foi normal, apesar de que tavam todos crescidos. Como diz o outro, deixar um menino e encontrar um homem falando mais grosso do que eu. Acho que nosso relacionamento continuou a mesma forma de antes (Emigrante 02) .

O relato deste emigrante está em conformidade com o pressuposto de Sarti (2003, p. 39) segundo o qual “a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação”. Embora o entrevistado tenha insistido de que não houve estranhamento, em diversos momentos da entrevista relatou diferenças existentes entre os filhos que ele deixou e os filhos que encontrou, tais como a rotina alterada e filhos crescidos gozando de certa autonomia. Essas diferenças, contudo, não foram interpretadas como negativas pelo emigrante e por isso não interferiram na reconstrução dos laços familiares.

Os emigrantes que não sentiram estranhamento atribuem esse fato à constante manutenção do contato com a esposa e os filhos. Mesmo no exterior, alguns emigrantes acompanhavam à distância o crescimento e amadurecimento dos filhos, especialmente via telefone e internet. A esse título vale citar o fragmento abaixo.

Eu não senti (estranhamento) pelo fato que eu falava sempre com eles e pela internet eu estava sempre vendo e sempre acompanhando o desenvolvimento deles. E os problemas que aconteciam também pra mim eram passados. E a gente conversava muito, cê entendeu?

Então eu não tive dificuldade. (...) Pra mim continuou a mesma coisa (Emigrante 10).

Na busca da compreensão profunda das complexas questões familiares Roudinesco (2003) constata que, mesmo na atualidade, o desejo de família ainda existe. A família ocupa no imaginário social um lugar idealizado e seguro do qual ninguém quer se abdicar e continua sendo lugar favorecido de proteção e sentimento de pertença. Os emigrantes que não sentiram estranhamento ao retornar conseguiram, de certa forma, conciliar a imagem da família mantida em seu imaginário enquanto estava no exterior com o da família encontrada no Brasil em seu retorno. Desta forma reencontraram nela o lugar seguro, lugar em que se sentem parte integrante. Os vínculos relacionais que previnem o risco de isolamento social durante o tempo em que o emigrante estava no exterior foram garantidos. Isto possibilitou que o restabelecimento do relacionamento familiar em seu retorno, se tornasse o menos nocivo possível.

3. O estranhamento persistente

Siqueira (2007) indica que 31,4% dos emigrantes que retornam ao Brasil, voltam para o exterior por diversos motivos. Estes se relacionam desde o estranhamento do que agora encontram na origem até a dificuldade de incorporar a seu sistema cognitivo a dinâmica econômica do país. Essa decisão independe do fato de terem sido ou não alcançados os objetivos financeiros do projeto migratório. Assis & Campos (2009, p. 97) consideram que “os retornados não reconhecem mais a cidade da qual partiram, estranham o lugar e as relações sociais. A experiência de viver no estrangeiro faz com que, contraditoriamente, sintam-se estrangeiros em casa.” Os dados desta pesquisa confirmam a asserção apresentada pelos autores:

“O que todo imigrante sonha quando regressar encontrar aqui é a família como ele deixou. Existe uma outra família moldada nas mesmas pessoas que aqui estão. (...) eu vou dizer com você que eu me senti um pato no ninho de passarinho. E é aquilo que eu falei anteriormente, você sente que você não pertence a esse elo. Por mais que as pessoas vem, que você converse, que a pessoa venha, te dê um abraço, faz um carinho, que seu filho ta ali, conversa com você, (...) eu me vejo que eu não pertença à isso aqui.” (Emigrante 3)

Percebe-se nos relatos dos sujeitos integrantes desta categoria que os mesmos não se sentem parte da família. Ao contrário do que ocorre com os sujeitos pertencentes à categoria *estranhamento inicial*, aqui o estranhamento é duradouro, prejudicando drasticamente a reinserção e manutenção do emigrante no seio familiar. O tempo passa e o estranhamento não abranda provocando, em muitos casos, o rompimento definitivo entre o emigrante e sua família.

As consequências do estranhamento do retorno são sentidas tanto pelo emigrante quanto por seus familiares. Com o regresso do pai, após 6 anos de ausência, as divergências de ideias parecem estar em todos os aspectos da convivência:

(...) tipo, quando eu era criança a gente era mais apegado como eu disse, aí depois que ele voltou ele já começou a implicar mais por eu ter entrado na fase da adolescência. Tudo que eu fazia era motivo de ciúme. Ele era muito ciumento. Então... roupa, sair, amigas o dia inteiro, celular o dia inteiro... Nossa! Foi bem difícil até hoje ta sendo um pouco difícil pra adaptar. A gente ainda não se adaptou nem eu com ele nem ele comigo então a gente ainda se estranha bastante ta totalmente diferente. (...) minha mãe era mais solta um pouquinho liberal, já ele prende muito. (Filha 15)

Bilac (2003) conjectura que a família não é mais vista como organizada por normas estabelecidas. O modelo familiar institucional está entrando em processo de fragmentação, reflexo da alta cotação do individualismo nas sociedades contemporâneas. Ressalta ainda que nessas condições a família é vista como “fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido, sua duração no tempo depende da duração dos acordos” (Bilac, 2003, p. 37).

A relação que existia entre o pai e uma filha criança, agora é entre o pai e uma filha adolescente. Se antes, quando criança, ele mimava a filha, agora quer protegê-la, compensando tudo que não pôde fazer por ela quando estava no exterior e para isso tolhe sua liberdade. A filha, por sua vez, não acostumada a tanta proteção expressa na forma de limites, não consegue se adaptar a seu pai gerando sofrimento psíquico para ambos. Surge a necessidade de ressignificação da parentalidade através da construção de uma nova relação pai e filha.

Barbosa Franco, Munhoz e Siqueira de Andrade (2012) consideram que em muitos casos, os jovens observados pela ótica negativa dos problemas sociais – incluindo aí os problemas que emergem das relações interpessoais no âmbito familiar – desempenham o papel de protagonistas

no conflito de gerações. Brenner (1975), por sua vez, atesta que este tipo de atrito entre as gerações é mais comum do que se imagina, ressaltando ainda que é comum esperar que a geração mais nova se ache em conflito com a geração mais velha, em maior ou menor grau.

Há casos em que em os relatos acerca de um mesmo sujeito são tão diferentes, que fica difícil acreditar que todos estão falando da mesma pessoa da família. Esta ocorrência reflete a idiosincrasia, isto é, a maneira pela qual cada sujeito interpreta o mundo ou introjeta as experiências vivenciadas no processo emigratório.

Para Bilac (2003), a mudança na organização das famílias é consequência das mudanças na condição feminina, que, por sua vez afetam também os papéis masculinos. Nessa perspectiva faz-se necessário reexaminar os papéis na família visando incorporar a eles as vivências, sentimentos e percepções masculinas. Fragmentos dos relatos tanto da mãe quanto da filha ilustram esta assertiva.

(...) Igual quando ele tava aqui, eu não trabalhava. Mas eu falava com ele de lá que eu comecei a trabalhar, que quando ele viesse embora eu não ia sair do serviço, que eu ia continuar trabalhando (...) (Esposa 3).

Os primeiros dias é levar família pra sair, pra comer, pra fazer um monte de coisa assim... Até levar todo mundo pra passear... Essas coisas assim. Aí depois a coisa começou a mudar. (...) A presença dele dentro de casa... As atitudes dele, ele querendo me controlar; isso tudo me incomodava porque eu fiquei seis anos sem ele e aí ele chegou e quis mudar minha vida toda. (...) Mas aí, aqui ele queria me segurar, e segurar e eu não quis aceitar por que eu já tinha 23 anos (Filha 3).

Com o advento das novas configurações familiares esta autoridade paterna e marital não é absoluta e total, ao contrário, “pode ser questionada, criticada e mesmo em alguns casos, negada e rejeitada, com muito mais vigor do que foi no passado” (Romanelli, 2003, p. 85). É interessante notar que o filho, ao contrário da mãe e a irmã, percebe o fenômeno com outro olhar:

Pra mim ele voltou a mesma pessoa, só que como pelo tempo que ele ficou lá, ele ficou adaptado lá, então ele chegou aqui, ele sentiu as coisas bastante diferentes no termo de adaptação. Lá as coisas bem diferentes daqui do Brasil, mas assim, questão pessoal, questão de

pai, de marido, eu senti que ele voltou a mesma pessoa. Não deixou de ser aquela pessoa que ele era antes não (Filho 3).

Este é enfático ao afirmar que não sentiu nenhuma diferença com o retorno do pai e que não houve nenhuma mudança na vida pessoal, social e familiar.

Observa-se, então, a divergência de opiniões existente acerca do retorno do emigrante. A relação que ele estabelecia com o filho se configurava de maneira diferente da relação estabelecida com a filha. Esse modelo de relação pode ser reflexo de uma cultura predominantemente machista, onde o pai, de acordo com percepção da filha, queria mantê-la presa, controlada, dominada. Já o filho nem sentiu os impactos negativos do retorno, porque para ele, os mesmos simplesmente não existiam. Se por um lado o filho não sentiu nenhuma dificuldade ou estranhamento em relação ao pai, por outro, tamanho foi o estranhamento que a filha sentiu que se viu obrigada a sair de casa, abandonando o convívio familiar. Em relação à esposa, o estranhamento passa para a relação conjugal. Ao voltar e encontrar a esposa trabalhando, cuidando da aparência e agindo de forma independente, ele se sente menos seguro em relação à mesma tornando-se mais ciumento. Estes sentimentos são ainda acirrados pelo fato de não ser mais o único provedor da casa:

(...) Assim, ce mudou o visual e tudo, né? É diferente... Então, agora ele ta mais ciumento. (...) É que eu to mais diferente. Porque agora eu trabalho. Totalmente diferente. Ele fica em casa aqui agora e eu trabalho. Agora ta mais ciumento. Agora eu to andando bem mais arrumada... (Esposa 3).

Em um projeto igualitário de relacionamento entre o casal a questão decisiva é a do exercício da autonomia, de modo a permitir o respeito pela capacidade do outro. Quando se respeitam os limites da autonomia, as relações de autoridade são passíveis de serem modificadas e os papéis de serem redefinidos. Só assim torna-se possível a requalificação do universo da intimidade.

Considerações Finais

Pesquisas realizadas por Siqueira (2009) revelam que no desejo de partida está embutido o desejo do retorno do emigrante. De Biaggi (2004) afirma que o emigrante no retorno, além do determinante econômico de se tornar empreendedor, possui também incluído a necessidade de voltar às

raízes, para reencontrar sua identidade, família e amigos. O presente estudo mostrou que nem sempre é possível o emigrante retornado reencontrar sua identidade, principalmente no que tange às relações mais íntimas desenvolvidas no seio familiar.

É notável que muitos emigrantes retornados não conseguiram se sentir novamente pertencentes à sua origem familiar, social e territorial. Devem-se ressaltar como fatores intervenientes desta ocorrência as alterações ocorridas com os membros da família, com seu meio social, com sua cidade e, de uma maneira mais ampla, com o próprio país durante sua ausência. No retorno, diante de tantas mudanças inesperadas, o emigrante assume uma posição crítica (nesse caso pejorativa) em relação aos familiares, ao bairro, à cidade, enfim, ao ambiente ao qual pertencia.

Tanto os emigrantes que conseguiram se reinserir no seio simbólico familiar quanto os que não conseguiram (categorias 1 e 3) afirmaram que dentre as inúmeras dificuldades encontradas no retorno, a retomada da função paterna foi a que mais se fez perceber. Esta dificuldade não foi relatada pela categoria 2 que afirma não ter sentido nenhum tipo de estranhamento familiar no retorno.

Embora, os modos de subjetivação na atualidade tenham sido outros, e a família contemporânea tenha se rearranjado, diluindo o lugar culturalmente pré-determinado de pai, mãe e filho o que se percebe através dos relatos dos emigrantes e de suas famílias é que esse rearranjo, na maioria das vezes, só aconteceu quando o pai, deixou aqui sua família, para participar do processo emigratório.

Quanto à questão do estranhamento, percebe-se que o mesmo é representado simbolicamente de diferentes maneiras pelos vários atores do processo. Deve-se também levar em conta algumas variáveis, a fim de não se cometer erros grosseiros de generalizações. Alguns emigrantes possuem personalidade mais adaptativa do que outros, assim como algumas famílias possuem mais maleabilidade em lidar com o estranhamento do que outras. A variável temporal pode influenciar nesses casos: emigrantes que permanecerem menor tempo no exterior possivelmente tem mais facilidade de se readaptar no seu país de origem, e conseqüentemente sentem menos estranhamento em suas relações familiares. O tempo de retorno dos emigrantes ao Brasil também é fator a ser considerado. Aqueles que voltaram recentemente vivenciam de forma mais evidente o estranhamento do que aqueles que retornaram há mais tempo. Não se pode dizer que tal conexão seja invariável, mas os relatos apontam para esta possibilidade.

Como asseguram Barbosa Franco, Munhoz e Siqueira de Andrade (2012), a busca pela compreensão dos motivos pelos quais se estabelecem

modelos tão distintos de família é questão primordial para o entendimento do comportamento e relacionamento dos familiares. Os autores indagam por quais razões patenteiam-se modelos de família em que “prevalece a cooperação, a reciprocidade, a solidariedade entre gêneros e entre as gerações, e por que em outros momentos emergem modelos nos quais prevalece a disputa, a competição, a negociação em clima de conflito, ou a indiferença e a estranheza.”. (Barbosa Franco, Munhoz e Siqueira de Andrade, 2012, p. 56).

Apesar da maioria dos emigrantes entrevistados cultivarem a imagem da família que haviam deixado na origem, a reinserção simbólica do indivíduo acaba por acontecer, embora quase sempre com os papéis e funções reformulados. Os sentimentos de estranhamento, quando aflorados, foram abrandados com o passar do tempo, pois a função da fantasia enquanto mediadora do encontro do sujeito com o real proporcionou a reintegração, contudo não mais exatamente como antes. Destarte, conclui-se que no processo de reconstrução da intersubjetividade fez-se necessário requalificar as relações fragilizadas entre o emigrante e sua família, a partir da afirmação da autonomia de cada um. Como afirma Roudinesco: “a família do futuro precisa ser reinventada” (Roudinesco, 2003, p. 199).

Os resultados obtidos neste estudo chamam a atenção para a necessidade de avanços no âmbito das indagações referentes às rupturas, reconstrução e recomposições de estruturas familiares em contextos de grande mobilidade social. Além disso, pode servir também como subsídio para formulação e implementação de políticas públicas que tratem do fenômeno da emigração.

Referências

- Assis, G. O. & Campos, E. C. (2009). De volta para Casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados. *Tempo e Argumento - Revista do Programa de Pós-graduação em História*, 1 (2), 80-99.
- Barbosa Franco, M., Munhoz, M., & Siqueira de Andrade, M. (2012). Representações sociais de jovens sobre família. *Educação & Linguagem*, 15(25), 40-57.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (4a ed.). Coimbra: Edições 70.
- Bilac, E. D. (2003). Família: algumas inquietações. In M. do C. B. de Carvalho (Org.). *A família contemporânea em debate* (5a ed.) (29-38). São Paulo: Cortez.
- Brenner, C. (1975). *Noções Básicas de Psicanálise*. Introdução à Psicologia Psicanalítica (3a ed.). Rio de Janeiro: Editora Imago.
- De Biaggi, S. D. (2004). Homens e Mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In S. D. De Biaggi & G. J. Paiva (Org.). *Psicologia E/Imigração e Cultura* (135-164). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp.

- Romanelli, G. (2003). Autoridade e poder na família. In M. do C. B. Carvalho (Org.). *A família contemporânea em debate* (5a ed.) (73-88). São Paulo: Cortez.
- Roudinesco, E. (2003). *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sarti, C. A. (2003). Família e individualidade: um problema moderno. M. do C. B. Carvalho (Org.). *A família contemporânea em debate* (5a ed.) (38-49). São Paulo: Cortez.
- Silva, O. R. M., Vicente, P. S., Soares, M. M., Oliveira, S. M. Q. & Dias, C. A. (2013). Exploração, emigração, crise e retorno: o dilema do emigrante retornado frente às vicissitudes mercadológicas. In *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, São Luís, 20-23 de agosto de 2013* [CD-ROM]. São Luís: Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação.
- Siqueira, S. (2009). *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil/Estados Unidos*. Belo Horizonte: Argvmentvm.
- Siqueira, S. (2007). O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA. *Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [online]. Acesso em 07 de setembro de 2013 em <http://nuevomundo.revues.org/index5973.html>.
- Siqueira, S., Assis, G. de O. & Dias, C. A. (2010). As múltiplas faces do retorno à terra natal. *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania* (5), 61-79.
- Siqueira, S. & Santos, M. H. (2013). Condições de saúde do emigrante no retorno para sua terra natal. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* [online]. 21 (40), 131-150.

EL SUICIDIO EN EL MUNICIPIO DE RIONEGRO ANTIOQUIA, COLOMBIA - UNA EXPERIENCIA SIGNIFICATIVA 2009-2013

Martha Cecilia Arbeláez Rojas¹

Universidad Católica de Oriente, Colombia

El Contexto

Durante el periodo 2009- 2011, en el Municipio de Rionegro Antioquia hubo un aumento significativo de casos de suicidio; un niño de nueve años decidió quitarse la vida. Este hecho prendió las alarmas de las autoridades municipales; la sociedad Rionegrera estaba conmocionada porque no era fácil entender las razones por las cuales un niño quería morir.

En el año 2009, se participó en la investigación sobre Modelo de Intervención/ Investigación clínico-social sobre el intento de suicidio en Municipios de Antioquia, la cual se desarrollaba en convenio con el Grupo de Investigación Clínico Social de la Universidad San Buenaventura de Medellín, y con la Dirección Seccional de Salud de Antioquia.

Este modelo, que supera la visión epidemiológica, apunta hacia la comprensión del intento como un fenómeno que fractura la subjetividad y las intersubjetividades, interroga las redes de atención en salud, las redes sociales, los sistemas comunitarios en su función vinculante y cuidadora, y a los operadores en cualquier ámbito. El intento no es un fenómeno ajeno sino social, es decir, involucra todas las redes sociales y a los actores participantes (sujeto, familia, comunidad, redes comunitarias, dispositivos de atención, papel de las instituciones). Emerge, entonces, una nueva posición subjetiva en los participantes que permite pensar el fenómeno desde adentro, bajo el concepto de implicación.²

1. Psicóloga, Magister en Salud Colectiva, Docente investigadora Universidad Católica de Oriente, Coreo e: marbelaez@uco.edu.co

2. Esta investigación no ha sido publicada; fue realizada por el Grupo de Investigación Clínico/Social, Universidad San Buenaventura -GICSSB – (2009). *Modelo De Intervención/ Investigación Clínico-Social Sobre el Intento de Suicidio en Municipios de Antioquia. En convenio con la Dirección Seccional de Salud de Antioquia.*

La participación en dicha investigación permitió comprender a los participantes que el fenómeno del suicidio y del intento de suicidio desbordaba las competencias del sector salud, pues eran eventos complejos, multi determinados que requerían para su intervención, de un esfuerzo articulado de los actores de la sociedad.

Para intervenir en la problemática, las autoridades municipales solicitaron el apoyo del Programa de Psicología de la Universidad Católica de Oriente; de esta manera, se ejerció un rol fundamental en las acciones que se desarrollaron en la localidad

La Universidad Católica apoyó mediante el sistema de Investigación y Desarrollo la realización del proyecto de investigación sobre suicidio en Rionegro, el cual hizo énfasis en comprender ¿Qué pasa después de un intento de suicidio con el sujeto y su familia?, ¿Cómo se están atendiendo los casos de intento de suicidio en el consultorio psicológico de la Universidad?, ¿Qué acciones en salud pública se pueden desarrollar en la comunidad para prevenir el suicidio? ¿Qué papel juega la Institución Educativa en el fenómeno del suicidio e intento de suicidio? Estos interrogantes dieron origen a las investigaciones sobre el tema y a posteriores intervenciones que se implementaron en el municipio.

En el presente texto se relatan las experiencias más significativas que, con ocasión de la situación, se desarrollaron en Rionegro.

Dimensiones del Problema

Según Vargas (2007), el término suicidio fue introducido en 1642 por Sir Thomas Bowne y deriva del latín “sui” (sí mismo) y “caedere” (matar), la nueva palabra surge de la necesidad de distinguir entre el “homicidio de uno mismo” y el asesinato de otro.

De acuerdo con la Organización Panamericana de la Salud y la Organización Mundial de la Salud (2013), cada año se suicidan 60.000 personas en el continente americano, mientras que en todo el mundo muere un millón de personas por esta causa. Por cada muerte asociada al suicidio hay 20 personas que lo intentan sin éxito en todo el mundo. La mortalidad por suicidio es cuatro veces mayor en hombres que en las mujeres en América. Un 90% de las personas que mueren por suicidio sufren de trastornos psiquiátricos, aunque también existen otros factores sociales, económicos y culturales que influyen.

Para la Organización Mundial de la Salud (2004), “El suicidio se ha constituido en un problema de salud pública muy importante, reporta un millón de suicidios al año en todo el mundo y se prevé que en el 2020 las

víctimas alcancen 1.5 millones (...) Se calcula que por cada muerte atribuible a esa causa se producen entre 10 y 20 intentos fallidos de suicidio, que se traducen en lesiones, hospitalizaciones y traumas emocionales y mentales, pero no se dispone de datos fiables sobre el verdadero alcance. Las tasas tienden a aumentar con la edad, pero recientemente se ha registrado en todo el mundo un aumento alarmante de los comportamientos suicidas entre los jóvenes de 15 a 25 años (...).”

En la última década, la tasa en Colombia ha estado entre cuatro y cinco muertes, por esta causa, por cada cien mil habitantes. Según el Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses (2013), en el 2011 el número de muertes por suicidio en Colombia fue de 1.478 casos y en el 2012 fueron 1.505 casos. En el 2000 la tasa de ideación suicida ha fluctuado entre 6.1 y 5.7 casos por 100 mil habitantes; en este año se presentaron 3-4 suicidios masculinos por cada suicidio femenino

En el Departamento de Antioquia, las tasas no difieren de las presentadas en el resto del país y han fluctuado entre 4 a 6/100.000 habitantes-año en los últimos cinco años, aunque existen municipios con tasas de 22.6 por 100.000 habitantes-año.

Según la Dirección Seccional de Salud de Antioquia (2013), en el Municipio de Rionegro, en el 2010 se presentaron 38 casos de intentos de suicidio para una tasa de 34,4, por cien mil; en el 2011, fueron 75 casos, para una tasa de 66,8 casos por cien mil; Así mismo, en el 2012 se presentaron 68 casos de intento de suicidio para una tasa de 82,4 por cien mil habitantes año.

Como puede verse, esta es una problemática que va en aumento y que según la OMS (2000) su impacto psicológico y social sobre la familia y la sociedad no es mensurable; en promedio, un suicidio individual afecta íntimamente por lo menos a seis personas, pero si ocurre en una institución educativa o en el trabajo tiene impacto sobre miles de personas.

El estudio del intento de suicidio, se convierte en un tema de gran importancia en cuanto a la prevención del suicidio como tal, pues a partir de éste, se visualizan los factores y dinámicas que precipitan a un individuo para que opte por quitarse la vida; igualmente, las formas en que su entorno puede ayudar a detectar y prevenir posibles desenlaces fatales.

Generalidades Sobre el Suicidio

La Organización Mundial de la Salud(1976), define el suicidio como “Todo acto por el que un individuo se causa a sí mismo una lesión, o un

daño, con un grado variable de la intención de morir, cualquiera sea el grado de intención letal o de conocimiento del verdadero móvil.”

El suicidio ha inquietado desde tiempo atrás a los seres humanos, Durkheim (1989) definió el suicidio como “Toda muerte que resulta, mediata o inmediatamente, de un acto, positivo o negativo, realizado por la víctima misma, sabiendo que debía producir este resultado”. En algunas oportunidades el suicidio no se consuma, a este acto se le llama intento de suicidio.

Para la Asociación Argentina de Prevención del Suicidio (Martínez, 2007), el suicidio es un proceso complejo multi determinado. Una manera de vivir que va construyendo un enigma mortal, por condensación, sobre un marco representacional existente. Un proceso que va más allá del acto, rompiendo la concepción del hecho consumado.

En la literatura se encuentra que hay diferentes tipos de intento de suicidio, el mismo autor, indica que el intento de suicidio es “el acto no fatal de auto perjuicio, llevado a cabo con consciente intento autodestructivo; no obstante, vago y ambiguo”. Igualmente, se ha encontrado que antes de tomar la decisión de morir, una persona elabora todo un proceso de planeación de su muerte; Quintanar (2007), identifica que el proceso suicida está integrado por varias etapas que inician con una ideación suicida pasiva, pasan por etapas más activas de contemplación del propio suicidio, por la planeación y la preparación, y por la ejecución del intento hasta llegar a su consumación.

Según Zubiria (2007), el suicidio tiene dos etapas generales que son la preparación y la ejecución; cada una de ellas compuesta por pasos que llevan a la persona a realizar el acto:

Etapas de preparación

1. **Pesimismo:** La persona vive una situación durante la cual presenta señales como, por ejemplo, cambiar su manera de actuar, abandonar actividades que antes realizaba y disfrutaba, y expresar ideas pesimistas y desesperanzadas.
2. **Ideación:** Comienza con el pensamiento suicida propiamente dicho, de querer terminar con su vida pero sin tener un método o un plan específico
3. **Plan suicida:** La persona planea detalladamente cómo se quitará la vida; decide el método, el lugar y el momento; sólo hace falta un evento doloroso que lo active para actuar.

Etapa de ejecución

1. Evento detonante: Un detonante es un hecho que parece desencadenar el suicidio (Por ejemplo, una pérdida afectiva). Por esta razón se dice que el detonante lleva a la persona a la etapa ejecutiva.
2. Preparación: En este punto la persona prepara activamente el suicidio. Si va a envenenarse, por ejemplo, compra el veneno y los elementos necesarios para llevar a cabo su plan. Ya está decidido y es difícil dar marcha atrás.
3. Intento: Se refiere a ejecutar el plan preparado. El factor que más predispone a un intento es haber realizado uno previo.
4. Consumación: El plan suicida tiene “éxito”.

Al igual que las diferentes etapas del comportamiento suicida también se han identificado diferentes tipos de suicidio.

Tipos de suicidio

Abòs (1999) describió los hallazgos de Durkheim relacionados con la enfermedad mental y el suicidio; según éste, los tipos de suicidio son:

1. Suicidio maniático: Producido como consecuencia de alucinaciones o de concepciones delirantes. Deriva de la enfermedad de la manía. Es un torbellino constante de ideas y sentimientos entre los que puede surgir la idea del suicidio provocados por la alucinación.
2. Suicidio melancólico: La idea del suicidio nace de estados de extrema depresión en los que el individuo deja de apreciar los vínculos que le unen con la vida; es similar al maniático, ya que la idea de suicidarse puede surgir de alucinaciones, con la salvedad de que, en este caso, las ideas gozan de una gran fijeza. Preparan la ejecución con gran detenimiento.
3. Suicidio obsesivo: En este caso, la idea del suicidio es similar a un instinto, la idea fija de la muerte se va apoderando del individuo. El enfermo sabe que esta idea es absurda, el problema es que el individuo ha de luchar contra este sentimiento porque si se abandona esta ansia por matarse puede vencerle. Es una especie de ansiedad, por eso se le ha llamado suicidio ansioso.
4. Suicidio impulsivo o automático: Carece de razón, tanto en la realidad como en la imaginación del enfermo; surge la idea sin fundamento y

progresivamente se va apoderando de la voluntad, en un tiempo más o menos largo y bruscamente puede provocar la ejecución.

Durkheim (1989), en su libro “El Suicidio”, identificó varios tipos de suicidio, entre ellos están:

1. Suicidio Egoísta: El individuo tiene conciencia de su egoísmo y de las consecuencias que se derivan de él, sabe lo que hace, busca satisfacer sus necesidades personales, no espera nada de nadie, no pide nada, no se ingenia largos preparativos, se suicida con tranquilidad irónica; sin embargo, presenta depresión general.
2. Suicidio Altruista: Se origina con sentimientos violentos, despliegue de energía; esta energía se pone al servicio de la razón y la voluntad, el sujeto se suicida porque su conciencia se lo ordena, es pasional e irreflexivo, actúa como un impulso de fe y de entusiasmo que precipita al sujeto a la muerte.
3. Suicidio Anómico: Está ligado a la cólera y la decepción, se produce cuando hay desequilibrio de la integración de la persona con la sociedad, se caracteriza porque la norma o su ausencia no ofrecen el marco de seguridad que la sociedad le atribuye. El individuo no se siente integrado a la sociedad.

Además de los tipos de suicidio, también se debe tener en cuenta una serie de factores de riesgo y factores protectores que intervienen para que un sujeto este más predispuesto o no a tomar la decisión de intentar suicidarse.

Para la epidemiología, un factor de riesgo es un determinante de orden biológico, social o cultural que aumenta la posibilidad de que el fenómeno se presente; un factor protector es aquel evento o condición que disminuye la posibilidad de que se presente el problema. Para el caso del suicidio se han encontrado los siguientes factores de riesgo asociados:

Factores de Riesgo

Según Zubiria (2007), “Los factores de riesgo son aquellas circunstancias que facilitan o agudizan la tendencia suicida. Por lo general, dichos factores dependen de los niveles cultural y social, (...) del entorno familiar y de su género. Pueden presentarse solos o combinados, pero su influencia en el proceso es mayor cuantos más aparecen simultáneamente.”

Existen varios factores de riesgo involucrados en el suicidio e intento de suicidio, Zubiria (2007), propone que existen ciertos factores de riesgos que hacen que el sujeto tenga más predisposición de verse involucrado en el acto, entre los que se encuentran:

Antecedentes familiares de depresión, u otros tipos de trastornos mentales, así como impulsividad, inadecuado manejo de estrés y tendencia a la evasión, alcoholismo o cualquier otra adicción, situaciones conflictivas frecuentes entre miembros de la familia, violencia intrafamiliar, abuso físico, sexual, verbal o emocional, igualmente antecedentes familiares de suicidio, problemas severos de comunicación entre los miembros de la familia, presencia de armas de fuego en el hogar, contacto con comportamientos suicidas de otras personas, ya sea familiares, amigos o casos en los noticieros o en las películas de ficción, pérdidas (divorcio, muerte de alguien cercano, ruptura amorosa).

Investigaciones psiquiátricas, también han propuesto una serie de factores de riesgos comunes en sujetos implicados en el suicidio, como lo definió Vargas (2007) se han evidenciado ciertas características en personas que presentaron suicidio o intento de suicidio, entre los que se encuentran los siguientes factores:

1. Clínicos: El 90% de las personas fallecidas tenían un trastorno psiquiátrico de base que explicaba dicha conducta; los trastornos depresivos explicaban el 60% de estas muertes; de estas personas, la mayoría habían comentado sus síntomas depresivos e ideación de muerte a familiares y personas cercanas incluso gran parte había asistido a consulta médica o psicológica.
2. Eventos estresantes: Los eventos estresantes, han sido descritos como desencadenantes de una conducta suicida en personas vulnerables. Los estresantes más consistentes en la literatura médica son: Enfermedades crónicas/terminales, pérdidas afectivas, problemas de trabajo, problemas legales, pérdidas financieras, dificultades económicas.
3. Traumas en la infancia: Los antecedentes de trauma en la infancia aumentan el riesgo de suicidio dos a cinco veces. Se han descrito como traumas: El abuso emocional, el abuso físico, el abuso sexual, el abuso de sustancias en cualquier miembro del hogar, la separación de los padres y el encarcelamiento de algún familiar.
4. Antecedentes familiares: La historia familiar de suicidio, enfermedad mental u hospitalizaciones psiquiátricas, se encuentra con mayor

frecuencia en personas con conducta suicida comparados con personas que no las tienen.

Factores protectores

Vargas (2007), los define como “Las razones que presentan las personas para no morir o matarse aun cuando lo esté pensando o planeando”; dentro de estos factores se encuentran:

1. Filiación religiosa: Pertenecer a una religión (Sin importar cuál), se muestra como factor protector debido a las objeciones morales de las diferentes religiones respecto al suicidio.
2. Embarazo deseado y tener hijos (Menores de dos años): Éstos como factores protectores son más estables en mujeres que en hombres y se explica por la importancia del papel de la maternidad.
3. Red de apoyo social: Contar con una buena red de apoyo social y familiar, porque protege del suicidio por el soporte emocional que brinda a las personas en riesgo y por la contención directa de conductas letales y no letales.

De acuerdo con lo anterior, el individuo tiene las posibilidades de superar algunas dificultades que se presentan en su vida, siempre y cuando cuente con el apoyo familiar, y de amigos que le ayuden a enfrentar las adversidades; también se evidencia la importancia de ser madre como factor protector y la contención que puede brindar la familia, la red social y la pertenencia a grupos, ya que brindan apoyo emocional en momentos críticos.

La Organización Mundial de la Salud (2006) propone como principales factores que proveen protección frente a la ideación suicida y a los comportamientos autodestructivos, una serie de aspectos como son: Que la persona cuente con una buena relación y apoyo de los miembros de la familia y amigos; que desarrolle buenas habilidades sociales, como participación en deportes, asociaciones, creencias religiosas, clubes, que logre poseer confianza en sí mismo, acceso a servicios y asistencia de salud mental, incluso tener capacidad para la búsqueda de ayuda cuando surgen dificultades.

Después del recorrido conceptual sobre el comportamiento suicida se comenta a continuación la experiencia de intervención en el campo de la salud pública.

Intervenciones en el Campo de la Salud Pública

«La prevención del suicidio y el intento de suicidio no es sólo tarea de los psiquiatras, psicólogos u otros profesionales, es una labor de toda la sociedad.....OMS (2006)

Gracias a la comprensión de que el intento de suicidio es un fenómeno complejo y multi- determinado, el programa de psicología, en equipo con los actores municipales, se dio a la tarea de implementar y acompañar en diferentes procesos, las acciones que contribuyeron a la prevención del suicidio y del intento.

Así, se realizaron las siguientes intervenciones:

- Capacitación a diferentes grupos poblacionales sobre el concepto de Salud y enfermedad mental; generalidades del suicidio, del intento de suicidio y las señales de alerta. Esta intervención se realizó con el fin de generar una cultura de la salud mental, de la detección del riesgo de suicidio y de la consulta oportuna a las instituciones de salud.
- Formación en salud y enfermedad mental, suicidio e intento de suicidio a los profesionales del área de la salud; especialmente médicos y enfermeras; pues eran estos quienes atendían en primera instancia a los pacientes en el servicio de urgencia o en consulta externa y era fundamental que pudieran hacer una detección oportuna de los pacientes en riesgo, una adecuada atención para generar enganche terapéutico al tratamiento y prevención de más episodios de intentos de suicidio.
- Capacitación a los comunicadores sociales del municipio y de la región, en cultura de la salud mental, enfermedad mental, señales de alerta frente al suicidio, rutas de atención de los pacientes. Esta capacitación busco sensibilizarlos sobre a la responsabilidad social como fuente de información, de culturización para romper mitos sobre la enfermedad mental y en la difusión de los derechos en salud de los ciudadanos; así como las rutas de atención
- Fortalecimiento de redes y rutas de atención de niños y adolescentes en riesgo; se difundió en las comunidades educativas el procedimiento para la detección temprana y la remisión de los niños y adolescentes en riesgo de suicidio a las EPS (Empresas Promotoras de Salud), a las IPS (Instituciones Prestadoras de

Servicios de Salud), Hospitales y Consultorio Psicológico de la Universidad Católica de Oriente.

- Mediante la sensibilización a las instituciones de salud acerca del suicidio e intento de suicidio, se fortaleció la “Vigilancia Epidemiológica” con el fin de detectar casos, notificar, analizar, tomar decisiones, hacer seguimiento y evaluar.
- Formación a docentes mediante un diplomado en habilidades para la vida; como una propuesta de desarrollo de factores protectores para la salud mental con niños y jóvenes.
- Fomento de la articulación de instituciones, actores y sectores en la conformación de una red de salud mental y en la firma del pacto por la salud mental del municipio, donde todos los firmantes comprometían sus voluntades políticas para trabajar en la coordinación y articulación de esfuerzos para enfrentar la problemática.
- Fomento, conformación y capacitación de comités de salud mental de las Instituciones Educativas del Municipio. Con el apoyo de practicantes de psicología y de profesionales de la unidad de atención Integral especializada –UAI- de Rionegro, se fomentaron y capacitaron los Comités de Salud Mental en las instituciones educativas, los cuales estaban conformados por los estudiantes, docentes y padres de familia; esto con el fin de que fueran partícipes del fomento de la salud mental y la detección oportuna de casos en riesgo de suicidio.

Lecciones Aprendidas

- Las intervenciones colectivas significaron un reto para los profesionales de psicología, pues su formación universitaria tradicional, en ocasiones chocaba con las demandas de una problemática compleja que los llamaba a la interdisciplinariedad.
- Se comprendió que el suicidio y el intento de suicidio, aunque es una problemática de salud mental, no es sólo competencia de los psicólogos, médicos y psiquiatras; en cada caso hay condiciones de vida, una historia que determina al sujeto, la cual se debe comprender para realizar una atención humanizada.
- Socialmente el comportamiento suicida genera un estigma que, en ocasiones, provoca el aislamiento del sujeto y su familia, lo que impide que se solicite atención de forma oportuna.

- El fenómeno del suicidio “fractura las subjetividades” de los profesionales implicadas en la atención de los casos, ya que genera sentimientos, creencias y actitudes que pueden influir en la forma como atienden a los pacientes.
- Para desarrollar el trabajo articulado entre instituciones es necesario generar marcos de referencia comunes y puntos de vista consensuados sobre los problemas, además, tener la posibilidad de identificar las competencias y alcances posibles de la intervención de cada una de las instituciones.
- El proceso de culturización de la sociedad rionegrera sobre la salud y la enfermedad mental, contribuyó a romper con creencias tradicionales sobre la enfermedad mental, a detectar oportunamente las personas en riesgo y a generar acciones comunitarias de acompañamiento.
- En la actualidad el Programa de Psicología de la Universidad Católica de Oriente a través del consultorio psicológico, lidera programas e intervenciones de salud mental en el municipio de Rionegro.
- En el currículo del programa de psicología se implementó un seminario de contextualización sobre salud mental y salud pública como una forma de preparar a los futuros profesionales para enfrentar los problemas complejos de salud mental desde la perspectiva psicosocial.
- En el ámbito educativo se encontró que el Bullying era un factor de riesgo para el suicidio en adolescentes.

A continuación se presentan los resúmenes de las investigaciones realizadas en el marco del proyecto de investigación sobre suicidio.

Primera Investigación: Qué pasa después de un Intento de Suicidio con el Sujeto y su Familia? Nilsa Ximena Marulanda³, Luz Mery Román⁴, Martha Cecilia Arbeláez Rojas⁵

Resumen

En la actualidad, se sabe que el suicidio e intento de suicidio deja huella y transforma la vida, la dinámica y la estructura tanto del sujeto como de su familia; se marca un antes y un después del suceso para ambos. En nuestra cultura el suicidio y el intento de suicidio genera en la mayoría de los casos un estigma social que lleva a que los sujetos y sus familias se aislen socialmente; este hecho, según evidencias empíricas, en muchas oportunidades impide una atención oportuna y eficaz. Teniendo en cuenta las altas tasas de suicidio e intento de suicidio que se presentan en el municipio de Rionegro surge la necesidad para los psicólogos de investigar sobre el problema; así se decide profundizar sobre ¿qué pasa después del intento de suicidio con el sujeto y con su familia? Para comprender el fenómeno se utilizó la metodología cualitativa: se realizaron 6 entrevistas en profundidad que se transcribieron textualmente para analizar las categorías emergentes.

Se encontró que el intento de suicidio tiene repercusiones emocionales, funcionales y adaptativas tanto para el sujeto como para la familia. Los sujetos no querían morir; deseaban suspender un gran sufrimiento y esta fue la forma de solicitar ayuda a su familia o amigos cercanos. La persona se vuelve demandante de cuidados, amor y atención. El apoyo de la familia es determinante para que el sujeto, que es vulnerable, encuentre razones para continuar viviendo. En la familia el intento de suicidio genera una crisis que evidencia una disfunción familiar latente, y una reacomodación de roles. Al parecer, posterior al intento de suicidio y en el momento de crisis, en la familia se fortalecen los lazos afectivos; sin embargo, luego de un tiempo las demandas de cuidado del sujeto pueden generar tensión, angustia, cansancio, culpa y temor; situación que altera la vida personal, laboral y emocional de sus miembros, y los puede llevar al distanciamiento; igualmente la estructura familiar se reorganiza y tiene cambios significativos.

3. Estudiante de psicóloga de la Universidad Católica de Oriente. Correo-e: nilxim@hotmail.com

4. Estudiante de psicología de la Universidad Católica de Oriente. Correo-e: luzmeryroman@hotmail.com

5. Magíster en Salud Colectiva. Docente investigadora del Programa de Psicología de la Universidad Católica de Oriente. Correo-e: marbelaez@uco.edu.co

Segunda Investigación: Intervención Psicológica en Casos de Intento de Suicidio en el Consultorio Psicológico de la Universidad Católica de Oriente. Liana Marcela Ocampo Cardona⁶, Martha Cecilia Arbeláez Rojas⁷

Resumen

Este estudio forma parte de la investigación sobre intento de suicidio adelantada por la línea de salud, bienestar y desarrollo del grupo GIPSICOS de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Católica de Oriente, quienes se han propuesto comprender ¿cómo se están atendiendo los casos de intento de suicidio en el consultorio psicológico de la Universidad?, ¿Qué aspectos en la intervención psicológica eran determinantes para su eficacia en la atención del intento de suicidio?

Para tal efecto se utilizó la metodología cualitativa; inicialmente, se realizaron tres entrevistas a estudiantes de psicología de los últimos semestres que habían tenido la experiencia en la atención de casos de personas con intento de suicidio e ideación suicida en el consultorio psicológico; luego de hacer el análisis y la categorización de los datos, fue necesario realizar otras dos entrevistas con el fin de profundizar en los hallazgos; éstas dos últimas fueron realizadas a profesionales con más experiencia en el tema con el fin de poder comparar los datos.

Se encontró que la atención de los casos de suicidio les genera temor porque saben que está en juego la vida del paciente; por otro lado, tienen interés, pero sienten que la teoría se “queda corta” a la hora de comprender un caso. Se identificó, también, que esta situación se resuelve en aquellas oportunidades en las que los estudiantes cuentan con el acompañamiento de otros profesionales en el momento de intervenir.

Se reconoció como aspectos fundamentales para la atención psicológica del intento de suicidio, el vínculo o la alianza terapéutica, contar con el apoyo de la familia y la oportunidad en la atención, es decir, en el momento que el paciente lo requiere; igualmente, la oportunidad en la medicación cuando el paciente lo necesite.

6. Estudiante de Psicología Universidad Católica de Oriente. Correo e: lianamarcela18@hotmail.com

7. Psicóloga, Magister en Salud Colectiva, Docente Investigadora Universidad Católica de Oriente, Correo e: marbelaez@uco.edu.co

Otro aspecto para tener en cuenta es que por ser el comportamiento suicida multi causal, se requiere para su atención un abordaje interdisciplinario, por eso es importante contar con una ruta de atención y un trabajo articulado.

Se reconoció como una dificultad para la atención el hecho de que el comportamiento suicida es considerado culturalmente como un pecado y un tema tabú; por este motivo, en algunas oportunidades las personas no buscan ayuda cuando comienzan a tener ideas suicidas.

Se identificó que, para que los futuros profesionales de la psicología presten una atención idónea en el caso de intento de suicidio, se necesita que tengan formación en psicopatología, en elementos básicos de salud pública y salud mental, en suicidio e intento de suicidio y en intervención en crisis.

Parece ser que la orientación teórica del profesional que realiza la intervención psicológica no es determinante para que sea eficaz; más bien se reconocen factores como la oportunidad, la alianza terapéutica, el apoyo familiar y el abordaje interdisciplinario como fundamentales a la hora de prestar ayuda y evitar la reincidencia o el desenlace fatal.

Es importante considerar que en el evento de suicidio, el psicólogo podría advertir al paciente la posibilidad de faltar al secreto profesional ya que si tiene alto riesgo de suicidio, tendría que buscar a un familiar o amigo para remitirlo o asegurarse de su apoyo y cuidado.

Referencias

- Abòs, L. (2010). *El suicidio y Durkheim*. [En línea]. Recuperado en Marzo de 2010 de: <http://www.herrerros.com.ar/melanco/aldanondo.htm>.
- Dirección Seccional de Salud de Antioquia. (2010). Mortalidad por causas externas por subregión/municipio 2000-2009. [En línea]. Recuperado en marzo de 2010 de: <http://www.dssa.gov.co/index.php/estadisticas/mortalidad>.
- Dirección Seccional de Salud de Antioquia. (2013). Mortalidad por causas externas por subregión/municipio 2009-2012. [En línea]. Recuperado en septiembre de 2013 de: <http://www.dssa.gov.co/index.php/estadisticas/mortalidad>.
- Durkheim, E. (1989). *El suicidio*. Madrid: Akal. p. 5
- Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses (2013) Boletín Estadístico Mensual Centro de Referencia Nacional sobre Violencia. Recuperado en Septiembre 2013 de www.medicinalegal.gov.co
- Martínez, C. (2007). Suicidiología. Definición de suicidio.[En línea]. Recuperado en Marzo de 2010 de <http://www.suicidologia.org.ar/?1.2.-definiciones-de-suicidio,46>.
- Martínez, C. (2007). *Introducción a la suicidiología*. Buenos Aires: Lugar Editorial
- Organización Mundial de la salud, (1976). Definición suicidio. [En línea]. Recuperado en abril de 2010 de: http://www.who.int/mediacentre/events/annual/world_suicide_prevention_day/es/index

- Organización Mundial de la Salud. (2000) Prevención del suicidio, un instrumento para médicos generales. Ginebra [En línea] recuperado en septiembre de 2013 de www.who.int/mental_health/media/general_physicians_spanish.pdf
- Organización Mundial de la Salud. (2004). El suicidio, un problema de salud pública enorme y sin embargo prevenible. [En línea]. Recuperado en abril de 2010 de: <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2004/pr61/es/>.
- Organización Mundial de la Salud. (2006). Prevención del suicidio: Recurso para consejeros. USA: Organización Mundial de la Salud.
- Organización Panamericana de la Salud, (1998). Manual de identificación y promoción de la resiliencia en niños y adolescentes. USA: Fundación Kellogg. p. 9-20
- Organización Panamericana de la Salud. (8 de Septiembre de 2013). Américas: 60.000 suicidios al año. *El Tiempo*, pág. 24
- Quintanar, F. (2007). *Comportamiento suicida. Perfil psicológico y posibilidades de tratamiento*. México: Pax. p. 124
- Vargas, G. (2007). El paciente psiquiátrico: un reto para todos. Medellín: Universidad de Antioquia; Universidad Pontificia Bolivariana. p. 44- 46
- Zubiria, M (2007). *Como prevenir la soledad, la depresión y el suicidio en niños y jóvenes*. Bogotá: Aguilar. p. 59-74

TERMINALIDADE, MORTE E LUTO EM FAMÍLIAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA

Beatriz Schmidt¹

Simone Dill Azeredo Bolze²

Jadete Rodrigues Gonçalves³

Letícia Macedo Gabarra⁴

Universidade Federal de Santa Catarina

A morte é considerada um tabu na sociedade brasileira. As pessoas costumam evitar conversar sobre essa temática, como se o simples fato de falar a respeito pudesse atraí-la. Assim, apesar de se tratar de um processo natural, que faz parte do que convencionalmente é nomeado como vida, observa-se por meio de atitudes cotidianas um desejo de negar, esquecer ou escamotear a morte (Guimarães & Carneiro, 2012). Há indicativos de que isso ocorre por temeridade frente ao que se constitui como incógnito e incerto, ou ainda por uma tentativa de denegar a finitude da vida.

Mesmo entre profissionais que convivem com a morte rotineiramente, tais como trabalhadores da área de saúde, constata-se desconforto na abordagem desse tema. Assim, aqueles que, no exercício de seu ofício, enfrentam situações recorrentes de terminalidade e óbito, podem ter despertados sentimentos de insegurança, culpa, frustração e medo (Santos & Bueno, 2011). De tal modo, em contextos hospitalares, por exemplo, o falecimento de um enfermo é doloroso tanto para os familiares⁵ que enfrentam a perda, quanto para a equipe interprofissional da instituição, em função da sensação de impotência desencadeada (Schmidt, Gabarra & Gonçalves, 2011).

1. Psicóloga. Mestre - Universidade Federal de Santa Catarina.

2. Psicóloga. Mestre - Universidade Federal de Santa Catarina.

3. Psicóloga. Professora Doutora - Universidade Federal de Santa Catarina.

4. Psicóloga. Doutora - Universidade Federal de Santa Catarina.

5. O conceito de *família* adotado no presente trabalho a concebe como um sistema aberto em constante transformação, que enfrenta uma série de tarefas desenvolvimentais, precisando, continuamente, de adaptação e de reestruturação (Minuchin, 1982). Cabe ainda esclarecer que se compreende por *família* uma pluralidade de composições, que incluem laços consanguíneos ou não, as relações não formalizadas por parentesco, sentimentos de pertença, vínculos afetivos, intimidade e proximidade entre os membros (Antoni, Barone & Koller, 2007; Cerveny & Berthoud, 2009; Dessen & Braz, 2005).

Manter contato direto com a dor daquele que sofre, por vezes, provoca sentimentos contraditórios, como simultaneamente agressividade e afeição, vinculando-se à percepção da própria finitude. Assim, a exposição intensa e recorrente à dor do outro acarreta reações de ansiedade e de estresse, conduzindo à busca por tentativas de se proteger desses sentimentos penosos, por meio de distintos mecanismos de defesa. Entretanto, tais mecanismos podem ser mal sucedidos, no que concerne à manutenção de um relacionamento que satisfaça tanto aos profissionais de saúde quanto aos clientes. Dessa maneira, não raro os membros da equipe se tornam impessoais ou arredios no convívio com o doente e com os familiares que o acompanham, afastando-se ou mesmo oferecendo pouca disponibilidade para escuta de queixas. De tal modo, pondera-se que o processo de terminalidade e morte no contexto hospitalar também impacta o trabalhador da saúde, o qual se sente impotente e frequentemente experiencia tristeza (Gonçalves, 2007).

No que se refere designadamente a psicólogos, atuar em situações de morte e luto pode ser difícil; destaca-se, nesse sentido, que além de terem que enfrentar seus temores e ansios pessoais, uma sensação de despreparo tende a emergir, posto que o processo de morrer ainda é contemplado de maneira incipiente nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão em Psicologia (Junqueira & Kovács, 2008). Não obstante, diferentes estudos têm contemplado os efeitos positivos proporcionados por intervenções psicológicas realizadas junto a enfermos e membros de suas famílias, em casos de terminalidade e óbito, sobressaindo-se, dentre eles: prevenção de sintomas psicopatológicos futuros, reaproximação familiar e resolução de questões relacionais pendentes (Bowlby, 1998; Imber-Black, 1998; Lisbôa & Crepaldi, 2003; Schmidt et al., 2011).

O processo psicoterápico em situações que envolvem morte deve priorizar, em linhas gerais, a expressão dos sentimentos, o favorecimento da comunicação e a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas (Kovács, 1992). Caracterizam-se como beneficiários dessas intervenções tanto o doente em iminência de falecimento, quanto os seus entes queridos, sendo que com relação a esses últimos, a literatura contempla indicativos de redução da probabilidade de manifestação de sintomas longitudinalmente, tais como ansiedade e depressão, desencadeados em função da perda ou do luto não elaborados (Bowlby, 1998; Brown, 2001).

Esses sintomas podem se manifestar, inclusive, em crianças e em adolescentes que vivenciaram a morte de um familiar, sendo que os resultados desenvolvimentais negativos parecem ocorrer em curto ou em longo prazo (Luecken & Roubinov, 2012). No que diz respeito

nomeadamente ao falecimento de um dos genitores ou cuidadores primários, o óbito e a ruptura ou a modificação do vínculo afetivo se constituem em fatores potenciais de risco ao órfão, pelo impacto emocional e, eventualmente, material/financeiro gerado (Anton & Favero, 2011). Ademais, ressalta-se a necessidade de adaptação à nova organização e dinâmica familiar, a qual pode ser prejudicada em função da fragilidade vivida pelos membros da família em face da morte (Anton & Favero, 2011; Schmidt et al., 2011).

Adicionalmente, salienta-se que as reações apresentadas em decorrência da perda de uma figura parental dependem do estágio do desenvolvimento cognitivo em que se encontra a figura filial, isto é, tais respostas variam de acordo com as características individuais dos filhos menores de idade (Walsh & McGoldrick, 1998). Em curto prazo, o falecimento de um dos pais na infância está associado à emergência de manifestações agressivas e sentimento de culpa; ainda, a criança pode regredir comportamentalmente (Louzette & Gatti, 2007). Já na adolescência, também em curto prazo, a morte parental tem sido relacionada a desequilíbrio significativo na rotina, favorecendo o aparecimento de sintomas de estresse e sensação de desamparo (Fernandes, Silveira, Miyazaki, Domingo, Luiz & Micheletto, 2008). Outrossim, conforme citado anteriormente, a perda parental para crianças ou adolescentes está associada a desfechos disruptivos também longitudinalmente; de tal modo, estudos têm mostrado, sobretudo, uma relação entre óbito do cuidador primário e depressão na idade adulta (Coffino, 2009; Tennant, 1988; Zavaschia et al., 2002).

Assim, sopesando que a morte de uma figura parental se constitui como experiência profundamente estressante na infância ou na adolescência, aumentando o risco de desenvolvimento de problemas de saúde de ordem mental ou física a qualquer tempo na trajetória de vida (Luecken & Roubinov, 2012), considera-se importante que crianças e adolescentes sejam incluídos nas intervenções psicológicas que envolvam processos de terminalidade e morte, posto que são capazes de entender e de participar do processo de luto familiar, sobretudo se tiverem o apoio do genitor sobrevivente (Bowlby, 1998; Walsh & McGoldrick, 1998), bem como de outros membros significativos de sua rede social de apoio⁶.

6. *Rede social de apoio*: sistema composto por diferentes objetos sociais (sujeitos), funções (o que fazem tais sujeitos) e situações (contexto), que proporcionam apoio emocional e instrumental à pessoa, no que se refere às suas diferentes necessidades, associando-se à melhor qualidade de vida dos beneficiados. Destacam-se, dentre figuras de referência da rede

Faz-se necessário pontuar que, em contextos de terminalidade, é imprescindível avaliar se os envolvidos no caso – incluindo crianças e adolescentes – vivenciam o luto antecipatório, ou seja, aquele que ocorre diante de uma perda iminente (Schmidt et al., 2011), com a finalidade de adiantar a intervenção psicológica às especificidades e às necessidades do doente e de seus familiares. O luto antecipatório faz parte do processo global de enlutamento, podendo apresentar sintomatologia semelhante ao luto normal, caracterizando-se por aturdimento, torpor, protesto e anseio (Flach, Lobo, Potter & Lima, 2012). Lindemann (1944) assinala que a primeira descrição desse fenômeno data da década de 1940, em função do pesar vivido por cônjuges separados pela guerra. O conceito de luto antecipatório, a partir da perspectiva interacional sistêmica, está atrelado a uma gama de respostas emocionais que são vivenciadas por pessoas frente a uma ameaça real de perda (Rolland, 1998).

O presente trabalho surge da necessidade de refletir sobre os atendimentos psicológicos realizados em contextos hospitalares, nos quais questões relacionadas à finitude da vida aparecem com frequência. O psicólogo que atua em hospitais costuma atender, além da pessoa doente, seus familiares (eventualmente incluindo crianças e adolescentes). Dessa forma, assinala-se que o reconhecimento da unidade família-paciente é imprescindível, levando em consideração que, nas situações de terminalidade, costumam aparecer problemas que não foram resolvidos em outros momentos da vida (Borges, Silva, Toniollo, Mazer & Santos, 2006; Kübler-Ross, 1998).

Por essas razões, Lisbôa e Crepaldi (2003) apresentam o *ritual de despedida*, processo definido como a despedida entre pacientes na iminência da morte e seus familiares, o qual previne o luto patológico após o óbito. Nesse ritual, o psicológico pode intervir no sentido de abrir espaços para o compartilhamento de sentimentos entre os membros da família, incluindo crianças e adolescentes no processo.

Segundo Bowlby (1998), a criança, desde bem pequena (a partir dos três anos de idade), é capaz de perceber a morte e se sentir enlutada. Quando ocorre a hospitalização de um dos pais, é provável que já

social, “os próprios membros familiares, outros parentes da família extensa (avós, tios, primos), amigos, companheiros, vizinhos e profissionais, que podem auxiliar de diversas maneiras: (a) fornecendo apoio material ou financeiro, (b) executando tarefas domésticas, (c) cuidando dos filhos, (d) orientando e prestando informações e (e) oferecendo suporte emocional” (Dessen & Braz, 2000, p.222).

comece a manifestar tristeza, em função da falta de convivência com o genitor doente. Embora não lhe digam o que se passa, o próprio ambiente evidencia a tensão familiar, fazendo com que a criança perceba que algo não-normativo está acontecendo. Entretanto, dificilmente nessa fase do desenvolvimento a criança é levada a um profissional da área de Psicologia, visto que, em geral, não acompanha a família na visita hospitalar, sobretudo em casos de enfermidades mais graves. Outro aspecto relevante nessa perspectiva é o fato de que, na prática clínica, poucas vezes a família percebe a tristeza ou a irritabilidade da criança relacionada à doença ou à perda iminente do familiar.

Em famílias biparentais, o pai ou mãe que está saudável pode apresentar dificuldades para observar ou, até mesmo, lidar com a ansiedade dos filhos pequenos ou adolescentes, em decorrência da sobrecarga de atividades – as quais outrora tenderiam a ser divididas entre os membros do casal – e ainda do estresse emocional desencadeado pelo adoecimento do cônjuge, o que em geral acarreta sentimento de desamparo e de vulnerabilidade frente ao futuro (Kübler-Ross, 1998). Dessa forma, o profissional que acompanha o caso pode avaliar, juntamente aos genitores, a possibilidade de realizar um atendimento à criança ou ao adolescente, seja ele individual ou familiar, com o intuito de abordar questões referentes à situação vivenciada pela família. A definição do local e das técnicas a serem utilizadas nesse atendimento deve considerar as peculiaridades da demanda apresentada, levando em conta as condições emocionais e cognitivas dos envolvidos no caso (Schmidt et al., 2011).

A intervenção psicológica junto a crianças e adolescentes, em terminalidade e morte de cuidadores primários, tem caráter preventivo, pois o óbito de uma figura parental nessas etapas do ciclo de vida pode suscitar a cristalização das tarefas desenvolvimentais da família, dificultando a independização da prole, ou mesmo transformando um dos filhos em substituto paterno/materno no processo de cuidado aos irmãos (Brown, 2001).

A parentalização, ou seja, fenômeno no qual um dos filhos assume responsabilidades que teoricamente seriam dos pais, está associada à perda de experiências próprias da infância ou da adolescência, pelo acúmulo de tarefas e desempenho precoce de determinados papéis e funções no sistema familiar (Dellazzana & Freitas, 2012). De acordo com Rotheram-Borus, Weiss, Alber e Lester (2005), em situações de doença grave ou morte parental, deve-se prestar atenção notadamente aos adolescentes, visto que por estarem em um estágio mais avançado do desenvolvimento e possuírem maiores recursos emocionais do que as crianças, tendem a assumir a

manutenção da rotina doméstica, incluindo o cuidado aos irmãos. Cabe colocar que, para os adultos, o filho parentalizado pode parecer responsável e maduro; não obstante, é possível que dificuldades venham a emergir longitudinalmente, em função da perda do *status* de criança ou de adolescente muito cedo (Dellazzana & Freitas, 2012).

Diante disso, em casos de possibilidade real de morte de um dos pais, visando à redução do risco de disfunção familiar após a perda, é premente que o psicólogo inclua os filhos em suas intervenções, ao avaliar que há condições emocionais e cognitivas para o processo de despedida (Schmidt et al., 2011). Nesse sentido, a visitação dos familiares crianças e adolescentes no contexto hospitalar, principalmente na Unidade de Terapia Intensiva Adulto, passa pela avaliação e pelo acompanhamento do profissional da Psicologia (Borges, Genaro & Monteiro, 2010). A visitação das crianças e dos adolescentes é considerada uma forma de inclusão desses familiares na realidade da família, possibilitando-os ter uma postura ativa frente ao adoecimento de seu ente querido. As visitas ao familiar geram alívio e a possibilidade de compartilhar os sentimentos de tristeza e de pesar, bem como os medos oriundos da perda de alguém próximo (Knutsson, Samuelsson, Hellstro & Bergbom, 2008; Borges et al., 2010).

Ressalta-se, entretanto, a necessidade de planejamento adequado por parte do profissional na realização desses procedimentos. Isso porque o ambiente do hospital pode parecer assustador para quem o visita pela primeira vez. É importante considerar que as luzes, os ruídos, os odores e os equipamentos característicos desse tipo de instituição não fazem parte do cotidiano dessas famílias. Por essas razões, na abordagem inicial, indica-se que o psicólogo escolha um local apropriado dentro do hospital para receber a criança ou o adolescente, bem como o progenitor saudável. Não há protocolo preestabelecido para esse procedimento; contudo, sugere-se a preparação psicológica do filho para o cenário que enfrentará ao encontrar o genitor enfermo (por exemplo, no caso de a figura parental estar utilizando sonda ou ventilador mecânico, bem como a existência de monitores e de alarmes no ambiente). Para crianças, atividades lúdicas através de brinquedos, sucata hospitalar, cartilhas, desenhos, caracterizam-se como recursos importantes nesse tipo de abordagem, posto que favorecem o processo de comunicação e de expressão de fantasias, medos e desejos. Permite-se que a criança possa dialogar com a família e com a pessoa enferma por meio desses materiais.

Assim, durante tal intervenção é fundamental que o psicólogo oportunize o diálogo e o compartilhamento de sentimentos entre o progenitor saudável e a criança ou o adolescente. Portanto, além de

explicações e esclarecimentos sobre o ambiente hospitalar, esse atendimento psicológico pode servir para que o psicólogo realize intervenções no sentido de promover a expressão não só dos anseios e das angústias, mas também dos aspectos positivos da relação, como fortalecer o vínculo parental-filial, que atua como fator de proteção ao desenvolvimento (Schmidt et al., 2011; Walsh & McGolrick, 1998).

A participação intensa da família nos cuidados ao enfermo em casos de adoecimento grave atenua a culpa, facilitando o luto após a morte (Aquino & Zago, 2007; Kóvacs, 2006). Dessa maneira, em situações de iminência de óbito, parece um bom caminho ao psicólogo que atua no contexto hospitalar, a realização de intervenções no sentido de promover fluidez na comunicação, propondo a participação de todos os membros da família nos rituais de despedida. Portanto, em linhas gerais, entende-se que os objetivos do acompanhamento psicológico nas situações de terminalidade abarcam: (a) oferecer suporte emocional na comunicação de diagnóstico e de prognóstico ao doente e à família; (b) favorecer e autorizar expressão de sentimentos e a busca da resolução de conflitos ainda pendentes; (c) estimular a comunicação intrafamiliar e o resgate do não dito, bem como dos pedidos de desculpa e agradecimentos; (d) reconhecer e encorajar a utilização de crenças e rituais familiares para o enfrentamento da situação; (e) orientar e acompanhar a despedida, sobretudo junto aos filhos ainda crianças e adolescentes; (f) iniciar o processo de reflexão sobre o projeto de vida da família após o óbito (Schmidt et al., 2011).

O adoecimento e a perda de um membro que desempenha função parental na família afeta a todos os componentes deste sistema, impactando especialmente o ajustamento de crianças e de adolescentes. Em função do estresse gerado por essa vivência, as estratégias de enfrentamento, tanto dos pais quanto dos filhos, podem vir a ser comprometidas. Fatores como estrutura familiar, coesão, práticas parentais e suporte social influenciam significativamente as respostas apresentadas pelos membros da família frente a essas situações (Rotheram-Borus et al., 2005).

Assim sendo, intervenções psicológicas em casos de terminalidade e morte devem privilegiar estratégias de fortalecimento de vínculos saudáveis e de aspectos resilientes da família, favorecendo a promoção da qualidade de vida aos familiares e de qualidade de morte ao enfermo. O ritual de despedida pode oportunizar a proximidade da família e, ao mesmo tempo, preparar para a separação. É salutar que crianças e adolescentes sejam também envolvidos nesse processo; entende-se que com o auxílio do genitor sobrevivente ou de membros da rede social de apoio, eles são capazes de compreender e de participar do luto familiar (Kübler-Ross, 1998; Schmidt

et al., 2011; Wash, 2005; Walsh & McGoldrick, 1998). Nesse sentido, há indicativos de que a forma mais adequada de enfrentar o óbito ou o seu prenúncio é abordando-o efetivamente, abrindo canais comunicacionais que permitam às pessoas expressar o que pensam ou como se sentem a respeito, tornando a morte algo vivo e que requer escuta cautelosa (Flach et al., 2012).

A vivência do luto antecipatório favorece a ocorrência desse processo, todavia, vale destacar que não substitui o luto após a morte, apesar de tender a torná-lo menos penoso ou complicado. O luto é um processo considerado de profunda transição existencial e sua elaboração costuma levar algum tempo (Kovács, 2008). Assim, após a ocorrência do óbito, é natural que a família necessite de um período para se reorganizar e se readaptar à vida sem a presença da pessoa que faleceu. Atingir um equilíbrio nesse processo é a tarefa mais difícil que o sistema familiar deve enfrentar em seu ciclo vital (Walsh & McGolrick, 1998), a qual costuma depender do vínculo com o falecido, do tipo de morte, da vulnerabilidade pessoal de cada familiar envolvido e de aspectos culturais (Parkes, 1998).

Assim, ao se avaliar um grau de comprometimento importante na vivência de luto de determinada família, o psicólogo que atua no hospital deverá preocupar-se em realizar um encaminhamento efetivo a um profissional de saúde, o qual deve apresentar a competência técnica adequada para essa prática na comunidade em que a família resida, com a finalidade de realizar a continuidade do acompanhamento psicológico no processo de elaboração do luto. Ações nesse sentido podem prevenir desfechos negativos, sobretudo em relação ao desenvolvimento e à saúde de crianças e adolescentes. Autores como Fernandes et al. (2008), Louzette e Gatti (2007) e Rosenheim e Reicher (1986), corroboram nessa perspectiva ao considerar o risco, na população infanto-juvenil, de aparecimento de manifestações agressivas e sentimentos de culpa mal elaborados, bem como sintomas de depressão, ansiedade, isolamento social e dificuldades de concentração.

Referências

- Anton, M. C., & Favero, E. (2011). Morte repentina de genitores e luto infantil: uma revisão da literatura em periódicos científicos brasileiros. *Interação em Psicologia, 15*(1), 101-110.
- Antoni, C., Barone, L. R., & Koller, S. H. (2007). Indicadores de risco e proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23*(2), 125-132.

- Aquino, V. V., & Zago, M. M. F. (2007). O significado das crenças religiosas para um grupo de pacientes oncológicos em reabilitação. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(1), 1-6.
- Borges, A. D. V. S., Silva, E. F., Toniollo, P. B., Mazer, S. M., Valle, E. R. M., & Santos, M. A. (2006). Percepção da morte pelo paciente oncológico ao longo do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 361-369.
- Borges, K. M. K., Genaro, L. T., & Monteiro, M. C. (2010). A visita de crianças em unidade de terapia intensiva. *Revista Brasileira Terapia Intensiva*, 22(3), 300-304.
- Bowlby, J. (1998). *Perda: tristeza e depressão*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brown, F. H. (2001). O impacto da morte e da doença grave sobre o ciclo de vida familiar. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar* (pp. 393-414). Porto Alegre: Artmed.
- Cerveny, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (2009). Ciclo vital da família brasileira. In L. C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (pp. 25-37). Porto Alegre: Artmed.
- Coffino, B. (2009). The role of childhood parent figure loss in the etiology of adult depression: findings from a prospective longitudinal study. *Attachment & Human Development*, 11(5), 445-470.
- Dellazzana, L. L. & Freitas, L. B. L. (2012). Cuidado entre irmãos: a parentalidade além da mãe e do pai. In C. A. Piccinini & P. Alvarenga (Orgs.), *Maternidade e paternidade: a parentalidade em diferentes contextos* (pp. 319-340). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 221-231.
- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2005). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In M. A. Dessen, & A. L. Costa Junior (Ed.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 113-131). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Fernandes, L. F. B., Silveira, L. R., Miyazaki, M. C., Domingos, N. A. M., Luiz, A. M. A. G., & Micheletto, M. R. D. (2008). Eventos aversivos e depressão na adolescência: relato de caso. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 4(1), 01-11.
- Flach, K., Lobo, B. O. M., Potter, J. R., & Lima, N. S. (2012). O luto antecipatório na unidade de terapia intensiva pediátrica: relato de experiência. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 15(1), 83-100.
- Gonçalves, J. R. (2007). *O profissional de saúde em enfermagem de crianças gravemente enfermas e as implicações do cotidiano do trabalho na saúde*. Tese de doutorado não publicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Guimarães, I., & Carneiro, M. H. S. (2012). Envelhecimento e finitude – qual a representação da morte? *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 17(1), 7-18.
- Imber-Black, E. (1998). Os rituais e o processo de elaboração. In F. Walsh & M. McGoldrick (Orgs.), *Morte na família: sobrevivendo às perdas* (pp. 229-245). Porto Alegre: Artmed.
- Junqueira, M. H. R., & Kovács, M. J. (2008). Alunos de psicologia e a educação para a morte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(3), 506-519.
- Knutsson, S., Samuelsson, L. P., Hellstro, M. A. L., & Bergbom, I. (2008). Children's experiences of visiting a seriously ill/injured relative on an adult intensive care unit. *Journal of Advanced Nursing*, 61(2), 154-162.
- Kovács, M. J. (1992). *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kovács, M. J. (2006). Comunicação em cuidados paliativos. In C. A. M. Pimenta, D. D. C. F. Mota, & D. A. L. M. Cruz (Orgs.), *Dor e cuidados paliativos: enfermagem, medicina e psicologia* (pp. 86-102). Barueri: Manole.

- Kovács, M. J. (2008). *Educação para a morte: temas e reflexões*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kübler-Ross, E. (1998). *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lindemann, E. (1944). The symptomatology and management of acute grief. *American Journal of Psychiatry*, 101, 141-148.
- Lisbôa, M. L., & Crepaldi, M. A. (2003). Ritual de despedida em familiares de pacientes com prognóstico reservado. *Paidéia*, 13(25), 97-109.
- Louzette, F. L., & Gatti, A. L. (2007). Luto na infância e as suas consequências no desenvolvimento psicológico. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica da Universidade São Judas Tadeu*, 1(1), 77-79.
- Luecken, L. J., & Roubinov, D. S. (2012). Pathways to lifespan health following childhood parental death. *Social and Personality Psychology Compass*, 6(3), 243-257.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Parkes, C. (1998). *Luto: estudos sobre a perda na vida adulta*. São Paulo: Summus.
- Rolland, J. S. (1998). Ajudando famílias com perdas antecipadas. In F. Walsh & M. McGoldrick (Orgs.), *Morte na família: sobrevivendo às perdas* (pp. 166-86). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rosenheim, E., & Reicher, R. (1986). Children in anticipatory grief: the lonely predicament. *Journal of Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 15(2), 115-119.
- Rotheram-Borus, M. J., Weiss, R., Alber, S., & Lester, P. (2005). Adolescent adjustment before and after hiv-related parental death. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(2), 221-228.
- Santos, J. L., & Bueno, S. M. V. (2011). Educação para a morte a docentes e discentes de enfermagem: revisão documental da literatura científica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(1), 272-276.
- Schmidt, B., Gabarra, L. M., & Gonçalves, J. R. (2011). Intervenção psicológica em terminalidade e morte: relato de experiência. *Paidéia*, 21(50), 423-430.
- Tennant, C. (1988). Parental loss in childhood: effect in adult life. *Archives of General Psychiatry*, 45(11), 1045-1050.
- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca.
- Walsh, F., & McGoldrick, M. (1998). A perda e a família: uma perspectiva sistêmica. In F. Walsh & M. McGoldrick (Orgs.), *Morte na família: sobrevivendo às perdas* (pp. 27-55). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Zavaschia, M. L. S., Satler, F., Poester, D., Vargas, C. F., Piazenski, R., Rohde, L. A. P., & Eizirik, C. L. (2002). Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 24(2), 189-195.

¿CUÁNTO INFLUYE LA EVALUACIÓN DE MI PERSONALIDAD Y LA DE MIS RELACIONES CERCANAS EN LA PERCEPCIÓN DE FUNCIONAMIENTO?

Luz María Cruz-Martínez

Sofía Rivera-Aragón

Rolando Díaz-Loving

Facultad de Psicología

Universidad Nacional Autónoma de México

La cultura es “un sistema organizado de significados, que incluye actitudes, valores y conductas, que es compartido por un grupo de personas y que se transmiten de una generación a otra” (Kimble, Hirt, Díaz-Loving, Hosch, Lucker & Zárate, 2002, p. 510), de manera que refuerzan los patrones socialmente aceptados por un grupo, Triandis (1994) considera que dichos esquemas son interiorizados por los individuos y convirtiéndose en algo natural de su comportamiento, a través de procesos de aprendizaje a vinculados a la socialización, endoculturación y aculturación (Kottack, 2006).

En México, desde principios del siglo XX (Béjar Navarro, 2007) se ha revisado como la cultura establece patrones de personalidad diferenciados a partir de la influencia de la socio cultura, las creencias, normas, valores y comportamientos valoradas por el grupo (Díaz Guerrero, 1994a, 1994b, 2003; Gudykunst & Ting-Toomey, 1988; Kottack, 2006; Triandis, 1972, 1994).

Influencia de la Cultura en la Formación de la Personalidad

La influencia de la cultura en el desarrollo de la personalidad sucede a partir de que el contexto en el cual se desenvuelve la persona interactúa constantemente reforzando o modificando su conducta; a través de los códigos aceptados y las creencias del grupo (Triandis & Suh, 2002). Para Béjar Navarro y Capello (2007) la sociedad y la cultura son un sistema, compuesto por subsistemas culturales, organizacionales, políticos, económicos, individuales (personales) y ecológicos (físico-ambiental y geográficos) en interacción intra y extra sistémica. Heine y Buchtel (2009) consideran que la cultura y la personalidad son un proceso que se construye paralelamente, pues la primera transmite la información a los individuos a través de los subsistemas sociales que la componen y las personas los

asimilan y convierten en su repertorio conductual a través de la interacción constante. Se podría concluir entonces que la personalidad ha surgido a través de la interpretación y asimilación que las personas hacen de la información circundante en su grupo social y ambiente, y la forma en la cual responden a la interacción con dicha realidad.

Hosftede (1980) consideraba que la personalidad aunque dependiente de la cultura podía interpretarse de forma general en todos los grupos socio culturales a partir del conocimiento de cuatro factores universales; la *disparidad de poder*, entendida como el grado hasta el cual las masas aceptan que el poder se distribuya desigualmente; además de la *aceptación de la Incertidumbre*, que es el grado de amenaza de situaciones ambiguas, y la formación de instituciones y creencias para evitarlo; el *Individualismo-Colectivismo*, relacionado con el concepto de sí mismo como “Yo” o como “nosotros” y la importancia social que tendrá cada uno de estos; finalmente el factor de *Masculinidad-Feminidad*, relacionado con la inclinación hacia valores típicos de hombre como éxito, dinero, posesiones y los valores femeninos de amor a los demás.

Personalidad del Mexicano

Octavio Paz (1959) publicó el *Laberinto de la Soledad*, libro en el cual reseñaba un análisis y crítica a la realidad interpersonal del mexicano, su personalidad, comportamiento y relaciones. Sin embargo, no fue el primero en tratar de condensar las cualidades del mexicano en un patrón específico; desde inicios del siglo XX múltiples y variados autores han propuesto su visión de la mexicanidad, aunque centrada más en el estereotipo que en una descripción de los rasgos de personalidad.

La investigación científica ha revisado el comportamiento de los mexicanos desde la sociología y antropología (Bartra, 2008, Béjar Navarro, 2007) relacionándolo con la historia y el mestizaje, al tratar de explicar que la naturaleza y carácter de los mexicanos desde de las ciencias sociales y la filosofía de la cultura (Frost, 2009). La psicología presentó investigaciones relacionadas con el grupo socio cultural y las investigaciones transculturales (Díaz Guerrero, 2003, Díaz Loving et al., 2008) las cuales buscaban representar los elementos particulares de los aspectos universales de la cultura.

En psicología, Díaz Guerrero (1979, 1994b, 2003), identificó ocho tipos de personalidad de los mexicanos además de las mezclas de los mismos; los cuales se hallan a su vez relacionados con las premisas y creencias culturales. Esta investigación se realizó a partir de los estudios

transculturales y comparativos del comportamiento de mexicanos y estadounidenses; así, el autor definió una tipología de cuatro tipos de personalidad del mexicano, más comunes y representativos de la cultura.

El tipo *Pasivo, Obediente y Afiliativo* (POA) se define como el tipo más común de la cultura mexicana, son personas que tienden al conformismo, principalmente por la poca combatividad que los caracteriza y su tendencia a la complacencia. En general, no les molesta que se les restrinja su libertad; lo cual les dificulta tomar una decisión de forma independiente.

Los *Rebeldes Activamente Auto Afirmativo* (RAAA) independientes, suelen discutir las órdenes y son dominantes. Se enojan y buscan salirse con la suya. Tienen cualidades negativas como ser vengativos, peleoneros, irritables y llevan la contraria; a la vez de otras positivas como su gusto por ser líderes, su independencia, autonomía. Se considera que su naturaleza desorganizada, rebelde y variabilidad ofuscan y truncan sus esfuerzos.

El tipo *Control Interno Activo* (CIA) posee mayor libertad de elegir adoptar lo mejor de la cultura; incluye en sí mismo las características notables del mexicano. Son personas capaces, afectuosas, ordenadas, obedientes, educadas, brillantes, corteses, responsables, evitan las exageraciones y los negativismos, responsables, cumplidos, organizados en sus actividades, pensamientos, cosas personales y apariencia.

El tipo *Control Externo Pasivo* (CEP), es opuesto al anterior y condensa los peores aspectos de la cultura. Son descontrolados, agresivos, impulsivos y pesimistas; especialmente rebeldes y desobedientes; más irritables y con propensión al enojo. Ingovernables y con falta de interés en su físico; sus conductas, pensamientos, afectos y decisiones se ven alteradas por los eventos a su alrededor.

Medición de los Tipos de Personalidad del Mexicano

Díaz Guerrero (1994a, 1994b) respaldó su hipótesis de los tipos de personalidad en entrevistas realizadas a los padres de niños y adolescentes, en las cuales preguntaba respecto a la impresión, conductas y carácter de sus hijos. A partir de las cualidades determinó la tipología de personalidad y los rasgos de cada tipo; los cuales eran más o menos apropiados en los individuos debido a su rango edad (Díaz Guerrero, 1994a). Sin embargo, sus investigaciones se enfocaron más hacia los aspectos de las creencias y premisas que regían la conducta, más que en los rasgos distintivos del carácter y no profundizó en los tipos.

Cruz Martínez (2004) retomó estas investigaciones, pero centrándose en la personalidad de los jóvenes y los adultos, más que en los niños y por ser una muestra no considerada en el estudio original; lo cual permitía suponer el probable hallazgo de diferencias en las configuraciones de la personalidad, también por ser una edad en la cual los individuos ha establecido una personalidad propia y diferenciada del grupo de referencia (Díaz Guerrero, 1994a); elaboró el Inventario de los Tipos de Personalidad del Mexicano (IPTM), que retomaba las características descritas por Díaz Guerrero (Cruz Martínez, 2004) identificando de forma general los estudios originales. Pero una revisión a profundidad posterior demostró únicamente la presencia los tipos POA, CIA y CEP (Cruz, Martínez & Sánchez Aragón, 2007; Sánchez Aragón & Cruz Martínez, 2008). Los tipos eran congruentes con la teoría y las características descritas por Díaz Guerrero (1994a), pero con diferencias en la incidencia de cada uno de los tipos, características de conducta y carácter, quizás debido la edad de los participantes, aunado al momento histórico existente. Aunque Díaz Guerrero (1994b) originalmente postuló mayor presencia del tipo POA y que disminuía conforme aumentaba la edad hasta la adolescencia, Sánchez Aragón y Cruz Martínez (2008) encontraron que el tipo CIA era el más común en jóvenes y adultos; además el RAA desaparecía quizás porque a esa edad, el rebelarse sin sentido ante la autoridad no aplicaba debido a la independencia que por su etapa de vida que tenían las personas. Considerando que los participantes entre ambas investigaciones no eran equivalentes a investigaciones anteriores, las autoras consideraron que si el POA era más común en la infancia, mientras que el RAA a la adolescencia (Díaz Guerrero, 1994b); la investigación con jóvenes y adultos, pudo haber mostrado que los sujetos evolucionaron, eligieron entre seguir obedeciendo a la cultura (POA), o rebelarse (RAAA) y al llegar a la madurez eligieron entre que su rebeldía desapareciera (volver a ser POA), seguir lo positivo de la cultura manteniendo su independencia (CIA) o seguir lo negativo de la cultura (CEP). Aunque al no era posible comparar directamente ambas investigaciones por la disparidad de participantes y los 30 años de diferencia entre los estudios.

En una investigación más reciente Cruz Martínez, Rivera y Díaz Loving (2013) identificó en la *Escala de Tipos de Mexicano (ESTIME), Evaluación del Rasgo*, una serie de 52 características de personalidad típicas del mexicano, en su auto evaluación y de cada una de las relaciones cercanas, descritas como más importantes y trascendentales para los individuos (Ferh, 1996). Se obtuvo información de la percepción del padre, la madre, la pareja y el mejor amigo, cada una se divide en dimensiones

globales relacionadas con los tipos de mexicano que son el *Control Interno Activo (CIA)*, definido como las cualidades de personalidad de los individuos que se apegan a rasgos positivos para la cultura, que les permiten desenvolverse de forma independiente en ella y que además los hace retomar los aspectos de su independencia y autonomía en los grupos; seguido del *Control Externo Pasivo (CEP)*, que es la tendencia de personalidad en los individuos hacia la auto satisfacción y búsqueda de los objetivos propios, sin considerar las necesidades de los demás, a costa de ellos. Es una tendencia a ser desconsiderado y a utilizar a los demás y únicamente en el caso de las subescalas Yo soy y Mi Mejor Amigo se agrega el factor *Tradicional (T)*, la tendencia del individuo de dejarse influenciar por el grupo, y seguir la tendencia o conducta que dictan personas que son afectivamente importantes.

Influencia de la Personalidad en las Relaciones Cercanas

La importancia de la influencia de la cultura en la personalidad se relaciona también con como esta tiene un impacto directo en las interacciones que tienen los individuos entre ellos. tanto en la formación como en la convivencia. Estudios acerca de la formación de la personalidad y la influencia del grupo indican que el rol que tiene la familia como fuente de transmisión de los roles y patrones de pensamiento y conducta de los miembros de un grupo (Mestre, Tur, Samper, Náchter & Cortés, 2007) aunado a cómo estos se vinculan a patrones estereotipados de la conducta (Zhang & Hunt, 2008). Esto indica que quizás la disparidad de los estudios de personalidad con las concepciones del carácter del mexicano puede deberse más a aspectos del estereotipo y el rebote del mismo.

La familia es considerada como la unidad de la sociedad, y el origen del hombre como un ser social; por ello la importancia de ésta en la vida de los individuos como determinante en su desarrollo futuro a partir de las relaciones primarias que se establezcan con los padres será marcado el desarrollo del individuo adulto como ser social (Kimble, Hirt, Díaz-Loving, Hosch, Lucker & Zárate, 2002); guiados por una serie de normas y costumbres que también rigen al grupo social; pues una de las funciones de la familia es la transmisión de todo el bagaje cultural del grupo social al que pertenece (Sandoval, 1984), lo cual hace a través de valores, reglas y creencias le dan, formando así la identidad familiar acerca de los roles e interrelaciones que deben de establecer los miembros (Gimeno Collado, 1999); muchas veces sobre la base de los mitos que le dan sostén y forma a la familia cuando la realidad le parece amenazante. Es entonces importante

considerar cómo estos aspectos impactan en los diferentes vínculos interpersonales fundamentales para el desarrollo social de un individuo, en especial los padres, la pareja y el mejor amigo; pues son considerado como los más importantes y trascendentes en la vida de alguien (Berscheid, Snyder y Omoto, 1989 en Fehr, 1996). Y cómo estas variables se relacionan con la evaluación de funcionamiento de estos tipos de relaciones.

Influencia de la Socio Cultura en la Evaluación de las Relaciones Cercanas

A partir de lo anterior, se consideró que la investigación no debería de enfocarse solamente en la evaluación de la personalidad sino también en cómo afecta el comportamiento y evaluación de las relaciones cercanas; pues depende de las creencias y reglas que comparten los miembros de una cultura (Béjar Navarro, 2007; Díaz Guerrero, 1994, 2003). Además, las relaciones cercanas serán percibidas como más funcionales cuantos más elementos socio culturales compartan y los roles que favorezcan el establecimiento de intimidad, cercanía, comunicación y sean patrones socialmente aceptables (García Méndez, 2007), como el apego a los esquemas tradicionales de instrumentalidad o expresividad correspondientes a los roles sociales (Díaz Loving, Rocha Sánchez & Rivera Aragón, 2007).

En este sentido es importante considerar que en México estos rasgos de género han sido analizados como tres dimensiones la *Instrumentalidad Negativa*, como conjunto de características que se enfoca en un comportamiento centrado en el logro de metas personales aún a costa de otras persona; que busca imponer su opinión o preferencias sobre quienes lo rodean, la *Instrumentalidad Positiva*, las cualidades del comportamiento enfocadas en el logro de metas personales y comunes a través de la colaboración con la personas a su alrededor y finalmente la *Expresividad*, los atributos afectivos emocionales que pueden favorecer o entorpecer las relaciones interpersonales a través de la comunicación e interacción con los demás.

A partir de ello, se propuso que considerando la influencia de la cultura a través de los tipos personalidad del mexicano como cualidades caracterológicas y conductuales de los individuos construidas a partir de la interacción con el ecosistema socio cultural y las variables antropológicas, sociales, estructurales y económicas; conformados en patrones de conducta y pensamiento típicos y representativos del grupo (Balderas, 2000; Díaz Guerrero, 1994b) se esperarí que tuviera impacto en la evaluación positiva o negativa de los patrones de relación entre los integrantes de un grupo de

relaciones , a través de los roles establecidos y con la influencia de los ambientes sociales en los que se desenvuelven (García Méndez, 2007). Por ello se considero que se debía asumir que la pareja y el mejor amigo, en el imaginario de los mexicanos como una cultura colectivista se consideran parte de la familia por ello se retomaron las investigaciones de García-Méndez, Rivera, Aragón, Reyes Lagunes y Díaz Loving (2006) acerca del Funcionamiento Familiar entendido como el conjunto de patrones de relación que se dan entre los integrantes de la familia a lo largo de su ciclo de vida, patrones que desempeñan a través de los roles establecidos y con la influencia de los ambientes sociales en los que se desenvuelven. Analizándolo en dos dimensiones, el *Conflicto* y *Negociación* que se refiere a las normas y lineamientos que permiten a los miembros interactuar y encontrar formas de solucionar los conflictos y tensiones que surgen en la interacción. Y, la segunda dimensión se denomina *Estructura Familiar*, definida como la forma de organización y conformación del grupo como una unidad social en la cual sucede comunicación y una interacción profunda.

Análisis de la Influencia de la Personalidad en la Evaluación de las Relaciones Cercanas

Cruz Martínez, Rivera y Díaz Loving (2013) en una investigación más reciente que tenía por objetivo evaluar la influencia de la personalidad, buscó la participación voluntaria de 664 mexicanos de nacimiento (326 hombres y 338 mujeres), entre 18 y 71 años ($M= 30.63$, $D.E.= 12.32$), que tenían en una relación de pareja y una relación amistosa por al menos un año, y hubieran crecido con sus padres. En la investigación la autora, evitó que tuvieran influencia de aculturación por haber vivido en otros países; todos ellos fueron contactados en lugares públicos del Distrito Federal y Área Metropolitana, solicitando su colaboración voluntaria y anónima para responder un cuestionario.

Con la información recolectada realizó un análisis de regresión con el modelo paso por paso las variables. Así, en el caso de los hombres las variables vinculadas con la percepción de *Conflicto* y *Negociación* se vincularon con la percepción de los aspectos negativos de la personalidad propia, de la madre, además de una tendencia tradicional en el mejor amigo; además de lo positivo de la personalidad de mi amigo y mi madre, y la personalidad negativa de mi madre (ver tabla 1).

Tabla 1.Regresión para hombres, método paso a paso, variable dependiente Conflicto y Negociación

	B	R ²	Sig.
Yo Soy, CEP	.225	.319	.000
Mi Madre, CEP	.230	.361	.000
Mejor Amigo, T	.175	.381	.003
Mi Madre, CIA	-.254	.406	.001
Mejor Amigo, CEP	.172	.420	.010

*p<.05, **p.01, ***p<.001

El modelo de los hombres indica que ellos consideran que el conflicto en sus relaciones cercanas depende de su propia percepción negativa y de la de su madre, así como el grado de apego a la cultura que tenga su amigo. La importancia de la madre en la evaluación que hacen los hombres se vincula a la propuesta de Ramírez (2004) acerca de que la visión materna matiza la percepción del conflicto, debido a que la madre y el hijo son un esquema indivisible en la cultura tradicional debido a ser la relación en la cual la madre enfoca su afecto y atenciones, estableciendo un cierto grado de dependencia. Así, las opiniones negativas de la madre tendrán un impacto directo en la valoración del resto de las relaciones cercanas debido a la jerarquía en los afectos y comunicación que se tiene con la madre (Díaz Guerrero, 1979, Ramírez, 2004).

En el caso de las mujeres las variables relacionadas son los rasgos negativos de mi madre y mi pareja y la evaluación de los rasgos positivos de mi persona (ver Tabla 2). Así, el conflicto se relaciona más con la percepción negativa de la madre y la pareja y la percepción de pocos aspectos positivos en ellas mismas; también se entiende que las mujeres tienen una relación estrecha con la familia de origen representada en la madre, pero la pareja se convierte en la familia de la mujer (Ramírez, 2004). La pareja tiene un rol más importante en las mujeres que el mejor amigo a comparación de los hombres. Esto puede vincularse a los patrones sociales en los cuales los hombres consideran al amigo, al “compadre”, como un miembro estable y fijo en la familia al cual pueden acudir ante un problema con confianza; mientras que la sociedad plantea que las mujeres al formar una familia deben de considera que esta es la fuente de apoyo y confianza (Díaz Guerrero, 1979, 2004b, 2003; Ramírez, 2004). Esto implica también que al momento de buscar apoyo, cada uno de los sexos identifique a personas diferentes y mientras las mujeres buscarán a su pareja estos buscaran a su amigo, dificultando los procesos de comunicación. Es importante revisar en futuras investigaciones, si en el caso de los hombres la amistad de personas del mismo sexo o diferente puede cambiar esta

tendencia, además de considerar si estas diferencias pueden afectar a otros de los procesos de interacción de las parejas y familias (ver Tabla 2).

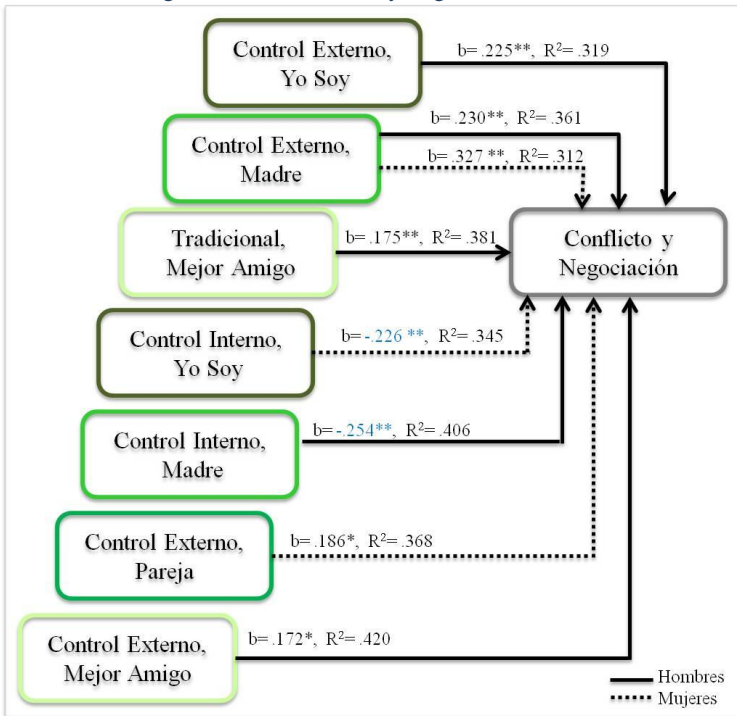
Tabla 2. Regresión para mujeres, método paso a paso, variable dependiente Conflicto y Negociación.

	B	R ²	Sig.
Mi Madre, CEP	.327	.312	.000
Yo Soy, CIA	-.226	.345	.000
Mi Pareja, CEP	.186	.368	.002

*p<.05, **p.01, ***p<.001

En la Figura 1 se aprecia como para los hombres y las mujeres la evaluación de tensión y problemas en las relaciones se vincula a la importancia del núcleo social representado por la madre, el mejor amigo y la pareja.

Figura 1. Modelo Regresión en el Conflicto y Negociación del Funcionamiento



Los tipos de mexicano y los rasgos de instrumentalidad y feminidad predicen la evaluación del funcionamiento de las relaciones cercanas acorde a Mestre, Samper & Frías (2004) acerca de la importancia de la familia de origen en la construcción de las relaciones cercanas a partir de lo aprendido en la familia; pues tanto para el manejo del conflicto como el mantenimiento de las relaciones la personalidad de los padres tiene gran impacto en la percepción de la relación. La cultura influye en la evaluación del Funcionamiento de las Relaciones cercanas, la predicción de la varianza las variables incluidas son un modelo interesante. En el caso de la variable de Conflicto y Negociación es común únicamente la percepción de Control Externo en mi madre para los hombres y las mujeres; siendo así que nuevamente la personalidad materna tiene gran influencia en los individuos (Díaz Guerrero, 1994b, 2003). Pero en el caso de los hombres el modelo se completa con la evaluación de mi personalidad negativa, lo positivo de mi madre y lo tradicional y negativo de mi mejor amigo. Mientras que en el caso de las mujeres solamente se adiciona lo Positivo de mí mismo y lo negativo de mi pareja. Esto puede deberse a que los hombres dependen más de la opinión del amigo o el compadre para analizar la forma en la cual interactúan, además de su figura materna; mientras que las mujeres tienden a necesitar más el apoyo de la pareja.

Es importante analizar que en los aspectos vinculados al conflicto la asociación con los rasgos vinculados al género (instrumentalidad y expresividad) no tienen influencia en la evaluación de las relaciones. Debe de considerarse entonces que si bien el género es una variable que se ha comprobado como importante en los patrones de comportamiento no son patrones diferenciados por sexo tanto como aspectos relacionados al carácter de los individuos involucrado en la relación los que promueven la percepción de conflicto (Díaz Loving, Rocha Sánchez & Rivera Aragón, 2007).

En el caso de la predicción de la Estructura Familiar, para los hombres las variables que más predicen esta variable son el tipo de personalidad positiva de mi pareja, mi madre, de forma negativo a los aspectos negativos de mi propia personalidad, los mi madre y las cualidades asociadas a la Instrumentalidad negativa. Aunque la cantidad de varianza predicha es bastante significativa. Así los hombres en la actualidad dependen de la pareja y la madre para sentirse seguros dentro de sus relaciones cercanas repitiéndose un poco las tendencias que se observaban en el caso de la variable anterior. Pero en este caso el que ellos manifiesten conductas positivas y que promuevan la relación (Hosftede, 1980, Díaz

Loving, Rocha Sánchez & Rivera Aragón, 2007) contribuye también a la percepción de estabilidad. Esto indica que para los hombres es de suma importancia el mantener el status quo dentro de su vida familiar y personal, pues contribuyen a proveer seguridad y estabilidad de manera general en su vida personal (García Méndez, 2007). Es notorio que para los hombres el presentar las conductas que refuerzan la masculinidad tradicional en la Instrumentalidad Positiva (Díaz Loving, Rocha Sánchez & Rivera Aragón, 2007) son las que también se relacionan con la evaluación positiva de las relaciones. La pareja es importante para los hombres y sentirse seguros dentro de sus relaciones cercanas, siendo la figura femenina la que ellos evalúan como el cimiento de su familia y alrededor de la cual establece los afectos y estructura (Díaz Guerrero, 1994b, 2003, Ramírez, 2004; Sánchez Aragón, 2000) (ver Tabla 3).

Tabla 3. Regresión para hombres, método paso a paso, variable dependiente Estructura Familiar.

	B	R ²	Sig.
Mi Pareja, CIA	.307	.606	.000
Mi Madre, CIA	.350	.664	.000
Yo Soy, CEP	-.139	.704	.000
Mi Madre, CEP	-.120	.711	.010
Instrumentalidad Negativa	.102	.715	.033

*p<.05, **p.01, ***p<.001

En el caso del grupo de las mujeres se observa que las variables que predicen la Estructura Familiar son los aspectos positivos de mi mejor amigo, de mi propia personalidad y de forma negativa la Instrumentalidad positiva (ver Tabla 4).

Tabla 4. Regresión para mujeres, método paso a paso, variable dependiente Estructura Familiar.

	B	R ²	Sig.
Mejor Amigo, CIA	.502	.592	.000
Yo Soy, CIA	.231	.611	.000
Instrumentalidad Positiva	-.120	.619	.017

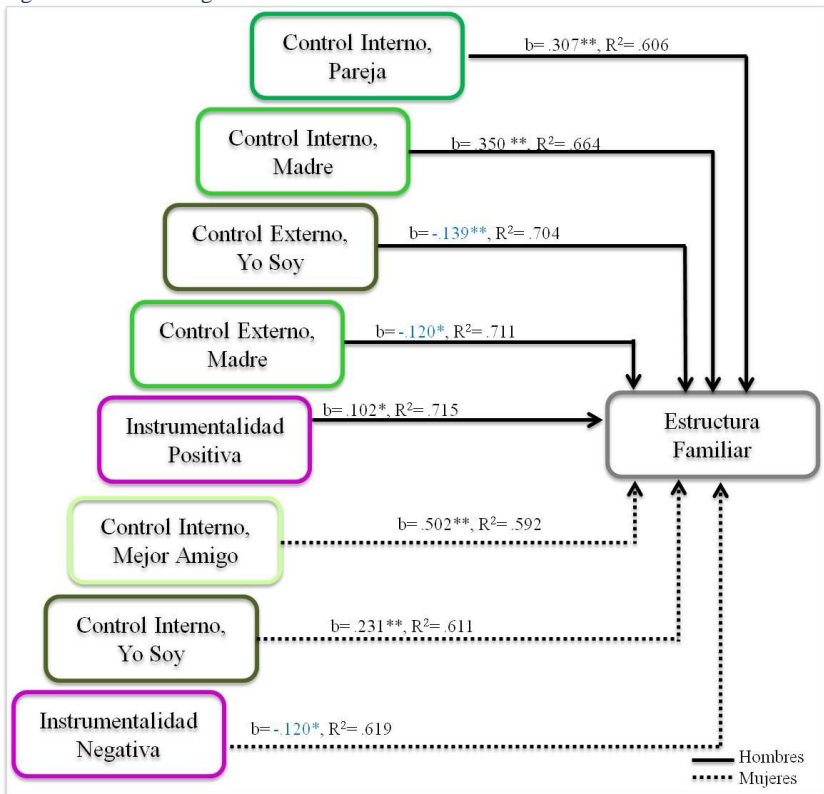
*p<.05, **p.01, ***p<.001

Se puede inferir que para las mujeres su auto imagen y el mejor amigo (Balderas, 2000) así como una tendencia baja a conductas negativas para la relación promueve una mayor estabilidad. Quizás porque busca fuera de sí misma el apoyo necesario para mantener la estructura de sus

relaciones. En este sentido la amistad entre los diferentes sexos sería importantes ser revisada, pues en general la literatura (Ferh, 1996) reseña que las relaciones de amistad para las mujeres pueden ser diferentes a partir del sexo del mejor amigo; en una futura investigación sería importante considerar que se realice un estudio diferenciando a las mujeres que tienen amigos del mismo sexo o del sexo opuesto. Díaz Guerrero (1994a, 1994b) proponía que las mujeres tienden a mantener más la unidad del grupo a través del colectivismo, por lo mismo puede ser que la búsqueda del apoyo en este amigo para lograr la seguridad de la estructura de las relaciones cercanas.

En la Figura 2 se observa variables independientes diferentes para cada uno de los sexos en la predicción de la variable estructura familiar.

Figura 2. Modelo Regresión en la Estructura Familiar del Funcionamiento



En el caso de la variable de Estructura Familiar es notorio que los modelos de hombres y mujeres son completamente diferentes, siendo que los hombres dependen de lo Positivo de su pareja, su madre, lo Negativo de sí mismo y su madre además de su instrumentalidad positiva para determinar la estructura de su familia, de manera que es la opinión y apoyo de “las mujeres” de su vida las que dan estabilidad a los hombres (García Méndez, 2007). Mientras que en el caso de las mujeres solamente la percepción de Yo y mi Mejor Amigo como Control Interno aunado la falta de instrumentalidad negativa lo que predice la percepción de la estructura; así la red de apoyo de las mujeres es fuera de la familia nuclear y da importancia a la amistad (Sánchez Aragón, 2001).

Referencias

- Bartra, R. [comp.] (2007, 2a). *Anatomía del Mexicano*. México: Random House Mondadori.
- Béjar Navarro, R. (Ed.) (1979, 2007). *El mexicano. Aspectos culturales y psicosociales*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Béjar Navarro, R. & Capello, H. M. (2007). Sobre la identidad y el carácter nacionales. En: Béjar Navarro, R. (2007). Béjar Navarro, R. (Ed.). *El mexicano. Aspectos culturales y psicosociales*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Cruz Martínez, L. M. (2004). *La relación del rol dentro de las relaciones de pareja, amistosas y familiares; con la cercanía y el estilo de mexicano predominante*. Tesis de licenciatura no publicada, Facultad de Psicología Universidad Nacional Autónoma de México, México. En: http://132.248.67.65:8991/F/F3CJNGH4GN8PU4TCHULY2CIAEPRMMEX5XASJXK9JMT2KJHSKM4-00615?func=find-acc&acc_sequence=001193807
- Cruz Martínez, L.M., Rivera Aragón, S. & Díaz Loving, R. (2013). *¿Cuánto influye la evaluación de mi personalidad y la de mis relaciones cercanas en la percepción del funcionamiento?* 3rd Brazilian Conference on Interpersonal Relationship Research and 1st Latin American Meeting on Family and Interpersonal Relationships, Vitoria, 19-21 julio, paper.
- Cruz, Martínez, L. M. & Sánchez Aragón R. (2007). Construct Validity and Differences in a Mexican Types Inventory. En: Zheng, K. L., & J. Adair (Eds.), *Perspectives and Progress in Contemporary Cross-Cultural Psychology*. Beijing: China Light Industry Press.
- Díaz Guerrero, R. (1979) Psicología del mexicano. En: Bartra, R. [comp.] (2007, 2a). *Anatomía del Mexicano*. México: Random House Mondadori.
- Díaz Guerrero, R. (1992). *La Etnopsicología Mexicana y su Influencia en las Relaciones Cercanas*. Tesis de doctorado no publicada, Facultad de Psicología Universidad Nacional Autónoma de México, México).
- Díaz Guerrero, R. (1994a). *Etnopsicología: Scientia Nova*. República Dominicana: Corripio.
- Díaz Guerrero, R. (1994b). *Psicología del Mexicano*; México: Trillas.
- Díaz Guerrero, R. (2003). *Bajo las garras de la cultura. Psicología del mexicano 2*. México: Trillas.
- Fehr, B. (1996). *Friendship Processes*. USA: Sage.

- Frost, E. C. (2009, 4a ed.). *Las categorías de la cultura mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica.
- García Méndez, M. (2007). *La infidelidad y su relación con el poder y el funcionamiento familiar: Correlatos y Predicciones* (Tesis de doctorado no publicada, Facultad de Psicología Universidad Nacional Autónoma de México, México). En: http://p8080-132.248.9.9.pbidi.unam.mx:8080/tesdig2/Procesados_2008/0624286/Index.html
- García-Méndez, M., Rivera Aragón, S., Díaz-Loving, R. & Reyes Lagunes, I. (2006). Interacción familiar: Factor inherente al funcionamiento familiar, diferencias en hombres y mujeres. En: Sánchez Aragón, R., Díaz-Loving, R. & Rivera Aragón, S. (2010). (Eds.). *La Psicología Social en México*, Vol. XI. México: AMEPSO
- Gimeno Collado, A. (1999). *La familia, el desafío de la diversidad*. Barcelona: Ariel.
- Gudykunst, W. B. & Ting, Toomey, S. (1988). *Culture and interpersonal communication*. USA: Sage Series.
- Heine, S. J. & Buchtel, E. E. (2009). Personality: The Universal and the Culturally Specific. *Annual Review of Psychology*, 60, 369-394.
- Hofstede, G. (1980) *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*. USA: Sage Publications.
- Kimble, Ch., Hirt, E., Díaz-Loving, R., Hosch, H., Lucker, G.W. y Zárata, M. (2002). *Psicología Social de las Américas*. México: Pearson Educación.
- Kottack, P. C. (2006, 11ª). *Antropología Cultural*. México: McGraw Hill.
- Mestre, M. V., Tur, A. M., Samper, P., Náchter, J. M. y Cortés, M. T. (2007). Estilos de Crianza en la Adolescencia y su Relación con el Comportamiento Social. *Revista Latinoamericana de Psicología*, Vol. 39 (2). 211-225.
- Paz, O. (1959-1977). *El Laberinto de la Soledad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Ramírez, S. (1977-2004). *El mexicano, psicología de sus motivaciones*. México: Random House Mondadori/ De Bolsillo.
- Sánchez Aragón, R. (2000) *Validación empírica de la teoría Bio Psico Socio Cultural de la Relación de pareja* (Tesis de doctorado no publicada, Facultad de Psicología Universidad Nacional Autónoma de México, México). En: http://p8080-132.248.9.9.pbidi.unam.mx:8080/tesdig/Procesados_2000/279895/Index.html
- Sánchez Aragón, R. (2001). El significado de la amistad: ¿Qué espero y qué quiero dar? *Revista de Psicología Social y Personalidad*, Vol. XVII (2), 113-127.
- Sánchez Aragón, R. & Cruz, Martínez, L. M. (2008) La Psicología del Mexicano en el Ámbito de las Relaciones Amorosas. En: Díaz Loving, R.; y S. Rivera Aragón. (Eds.), *Siguiendo la huella del Dr. Rogelio Díaz Guerrero: contribuciones a la Psicología del Mexicano*. México: Trillas
- Sanchez-Burks, J. Nisbett, R. E. & Ybarra, O. (2000). Cultural styles, relationship schemas, and prejudice against out-groups. *Journal of Personality and Social Psychology*. Vol. 79 (2), 174-189.
- Sandoval, D. M. (1984). *El mexicano: Psicodinámica de sus relaciones familiares*. México: Villacaña.
- Triandis, H. (1972). *The Analysis of Subjective Culture*. USA: John Wiley & Sons Inc.
- Triandis, H. (1994) *Culture and Social Behavior*, New York: McGraw Hill Inc. Series in Social Psychology.
- Triandis, H. & Suh, E. M. (2002). Cultural influences on personality. *Annual Review of Psychology*, 53, 133-160.
- Zhang, S. & Hunt, J. S. (2008). The stereotype rebound effect: Universal or culturally bounded process? *Journal of Experimental Social Psychology*, 44 (3), 489-500 pp.